

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – EDUCAÇÃO SOCIAL
FRANCIELE ARIENE LOPES SANTANA

TRABALHO E DESGASTE EM DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

CORUMBÁ
2017

FRANCIELE ARIENE LOPES SANTANA

TRABALHO E DESGASTE EM DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
– Mestrado Acadêmico em Educação Social da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus*
do Pantanal – UFMS/CPAN, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Educação, sob a
orientação do prof. Dr. Ilidio Roda Neves.

CORUMBÁ
2017

FRANCIELE ARIENE LOPES SANTANA

TRABALHO E DESGASTE EM DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

Dissertação defendida no curso de mestrado em Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* do Pantanal, para obtenção do grau de Mestre, em 29 de Março de 2017, examinada pela banca:

Prof. Dr. Ilidio Roda Neves (UFMS) – Orientador

Prof. Dra. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo (UFMS) – Examinadora

Prof. Dra. Cristina Miyuki Hashizume (UEPB) – Examinadora

Prof. Dra. Maria Elizabeth Ajalla (UFMS) – Examinadora/Membro Suplente

Dedico este trabalho a todos/as
trabalhadores/as docentes brasileiros/as.

AGRADECIMENTOS

Ah! Como sonhei com o momento de poder agradecer aqueles que fizeram parte desta caminhada... Em primeiríssimo lugar agradeço a Deus, Pai, Filho e Espírito Santo que desde o processo seletivo me abençoou e à Mãezinha Nossa Senhora Aparecida.

Ao meu companheiro, meu amor Adolfo: obrigada por me acompanhar, compreender e intervir em momentos difíceis, sempre me motivando a continuar.

Agradeço aos meus Pais, Francisco e Mareli, fonte de amor e bondade. Um carinhoso abraço aos meus irmãos, Lucas Gabriel e Cesar Eduardo, que mesmo de longe, se fizeram aqui, agradeço também à minha sobrinha/afilhada Lavínia, que muitas vezes mesmo sem saber esteve comigo, sendo a imagem a qual eu recorria pra lembrar que a vida deve ser leve e bem vivida. Um fraternal abraço à família que escolhi: Everly, Elizandra, Alaiany e Filippe.

Ao meu orientador, professor Doutor Ilidio, que me acompanhou na graduação, na especialização e agora no mestrado. Em nossa relação dialética, entre concordâncias, discordâncias, e tensões, estou certa que pudemos crescer.

Agradeço aos queridos da CPAC, atual Secae: Lourdes; Rodrigo e Agnaldo que constantemente bem humorados me ajudaram muito a significar a importância deste estudo.

Obrigada ao programa de pós-graduação em Educação Social (PPGE) da UFMS-CPAN, agradeço a todos os docentes que muito me ensinaram. Sem as críticas e reflexões as quais me submeteram, não chegaríamos a este resultado. Em especial agradeço à querida Doutora Cláudia Araújo, entusiasta de seus alunos da disciplina optativa de adolescência, gênero, sexualidade e educação de 2014, que participei como aluna especial, foram tantos bons conselhos, que hoje cá estou defendendo a dissertação.

Um carinhoso obrigada às professoras doutoras da banca de qualificação e de defesa com valiosas orientações: Vanessa Catherina Neumann Figueiredo (UFMS); Cristina Miyuki Hashizume (UEPB); Maria Elizabeth Ajalla (UFMS).

Obrigada a meu chefe, professor Doutor Luis Fernando, por toda compreensão.

Agradeço imensamente a turma do mestrado 2015.1, ou melhor, a **Turma Magali**. Como foi bom conhecer cada um (a)! Um carinhoso abraço à: Jéssica, Maurício, Crisley, Ana Paula, Natacha, Daniel, Geraldo, Clayton, Joelma, Juliana, Lene, Lielza, Nair, Sandra, e a nossa “internacional” Yaneth. Que se iniciem os doutorados!

Não poderia deixar de agradecer minha terapeuta, Kelly Marcon, seu suporte fez com que essa experiência fosse mais bem aproveitada.

“(...) apesar de tantas negatividades relacionadas ao trabalho docente e à constituição da subjetividade desse trabalhador, é válido ressaltar que as contradições inerentes às práticas sociais dos homens possibilitam vislumbrar horizontes de emancipação. Se por um lado o trabalho é a mediação histórica que submete os sujeitos ao capital, ele é também a mediação ontológica que oferece às possibilidades de transformação dessas relações.”

Yamanoe (2011, p. 15)

TRABALHO E DESGASTE EM DOCENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

RESUMO

O trabalho docente na universidade é permeado por atribuições que não envolvem apenas as atividades de sala de aula. Isso por si só não é preditor de doenças, desde que se tenha um ambiente que permita o livre desenvolvimento das atividades laborais de modo seguro. Contudo, estudos apontam que aspectos deste trabalho têm levado ao adoecimento, em decorrência das situações encontradas no seu cotidiano. Esta dissertação teve o propósito de investigar e analisar a relação entre as situações de trabalho e o desgaste docente nas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. Para tanto realizamos uma metodologia de Revisão Integrativa de Literatura em nove bases de dados, a soma bruta foi de 2.892 publicações encontradas de acordo com o cruzamento de descritores eleitos. Desse total, apenas 76 textos estavam dentro dos critérios de seleção e foram incluídos para as análises, sendo possível notar tendência de análises para assuntos englobando “Saúde e Trabalho”, em 4 subgrupos de interesse por nós organizados a partir da análise das publicações: a) questões gerais de saúde, b) categoria trabalho, c) desgaste, estresse, transtornos mentais, e, d) qualidade de vida. A partir da categorização foi possível constatar que a maior frequência de problemas tem relação com o desgaste psíquico. Ao analisar e correlacionar as cargas de trabalho e o desgaste citado pelos estudos, foi possível a realização da análise das situações de trabalho expressa nas experiências subjetivas relatadas frente às condições, gestão, política econômico-social, em que a reestruturação da universidade, o produtivismo e a sobrecarga exercem fator determinante no adoecimento e desgaste dos trabalhadores. Deste modo as publicações também focaram em análises de Políticas Educacionais, Avaliação da educação superior, REUNI e Formação Docente, que configurou um segundo núcleo de interesse. No qual, foi recorrente o aparecimento de fenômenos como precarização, flexibilização, sobrecarga, intensificação e produtivismo acadêmico. À luz de campos como saúde do trabalhador, saúde coletiva, psicologia, marxismo, fomos levados a refletir que as situações de trabalho da docência tem se modificado conforme as mudanças do setor produtivo, sendo que a natureza das transformações gera consequências para a saúde dos docentes. Observamos acometimentos à saúde ligados às condições físicas desgastantes, no entanto a maior proporção de adoecimento está ligada as questões da organização que tem maior relação com o desgaste psíquico. O percurso da conformação é manejado pelos modelos de produção que se articulam para naturalizar as condições impostas, para desmotivar as resistências ou, quando muito, remediar as implicações na saúde. Todavia, o caminho das resistências também vem construindo bases para a luta pela saúde docente. Neste sentido, novos estudos precisam ser realizados para amparar formas de enfrentamento destas realidades desgastantes. É preciso que políticas públicas em saúde do trabalhador sejam desenvolvidas no âmbito da universidade pública brasileira, que mesmo sendo um espaço de desenvolvimento de ciência não está imune das exigências impostas pelo mundo do trabalho.

Palavras-Chave: Saúde e Adoecimento Docente – Situações de Trabalho – Instituições Públicas de Educação Superior – Universidade Pública – Saúde do trabalhador.

TRABAJO Y DESGASTE EN LOS DOCENTES DE LAS INSTITUCIONES PÚBLICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑAS

RESUMEN

El trabajo docente en la universidad es lleno de funciones que no envuelven solamente las actividades de dar clase. Eso por si solo no es pronosticador de enfermedades, desde que se tenga un ambiente que permita el libre desarrollo de las actividades laborales de modo seguro. Con todo esto, estudios señalan que aspectos de este trabajo han llevado a la enfermedad, en conjunto con las situaciones encontradas en su vida diaria. Esta tese tuvo el propósito de investigar y analizar la relación entre las situaciones del trabajo y el desgaste del profesorado en las Instituciones Públicas de Educación Superior Brasileña. Por tanto realizamos una metodología de Revisión Integrativa de Literatura en nueve bases de datos, la suma bruta fue de 2.892 publicaciones encontradas de acuerdo con el cruzamiento de descriptores elegidos. De éste este total, apenas 76 textos estaban dentro de los criterios de selección y fueron incluidos para los análisis, siendo posible notar la tendencia de los analisis para asuntos que abarquen la Salud y el Trabajo, em 4 subgrupos de interés para nosotros organizados a partir de los análisis de las publicaciones: a) cuestiones generales de la salud, b) categoria de trabajo c) desgaste, estrés, transtornos mentales, y, d) cualidad de vida. A partir de la categorización fue posible constatar que la mayoría frecuencia de problemas tiene relación com el desgaste psíquico. Al analizar y correlacionar las cargas de trabajo y el desgaste citado por los estudios, fue posible la relación de analise de las situaciones de trabajo expresa en las experiencias subjetivas relatadas frente a las condiciones, gestión política económico-social, em que la restructuración de la universidad, el productivismo y la sobrecarga ejercen factor determinante en la dolencia y desgaste de los trabajadores. Deste modo as publicações também focaram em análises de Políticas Educacionais, Avaliação da educação superior, REUNI e Formação Docente, que configurou um segundo núcleo de interesse. No qual, foi recorrente o aparecimento de fenômenos como precarização, flexibilização, sobrecarga, intensificação e produtivismo acadêmico De este modo las publicaciones también se direccionaron en los análisis de Políticas Educativas, Evaluación de la Educación Superior, REUNI y formación Docente, que se configuró en un segundo núcleo de interés. En el cual, fue continuo el surgimiento de fenómenos como debilidad, flexibilización, sobrecarga, intensificación y productivismo académico. A la luz de los campos como la salud del trabajador, salud colectiva, psicología, marxismo, fuimos llevados a reflexionar que las situaciones de trabajo de la docencia se han modificado conforme a los cambios del sector productivo, siendo que la naturaleza de las transformaciones generan consecuencias para la salud de los docentes. Observamos que las causas relacionadas a la salud están unidos a las condiciones físicas desgastantes sin embargo la mayor proporción de las dolencias están relacionadas a las prácticas de la organización que tiene mayor relación com el desgaste psiquico. El recorrido de la conformación es manejado por los modelos de producción que se articulan para naturalizar las condiciones impuestas, para desmotivar las resistencias o cuando mucho remediar las implicaciones en la salud. Todavía, el camino de las resistencias también vienen construyendo bases para la lucha por la salud del profesor. En este sentido, nuevos estudios necesitan ser realizados para proteger formas de enfrentamiento de estas realidades agotadoras. Es necesario que las políticas públicas en la salud del trabajador sean desarrolladas en el ambiente de la Universidad Pública Brasileña, que así mismo siendo un espacio de desarrollo de la ciencia no está inmune de las exigencias impuestas por el mundo del trabajo.

Palabras Claves: Salud y enfermedad del profesor. – Situaciones de trabajo. – Instituciones Públicas de Educación Superior. – Universidad Pública. – Salud del trabajador.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BDTD-IBICT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações- Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia.
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina e Ciências da Saúde
BM	Banco Mundial
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
BVS-PSI	Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESAT	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CQVS	Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor
CVSS	Coordenadoria de Vigilância à Saúde do Servidor
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
DESSAUDE	Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho- UERJ
DIRQS	Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor
DSQVT	Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho
EaD	Educação à Distância
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GT	Grupo de trabalho
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB	Lei Diretrizes e Bases da Educação

LER	Lesão por Esforços Repetitivos
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEC	Ministério da Educação
MEDline/PUBmed	<i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i> (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica)
MOI	Movimento Operário Italiano
NR	Norma Regulamentadora
OASISBR-IBICT	Portal Brasileiro de publicações científicas em acesso aberto – Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PEPSIC	Periódicos em Psicologia
PNSST	Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador
PQVT	Programas de Qualidade de Vida no Trabalho
PSE	Públicas Sem Especificação
REDALYC	<i>Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal</i>
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIL	Revisão Integrativa de Literatura
ROP	Riscos Ocupacionais Psicossociais
QV	Qualidade de Vida
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i> (Biblioteca eletrônica de periódicos científicos)
SCOPUS	Banco de dados de resumos e citações de artigos
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEl	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal De Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal Paulista
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VISAT	Vigilância em Saúde do Trabalhador

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
---------------------------	----

SEÇÃO I

1 – INTRODUÇÃO	17
1.1 – OBJETIVOS	21
1.2 – REFERENCIAL TEÓRICO: PONTOS DE PARTIDA PARA COMPREENSÃO DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO	22
1.2.1 – Trabalho	22
1.2.1.1 – As situações de trabalho na perspectiva ergológica	24
1.2.1.2 – O trabalho e sua função psicológica	26
1.2.2 – A concepção de saúde e de desgaste no trabalho	28
1.3 – MODELOS INTERNACIONAIS DE UNIVERSIDADE E AS INFLUÊNCIAS CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	32

SEÇÃO II

2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
2.1 – AS REVISÕES DA LITERATURA E A RIL	40
2.2 – ETAPAS DO PROCESSO INVESTIGATIVO	41

SEÇÃO III

3 – AS DESCOBERTAS	45
3.1 – OS RESULTADOS EM NÚMEROS	46
3.2 – OS RESULTADOS QUALITATIVOS	53
3.2.1 – Núcleo 1: Questões relativas à saúde e trabalho	54
3.2.2 – Núcleo 2: Políticas Educacionais/ Avaliação/ REUNI e Formação Docente	55
3.2.3 – Tendências teóricas e metodológicas encontradas	55

3.2.4 – Assistência à saúde docente	57
3.3 – RECOMENDAÇÕES ENCONTRADAS NAS PUBLICAÇÕES	58
3.4 – UNIVERSIDADE FEDERAL E ESTADUAL: ASPECTOS CONVERGENTES	60

SEÇÃO IV

4 – DISCUSSÃO	62
4.1 – MUDANÇAS NO SISTEMA UNIVERSITÁRIO E TRANSFORMAÇÕES NAS SITUAÇÕES DE TRABALHO: UM OLHAR ESPECIAL PARA OS ANOS 1990	62
4.1.1 – A progressiva precarização das situações de trabalho docente: intensificação, sobrecarga e produtivismo	67
4.2 – O DESGASTE DOCENTE FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE TRABALHO: DESTAQUE PARA AS CARGAS PSÍQUICAS DE TRABALHO	70
4.3 – AS SITUAÇÕES DE TRABALHO DOCENTE: CONFORMAÇÃO <i>VERSUS</i> CAMINHOS DE RESISTÊNCIA	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICES

APRESENTAÇÃO

A trajetória até esta pesquisa foi construída por aproximações com a temática da saúde coletiva, pública e a saúde do trabalhador, já na graduação em psicologia. Naquela época, desenvolvi¹ estágios e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a rotina laboral das profissionais de psicologia em um município do interior de Mato Grosso do Sul (SANTANA, 2013).

Ao acompanhar as práticas das psicólogas que planejavam as atividades com base em preceitos da psicologia para programas de saúde pública, observei implicações na saúde das trabalhadoras, embora não fosse o meu objetivo principal.

Notei que o trabalho com o público, as condições laborais e elementos de sua organização geravam custos físicos e emocionais às psicólogas do serviço de saúde. Então, à proposta de discutir o fazer em psicologia, agreguei a reflexão sobre as conexões entre aquele trabalho e alguns sinais e sintomas na saúde, como o adoecimento recorrente e o desgaste emocional ligados à falta de controle das condições laborais.

Depois da graduação, outra classe de trabalhadores chamou-me a atenção: os docentes. As crescentes e recentes pesquisas apontando algo denominado ‘mal-estar’, sofrimento e adoecimento impulsionaram-me a realizar um estudo no qual investiguei sobre a saúde de professores da educação básica brasileira, especificamente ‘se’ e ‘como’ o poder público (políticas de saúde do trabalhador) vinha desenvolvendo algum programa de saúde e de enfrentamento voltado para essa categoria específica que, de acordo com a literatura, tem adoecido sistematicamente (SANTANA, 2016)². A pesquisa foi conduzida no curso de especialização em Gestão em Saúde da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Constatei, na ocasião, que a classe docente da escola pública, lecionando no nível básico de ensino, tem desenvolvido um conjunto de adoecimentos relacionados ao trabalho. Os processos mais comuns elencados foram: problemas de voz, estresse, síndrome de *burnout*³, depressão, transtornos mentais comuns (TMC)⁴ e dores musculoesqueléticas. Os

¹ Nesta seção da dissertação, utilizo a primeira pessoa do singular para me referir à minha trajetória pessoal acadêmica.

² Ambos os trabalhos de graduação e especialização foram supervisionados pelo orientador da presente pesquisa.

³ A síndrome de *burnout* é considerada “uma reação ao estresse emocional crônico por lidar excessivamente com pessoas. É um construto formado por três dimensões relacionadas, mas independentes: (a) exaustão emocional — caracterizada por falta de energia e entusiasmo e por sensação de esgotamento de recursos, ao qual pode somar-se o sentimento de frustração e tensão nos trabalhadores, por perceberem que já não têm condições de despender mais energia para o atendimento de seu cliente ou demais pessoas como faziam antes; (b) despersonalização — caracterizada pelo desenvolvimento de uma insensibilidade emocional, que faz com que o

motivos específicos que levam a tais condições são diversos e ainda não totalmente determinados ou esclarecidos. Além disso, as experiências no que se refere à atenção da saúde pública foram raras e isoladas (SANTANA, 2016).

Oriundas dos resultados registrados, outras inquietações surgiram, em especial sobre as divergências ou convergências entre as relações de trabalho e saúde nas diferentes instâncias de governo. Apreendi, diante dessa demanda, que o mestrado em Educação Social seria um espaço propício para dar prosseguimento às reflexões e problematizar a questão das situações de trabalho, saúde e adoecimento docente, porém agora, no âmbito das instituições públicas de educação superior brasileiras (IPES).

A temática provocou o meu interesse pelo fato de ocupar o cargo de psicóloga na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Falar do lugar de técnica significa abranger, como parte das atividades prescritas, as questões de saúde e trabalho dos indivíduos e do coletivo que compõem o espaço acadêmico e laboral da universidade. A tarefa de investigar sobre as relações entre saúde e trabalho da categoria é um desafio que, como objeto final, contribuirá para a instrumentalização do conhecimento aplicado no trabalho institucional.

Percebi que a experiência da docência e suas consequências têm sido, progressivamente, objeto de investigação nos últimos anos. Reparei que esse labor proporciona diferentes resultados finais para o trabalhador: em uma via, vemos um trabalho enriquecedor para o desenvolvimento pessoal, com possibilidades de construção de críticas e reflexões científicas, dotado de prestígio por seu fazer que colabora com a formação da sociedade. Em outra via, temos outra faceta do trabalho, que traz em seu bojo situações objetivas, subjetivas, políticas, sociais e econômicas não favoráveis, obstaculizando a concretização das primeiras características. Somado a isso, a exploração laboral expropria do sujeito as possibilidades de realização.

Entender o processo de saúde e adoecimento a partir do trabalho significa reconhecer o quanto essa atividade propriamente humana incide na vida dos sujeitos, não só para a manutenção das condições objetivas de vida, mas como composição essencial de autoprodução da existência. Acredito que este estudo fornecerá elementos para a compreensão

profissional trate os clientes, colegas e a organização de maneira desumanizada; (c) diminuição da realização pessoal no trabalho — caracterizada por uma tendência do trabalhador a avaliar-se de forma negativa, tornando-se infeliz e insatisfeito com seu desenvolvimento profissional, com conseqüente declínio no seu sentimento de competência e êxito, bem como de sua capacidade de interagir com os demais (MESQUITA et al., 2013, p. 629).

⁴ Santos et al. (2010) explicam que os transtornos mentais comuns significam uma ruptura do funcionamento normal do indivíduo. Contudo, não configuram categoria nosológica da CID-10 nem do Manual de Diagnóstico e Estatística das Doenças Mentais. Caracterizam-se, de acordo com Ludermir e Mello Filho (2002), por transtornos não psicóticos, com sintomas como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas.

pessoal e profissional sobre o trabalho docente e a produção de saúde e/ou adoecimento nesse campo específico.

SEÇÃO I

1. INTRODUÇÃO

Nos anos 1990, tivemos, no Brasil, mudanças de cunho neoliberal, efetivadas pelo governo vigente. A realidade econômica do país, com destaque para a recessão, juros altos e abertura comercial com aumento da concorrência intercapitalista, cooperaram para a construção de um panorama recheado de precarização no que se refere ao mercado de trabalho. Naquela conjuntura, subiu o número do desemprego total nas regiões metropolitanas, além da deterioração dos contratos de trabalho e intensificação do trabalho informal e terceirizado com vistas à redução de custos de produção, impulsionando o que se chama de reestruturação capitalista (ALVES, 2009).

No campo do trabalho, a precarização⁵ manifestou-se, também, no assalariamento e nas jornadas de trabalho. O mercado intensificou o ritmo de atividades laborais dos operários e empregados assalariados, consumindo o tempo de vida pessoal e familiar dos trabalhadores. As atividades laborais passaram a invadir todos os espaços da vida do trabalhador, seja no que Alves (2009) chama de tempo de trabalho manifesto – regulamentado pela legislação trabalhista, que trata da jornada de trabalho – ou no tempo de trabalho oculto – do longo deslocamento entre o lar e os locais de trabalho e das tarefas e preocupações que acompanham os operários ou empregados assalariados em momentos de descanso. As transformações no mundo do trabalho atingiram todos os espaços organizativos da sociedade brasileira.

No campo da educação brasileira, houve uma reorganização laboral frente às exigências do sistema produtivo, com o foco na qualificação dos sujeitos para o mercado de trabalho, qualificação esta que trouxe como requisitos o desenvolvimento de um grupo de competências e habilidades e também o domínio da técnica. A lógica implantada teve origem nos modelos de administração pautados nos conceitos de eficiência e eficácia. Importante destacar que Organismos Internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e outros orientaram essa reestruturação do sistema de ensino. Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/96, o novo modelo de educação foi chancelado (REIS, 2015).

⁵ O termo precarização refere-se às perdas de direitos trabalhistas em decorrência das transformações do mundo do trabalho e do retorno às ideias liberais que defendem a mínima intervenção do Estado e a maior regulação do mercado (PIRES, 2009). Envolve contextos como contratos temporários e inseguros, más condições de trabalho, flexibilização, terceirização, etc.

Especificamente na Educação Superior, conforme a LDB (BRASIL, 2015), as universidades passaram a receber definições, sendo conceituadas como instituições pluridisciplinares, investidas no papel de formação de profissionais de nível superior (ensino), pesquisa, extensão e domínio e cultivo do saber científico. Essas descrições, segundo a lei, devem ser executadas pelos profissionais da educação, dentre eles o docente. O docente é a figura que nos interessa neste estudo. A LDB determinou que, em se tratando de Universidades Públicas, o/a professor/a ficará obrigado/a ao mínimo de oito horas-aula por semana. Na organização nacional da educação brasileira, o art. 13 versa que, independentemente do grau de ensino, cabe ainda aos professores: 1) envolver-se na construção da proposta pedagógica da instituição; 2) planejar e executar o plano de trabalho, tal qual o projeto pedagógico; 3) zelar pela aprendizagem dos estudantes; 4) elaborar estratégias para superar o baixo rendimento dos alunos; 5) executar com respeitabilidade o trabalho nos dias letivos, além de cumprir integralmente os momentos estabelecidos para planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; e 6) contribuir na relação escola – famílias – comunidade.

Está legalmente determinado que o trabalho docente na universidade é permeado por diversas atribuições que envolvem produções científicas, orientação de alunos, extensão universitária, planejamento de eventos, atividades administrativas, além das atividades de sala de aula propriamente ditas. Essas atribuições, por si só, não são preditoras de doenças, desde que se tenha um ambiente que favoreça o seu livre desenvolvimento, com segurança e respeito ao ritmo de trabalho de cada profissional.

No entanto, tais atividades são laboriosas. Lemos (2005) realça que o trabalho dos professores exige não só habilidades intelectuais, como também físicas. As atividades como as descritas demandam certas condições físicas, fisiológicas, psicológicas e sociais, pois envolvem horas de trabalho em pé e a manipulação de diversos materiais, como em laboratórios, por exemplo, onde se requer esforço físico para a manutenção de instrumentos. A preparação e a execução das atividades implicam esforço mental, uma vez que há, também, exigências cognitivas e emocionais. Ademais, essas exigências psíquicas, intelectuais, sociais e físicas são potencializadas quando são impostas de modo cumulativo e com pressão por produtividade.

Estudos como de Caran et al. (2001); Mancebo, Maués e Chaves, (2006); Araújo et al. (2005); e Lima e Lima-Filho (2009) enfatizam que alguns aspectos da organização do

trabalho⁶ e das condições⁷ no cotidiano das atividades docentes têm levado ao adoecimento. As condições e os modos como se dão as atividades laborais podem potencializar o sofrimento e/ou o adoecimento, de maneira que o fenômeno adoecimento nem sempre tem direta vinculação com a natureza do trabalho, mas com a sua forma de execução. Condições precárias, por exemplo, são aspectos que podem afetar a saúde do trabalhador.

O fenômeno da precarização do trabalho tem sido posto em debate no campo da docência. Mancebo, Maués e Chaves (2006) discutem sobre a crise e a reforma do estado e da universidade brasileira, descrevendo especialmente as instituições privadas, nas quais o docente é configurado como trabalhador de um sistema produtivo-industrial. Ressaltam as autoras que o produto do trabalho, a força de trabalho competente, a tecnologia e o conhecimento científico, itens fundamentais para o sistema capitalista, acabam também afetados.

Apesar de o estudo citado revelar características das instituições privadas, elas não são as únicas em que a dinâmica citada acontece. Conforme Caran et al. (2011), na educação como um todo, o processo de reestruturação produtiva trouxe novas demandas que estimularam transformações na organização do trabalho. Para atendê-las e superá-las, o professor ‘precisou’ transformar-se em um profissional flexível e polivalente. Se, por um lado, ele respondeu a uma necessidade criada e imposta, por outro, essas políticas educacionais restritivas provocaram efeitos diretos na forma de execução do seu trabalho e em sua própria saúde.

Como dito por Mancebo, Maués e Chaves (2006), a precarização do trabalho docente é também observável em renomadas universidades públicas. Destacando alguns pontos dessa precarização, as autoras delatam as ‘(sub) contratações’ provisórias de professores e a intensificação do trabalho, que frequentemente provocam o incremento do sofrimento, a neutralização da mobilização coletiva e a flexibilização do trabalho. Muitas vezes, por falta de técnicos de apoio, o docente passa a ser responsável por outras atividades que envolvem desde o preenchimento de relatórios e formulários à captação de recursos para executar o seu próprio trabalho.

⁶A definição de organização do trabalho envolve o modo de elaborar e sistematizar os conteúdos das atividades de trabalho, como a divisão entre os indivíduos que o realizam. Dois aspectos fundamentais da organização do trabalho são a hierarquização e a divisão das atividades, por meio das quais se obtêm as tarefas (SELIGMANN-SILVA, 2011).

⁷Dejours (1986) expõe que as condições de trabalho podem ser definidas de acordo com os ambientes: a) Físico: representado por fenômenos como a temperatura, a pressão, o barulho, a vibração e a altitude, entre outros; b) Químico: como os produtos manipuladores, os vapores e gases tóxicos, a poeira e fumaças entre outros; c) Biológico: vírus, bactérias, parasitas, fungos; d) As condições de higiene e segurança; e, e) Os aspectos antropométricos do trabalho.

O interesse de investigações sobre a saúde docente e as suas condições de trabalho pode ser considerado recente. Araújo et al. (2005) relatam que, a partir dos anos 1990, começaram a crescer, no Brasil, os estudos sobre a saúde e a doença de professores. Os autores realizaram uma pesquisa na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), aferindo, em 72,6% dos entrevistados, ao menos uma queixa de doença. As mais comumente informadas foram decorrentes de: uso intensivo da voz (dores de garganta, rouquidão e perda temporária da voz); exposição à poeira e ao pó de giz (rinite, alergia respiratória e irritação dos olhos); postura corporal (dor nas costas, dor nas pernas e dor nos braços); saúde mental (cansaço mental, esquecimento, nervosismo e insônia). Concluíram a existência de um padrão de intenso desgaste biopsíquico, que urge de redefinição quanto à infraestrutura e à organização do trabalho no ambiente estudado.

Um estudo semelhante foi conduzido no estado de Mato Grosso do Sul, por Lima e Lima-Filho (2009), que se propuseram a compreender o processo saúde-doença de docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no *campus* da cidade de Campo Grande, com a participação de 183 professores. Os resultados mostraram que 21,3% dos participantes desenvolveram alguma doença associada ao trabalho. As mais mencionadas foram: lesões por esforço repetitivo (LER), estresse, depressão, granuloma nas cordas vocais, alergia, problema oftalmológico (não especificado no estudo) e outros. Os autores ressaltam o alto número de queixas de sintomas psicossomáticos como cansaço mental (53,9%), estresse (52,4%), ansiedade (42,9%), esquecimento (42,9%), frustração (37,8%), nervosismo (31,1%), angústia (29,3%), insônia (29,1%) e depressão (16,8%).

Caran et al. (2011) realizaram uma pesquisa em uma Universidade Pública Brasileira, cujo objetivo foi identificar riscos ocupacionais psicossociais (ROP)⁸ no ambiente de trabalho dos professores. Levantaram que 94,4% (51) dos docentes narraram a existência de algum risco, com especial destaque para: 35% (19) carga mental intensa; 22,1% (12) sobrecarga de trabalho, 13% (7) excesso de responsabilidades, 9,2% (5) problemas nas relações interpessoais, 7,4% (4) estresse; 5,5% (3) pressão no trabalho e 1,8% (1) tempo insuficiente.

O ROP mais assinalado foi a carga mental, sendo as descrições mais comuns: a exigência de tempo; a usurpação do tempo livre do professor; a competitividade; o desrespeito; a manipulação de informações; a pressão mental; a cobrança; o descumprimento de agendas; o excesso de reuniões; a complexidade das tarefas; e as atividades simultâneas. O segundo mais mencionado foi a sobrecarga de trabalho, seguido do excesso de

⁸ ROPs “são constituídos por um conjunto de fatores que alteram o bem-estar emocional dos trabalhadores (CARAN et al., 2011, pág. 255).”

responsabilidades. Os docentes relacionaram vários outros itens, como o mau planejamento das atividades, o desgaste físico, mental e social, ruídos, a desvalorização e a fadiga. Ainda de acordo com Caran et al. (2011), os fatores relativos ao tempo e ao ritmo laboral, bem como os níveis de atenção e concentração que determinadas tarefas exigem, associadas ao grau de pressão que a organização do trabalho exerce, tendem a gerar tensão, esgotamento profissional ou *burnout*.

Os dados levam-nos a crer na existência de uma conexão entre o sistema educacional e o sistema produtivo, que ocasiona riscos à saúde dos docentes universitários. Chama-nos a atenção a maneira como as condições e a organização do trabalho imprimem as suas marcas no processo saúde – adoecimento docente.

Fernandes (2015) explica que as condições de trabalho, se instituídas pelos interesses produtivistas, podem levar ao desenvolvimento de doenças físicas e mentais. Esses processos não estão desvinculados um do outro (físico e psíquico), porém não se pode negar a predominância do sofrimento psíquico. Nessa seara, para a autora, no trabalho em educação, o sofrimento ocorre também pela combinação das condições com as organizações de trabalho não favoráveis. Além de produzir socialmente o sofrimento, em caso mais extremo gera o adoecimento físico e psicológico, como os transtornos mentais.

1.1 OBJETIVOS

Geral

- Investigar e analisar a relação entre as situações de trabalho e o desgaste docente nas IPES brasileiras, partindo de estudos que versem sobre o adoecimento docente.

Específicos

1. Levantar os tipos mais frequentes de adoecimento em docentes de Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) que têm sido descritos nas publicações que abordam a temática.
2. Descrever e analisar, nas publicações, as possíveis descrições de cargas de trabalho docente.

3. Levantar se algum tipo de iniciativa quanto à promoção de saúde/prevenção/tratamento tem sido proposto pelas IPES e, em caso positivo, quais.
4. Observar e descrever a existência de aproximações ou distanciamentos da realidade do trabalho docente e suas consequências dos sistemas federal e estadual de ensino superior brasileiro.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO: PONTOS DE PARTIDA PARA A COMPREENSÃO DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO

Expomos, a seguir, a trilha teórica que nos ajudou a compreender e discutir os elos entre saúde, trabalho e adoecimento docente no espaço da educação superior pública, a saber: Conceito de trabalho sob a perspectiva marxista; Compreensão da atividade de trabalho por meio dos pressupostos da Ergologia de Yves Schwartz; Compreensão da função psicológica do trabalho, na Clínica da Atividade de Yves Clot; Concepção ampliada do conceito de saúde; e Noção de Desgaste Biopsíquico de Laurell e Noriega.

1.2.1 Trabalho

O conceito de trabalho que adotamos nesta dissertação vem de Marx (1996). Em seu livro “O Capital”, o trabalho é descrito como um processo entre Sujeito e Natureza, no qual o primeiro, pela própria ação, medeia, ajusta e controla o eu metabolismo com o ambiente.

Para Marx (1996), o trabalho não está circunscrito apenas ao conceito econômico, como ocupação ou tarefa trivial diária. Segundo Camargo (2012), o trabalho é visto por Marx como categoria central nas relações sociais e entre sujeito e natureza: é uma atividade vital. Se os traços de uma espécie são definidos pelo tipo de atividade que ela realiza para a produção e a reprodução da vida, essa atividade é vivificante, basilar. No caso da humanidade, a atividade é o trabalho.

Ao se encontrar com a matéria natural, o homem aplica as forças de seu corpo e transforma tal matéria em algo que tenha utilidade para os humanos. Quando atua na natureza, modificando-a, passa por uma autotransformação. Essa transformação manifesta-se, sobretudo, no desenvolvimento de suas potências que não estavam instituídas antes do trabalho. Esse labor diferencia-se das primeiras formas instintivas de trabalho do homem (MARX, 1996).

Além da produção da existência, o trabalho exerce outras funções para o ser humano. Araújo e Sachuk (2007) asseveram que essa atividade leva à construção da identidade e confere sentido à vida. Logo, a autoprodução humana se dá pelo trabalho. Por intermédio dele, o ser humano desenvolve e aprimora habilidades e imaginação; descobre as forças da natureza e as desafia, entendendo as suas próprias forças e limitações. O trabalho proporciona inter-relações entre as pessoas, o que as afeta, em termos do surgimento da afetividade.

Gomes e Araújo (2010) discutem que, nesse sentido de identidade, a atividade laboral é elemento constitutivo do ser humano, uma vez que “[...] se reconhece por meio daquilo que produz, significando e ressignificando, temporalmente, sua história” (p. 02). Então, o trabalho exerce significativa função no desenvolvimento humano.

Contudo, Oliveira (2010), refletindo sobre a concepção marxista, sublinha que o trabalho tem dupla determinação. Por um lado, desempenha papel na autogênese humana, pois, por meio de uma relação recíproca com a natureza, o trabalho faz do homem não somente um ser natural, objetivo, mas o humaniza e o diferencia de outros animais, fazendo-o um ser para si próprio, universal e genérico. Por outro lado, o trabalho é elemento de subordinação ao capital, como trabalho estranhado, não gerador de vida, mas provocador da mortificação do homem, causando a perda dos objetos do trabalho e fazendo com que se sinta subtraído e fora de si.

A exploração do trabalhador torna a atividade estranha a ele mesmo. Como a força de trabalho é vendida e subordinada ao capital, quanto mais riqueza se produz, mais pobre fica o trabalhador. Converte-se, também, em uma mercadoria mais barata, à medida que cria mais mercadoria. No enquadramento capitalista, o mundo das coisas é valorizado em detrimento do mundo dos homens. Desse jeito, produzir mercadorias e a si mesmo como mercadoria causa um choque entre o objetivo que o trabalho produz, tornando o seu produto um ser estranho, como um poder independente do produtor. O trabalhador é, então, desfetivado, com a perda e servidão ao objeto, e a apropriação transfigura-se em estranhamento e alienação (MARX, 2008).

Orientando-se pelas reflexões marxistas, Camargo (2012) explana que o estranhamento é um fenômeno determinado sócio-historicamente pelas relações sociais de produção. O processo forma-se em decorrência do distanciamento entre o produtor e o resultado do seu trabalho, de modo que aquilo que foi construído pelo trabalhador transforma-se em algo sem sentido, estranho, fora do seu campo de interesse. Esse fenômeno não ocorre apenas em relação ao produto final, mas pode abarcar todo o processo de trabalho.

O estranhamento verifica-se em uma relação já considerada perversa, uma vez que

personifica a coisa (produto) e causa a coisificação da pessoa. O que confronta o homem como trabalhador são as coisas, os meios de produção e também de subsistência, que lhe aparecem como estranhos e aos quais se submete. Esse estranhamento coisifica o homem (TRISTÃO, 2010).

A apreciação da docência sob o viés do conceito marxista de trabalho leva à negação da docência como vocação e a reconhecê-la e defendê-la como autêntica atividade laboral. Por isso, a docência será observada sob duas facetas: como atividade que favorece o desenvolvimento das potencialidades do sujeito e o alcance dos meios necessários à vida; ligada à lógica capitalista, é vista como um trabalho estranhado, que acarreta consequências na saúde do profissional.

1.2.1.1 As situações de trabalho sob a perspectiva ergológica

A Ergologia, surgida nos anos 1980 na França, influenciada pelo marxismo, psicologia do trabalho e Movimento Operário Italiano (MOI), surgiu em decorrência da preocupação com as transformações do trabalho. Seu principal precursor foi Yves Schwartz. A abordagem tem como foco a investigação das situações de trabalho. A Ergonomia da Atividade propõe-se a compreender o distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real⁹, enquanto que a ergologia defende a maneira não completamente padronizável da vida e do trabalho. Pauta-se na crença de que o trabalho não pode ser reduzido somente a prescrições; sempre há uma busca de equilíbrio pelos trabalhadores (ATHAYDE, 2011; OLIVEIRA, 2007).

A expressão ‘situação de trabalho’, utilizada por pesquisadores do campo de estudo do trabalho humano, denomina complexos elementos que constituem o trabalho, como “[...] as condições físicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho; aspectos técnicos; a organização do trabalho, bem como a gestão das mesmas, a caracterização dos canais de comunicação e das relações interpessoais” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 144).

Essa abordagem dedica-se a estudar o trabalhador na realização de sua tarefa, conferindo importância à atividade de trabalho. A defesa feita é que os sujeitos, no cotidiano do trabalho, produzem diversas maneiras de enfrentar a variabilidade encontrada para

⁹De acordo com Brito (2009), em ergonomia, o trabalho prescrito ou tarefa refere-se àquilo que deve ser realizado no trabalho. Envolve objetivos, resultados, qualidade, prazo; métodos e procedimentos; ordens e instruções; protocolos e normas técnicas de segurança; meios técnicos; modo de divisão do trabalho; condições temporais; e condições socioeconômicas, como a qualificação e o salário. Já o ‘trabalho real’ ou atividade firma-se como uma resposta às prescrições impostas externamente, sendo assimiladas, absorvidas e modificadas pelos próprios trabalhadores. Diz respeito, portanto, ao que é de fato considerado pelos trabalhadores para que o trabalho prescrito seja efetuado.

resolverem as questões que o trabalho prescrito não aborda (ARAÚJO; ALEVATO, 2011).

De acordo com Brito (2009), quando se fala em variabilidade em termos de trabalho, fala-se sobre flutuações consideradas habituais do processo de produção (exigências diárias como número de produtos, procedimentos necessários, etc.) ou que resultam de imprevistos (avarias em equipamentos e instalações, falta de recursos, etc.). Essa variabilidade também é relativa ao corpo de trabalhadores, tanto no que se refere às questões de trabalho como às questões da vida. Por exemplo, pode haver variabilidade quanto à qualificação, competência, gênero, ritmo de trabalho, dentro do campo das equipes de trabalho. No tocante à vida, podem ocorrer oscilações nas condições de saúde, problemas familiares, entre outros.

Entender as situações de trabalho, para a ergologia, significa identificar as normas previamente estabelecidas, denominadas normas antecedentes. Também é necessário compreender as renormatizações executadas pelos trabalhadores frente aos imprevistos, pois quando reestruturam a atividade dentro de certos limites, estão renormatizando o que foi imposto. Destarte, o trabalhador, para a ergologia, é visto sempre como ser ativo (SILVA, 2009).

A ergologia propõe um formato de análise das situações de trabalho que não fragmentem a realidade, primando pela superação da visão que trata apenas da prescrição da tarefa, pois existem muito mais detalhes além do que pode ser visto. Nogueira (2013) acentua que toda atividade de trabalho passa pela gestão das escolhas, debates, normas e valores, focando na importância da noção atividade na ergologia, tanto para a compreensão do trabalho como para a intervenção nesse campo.

O conceito de atividade, para Schwartz (2005), insere três características fundamentais: a primeira é a transgressão, segundo a qual ele não pode ser monopolizado por nenhuma disciplina ou campo de práticas, uma vez que a atividade é consciente e inconsciente, verbal e não verbal, biológica e cultural, além de mecânica e de valores. O segundo aspecto é a mediação: a atividade institui dialéticas entre os campos supracitados, bem como entre o local e o global. O terceiro atributo é a contradição (potencial): sempre haverá espaço para debates, e os seus resultados são incertos, no que se refere às normas antecedentes arraigadas e às tendências à renormalização que são resingularizadas pelos sujeitos.

Estudar a atividade, portanto, implica atentar-se aos seus vários fenômenos, como microgestões inteligentes da situação, às quais os sujeitos se lançam com o intento de produzir renormalizações. Entender a atividade de trabalho também envolve observar os modos de tratamento das variabilidades, as formas de hierarquização de gestos e atos, as

relações de trocas com a vizinhança humana, tendo em mente que, na atividade de trabalho, tais características constantemente se aproximam e se distanciam (SCHWARTZ, 2004).

Em vista disso, a abordagem ergológica tem por escopo a apreensão e a transformação da realidade, produzindo discussão e embate entre as experiências de vida e de trabalho. Os conceitos são sempre imperfeitos e provisórios, todavia importantíssimos para a construção coletiva das discussões. Por essa questão, a atividade encontra-se associada à produção de saúde, pois a perspectiva de gerir os riscos inerentes às tramas do trabalho prescrito contribui para a busca de equilíbrio e manutenção da saúde e bem-estar do trabalhador (ALMEIDA; HECKERT; BARROS, 2011).

Para Schwartz, analisado pela lente da atividade, o trabalho é o uso, no qual aquele que trabalha inevitavelmente deixa de si na atividade. Almeida, Heckert e Barros (2011) aplicam tal concepção ao trabalho docente. Apontam que, sincronicamente, os professores fazem “usos de si por si” para discernir questões referentes ao seu trabalho, além de haver um “uso” desse “si” por parte de outros que estão envolvidos em seu ambiente de trabalho, como os alunos, a comunidade, outros colegas professores, ou outros trabalhadores que estão envolvidos na prescrição de trabalho que vem do Estado. No trabalho, os usos de si, por si e pelos outros perpassam a atividade. Então, a forma de realizar a atividade materializa, de algum modo, a sociedade em que se vive.

1.2.1.2 O trabalho e sua função psicológica

Trazemos à reflexão o papel do trabalho como produtor de subjetividade. Como visto, o trabalho não se constitui apenas como manutenção das necessidades da existência e subsistência humana. Inegavelmente, ocupa esse espaço, contudo, para além satisfação material das necessidades básicas, aspectos psicológicos são também desenvolvidos na atividade de trabalho.

Com a premissa de que a atividade de trabalho exerce um papel psicológico na vida dos sujeitos, o filósofo e psicólogo francês Yves Clot descreveu a função psicológica do trabalho. Foi influenciado pelas reflexões do psicólogo Ivar Oddonne do MOI, pela Psicologia Sócio-Histórica (Vygotsky, Leontiev e Luria), e pelo linguista Bakhtin, com a técnica de análise do discurso (LIMA, 2007).

Para Clot (2001), a atividade é o continente no qual a subjetividade no trabalho está camuflada, e por isso é um foco de estudo para compreender as questões psicológicas. O autor estudou a subjetividade no trabalho por meio do que ele denominou de uma clínica da

atividade¹⁰, que seria o cruzamento entre a tradição da ergonomia francesa e a psicopatologia do trabalho, além do olhar influenciado pela psicologia histórico-cultural.

De acordo com Machado (2005), Clot trata o trabalho como um campo primordial do desenvolvimento humano. Por isso busca referenciais teóricos para auxiliar na reflexão da função que o trabalho pode desempenhar.

Clot (2006), referenciando Vygotsky, resgata a ideia de que o espaço social não é formado apenas pela união de sujeitos, mas que habita o sujeito em seu pensamento. Logo o espaço social é crucial para a apreensão da subjetividade, em que o coletivo se torna um instrumento de desenvolvimento individual. Então, a atividade trabalho, que se dá nesse espaço, mobiliza a subjetividade.

O autor esclarece dialeticamente o que concebe por atividade. Em sua concepção, quando se fala em atividade, não se diz respeito apenas àquilo que se faz, mas ao que não se faz, ao que não se pode fazer, ao que se tenta fazer sem sucesso, ao que se desejaria ou poderia fazer, ao que não se faz mais, e ao que se projeta fazer em outro momento. Não é apenas o ‘concreto’ que é real, em termos de atividade. O desgaste sofrido no trabalho (fadiga, estresse, etc.), por exemplo, pode ocorrer tanto por aquilo que os trabalhadores não podem fazer, quanto pelo trabalho exercido. Consequentemente:

As atividades suspensas, contrariadas ou impedidas, e mesmo as contra-atividades, devem ser admitidas na análise assim como as atividades improvisadas ou antecipadas. A atividade removida, oculta ou paralisada não está ausente da vida do trabalho. A inatividade imposta – ou aquela que o trabalhador se impõe – pesa com todo o seu peso na atividade concreta. Pretender deixar estas coisas de lado em análise do trabalho significa extrair artificialmente daqueles que trabalham os conflitos vitais dos quais eles buscam “se livrar” no real. O conceito de atividade deve então, incorporar o possível ou o impossível a fim de preservar nossas possibilidades de compreender o desenvolvimento e a sua entrada em sofrimento. (CLOT, 2001, p. 06).

É pertinente lembrar que a atividade do sujeito não tem foco único no objeto da tarefa, mas está também voltada às atividades dos outros, que podem ter como referência a atividade/tarefa desse sujeito para se dedicarem às suas próprias atividades. É nesse aspecto que atividade psicológica no trabalho se configura naquilo que é feito para participar ou se separar do universo dos outros. Ela é o trabalho assumido pelo indivíduo na esfera da atividade de trabalho dos outros (CLOT, 2007).

¹⁰ “É verdade, eu decidi manter a ideia de ‘clínica’ ao lado, colada, digamos assim, à de ‘atividade’, ‘clínica da atividade’, porque eu insisto no fato de que não podemos tratar da atividade sem tratar da subjetividade” (CLOT, 2006, p. 102).

Na proposta de uma abordagem focada na atividade, o autor identifica os elementos indispensáveis para o discernimento da subjetividade via análise do trabalho. Três conceitos de sua teoria são importantíssimos: o real da atividade, o gênero de atividade e o estilo da ação. O primeiro faz alusão à atividade do sujeito sobre si mesmo, como um filtro subjetivo que dá sentido à vida. É o que pode ser feito, mas não é, como as atividades suspensas, contrariadas, sem possibilidades de efetivação. O segundo é um sistema de instrumentos, construído no coletivo, que fica disponível na atividade individual. Envolve as atividades encorajadas, proibidas ou embargadas. Já o estilo da ação surge quando o trabalhador tem a possibilidade de raciocinar e expor sobre o seu trabalho, podendo viver e falar sobre ele (LIMA, 2007).

Apreendemos, então, que o trabalho é, por um lado, atividade material e, por outro, simbólica. Ao constituir homens e mulheres, constitui a sociedade, e também é meio para a construção da vida subjetiva. É uma atividade dirigida, já que é impossível haver atividade sem sujeito. Deve-se entender, para a análise do trabalho e de suas funções social e psicológica que, na organização do trabalho, a pura combinação de elementos impessoais, independentemente do grau de complexidade aplicado, não consegue atingir e produzir o indivíduo que se almeja. Se ele não for considerado, a princípio, como ser social, ficará sempre alheio à situação (CLOT, 2007).

1.2.2 A concepção de Saúde e de Desgaste no trabalho

Concebemos a saúde sob uma ótica ampliada, determinada de maneira multifatorial e vinculada a elementos sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais e psicológicos. Não se trata apenas de um processo biopsíquico. Primeiramente, deve ser vista como um processo social (BUZZ; FILHO, 2007; LAURELL; NORIEGA, 1989).

Coelho e Almeida-Filho (1999), na discussão sobre o conceito de saúde, buscando referências no teórico Canguilhem, elucidam:

[...] a saúde constitui um certo jogo de normas de vida e de comportamento, que se caracteriza pela capacidade de tolerar as variações das normas. [...] A saúde constitui uma certa capacidade de ultrapassar as crises orgânicas para instalar uma nova ordem fisiológica. Biologicamente assegurada pela vida, a saúde significa o luxo de se poder cair doente e se restabelecer. [...] no que se refere ao psiquismo humano, para Canguilhem, a norma é a reivindicação e o uso da liberdade para a revisão e a instituição de normas, o que implica 'normalmente' o risco da loucura (p. 24).

Dejours (1986), segundo a mesma lógica, defende que não é possível estabelecer uma definição simplista e objetiva de saúde, uma vez que é algo que se ganha, se enfrenta e de que se depende. Envolve cada indivíduo com fundamental papel ativo na conquista de sua saúde. No conceito que propõe, a saúde não pode ser vista como um estado de estabilidade; ao contrário, está em permanente movimento. O autor traz, para o seu conceito, a noção de liberdade em cuidar-se, apostando na viabilidade de restabelecer aquilo que for necessário, como, por exemplo, repousar quando se está cansado, ter a liberdade de se alimentar quando se tem fome, ou dormir quando se tem sono. Admite a eventualidade de adaptar-se com liberdade, de modo que não fuge da normalidade a condição de cansaço, de sonolência, de angústia ou até mesmo de adoecimento, como uma gripe, desde que se acessem os meios para cuidar de tais questões. Por isso, esse novo conceito se firma nos compromissos assumidos com diversas realidades que compõem a vida humana, como a realidade material (física, química, biológica), a realidade afetiva, relacional, familiar, psíquica, e a realidade social. Finalmente, para ele, ser saudável significa ter meios de traçar um caminho pessoal e original que aponte para o bem-estar físico, social e psíquico, respeitando os movimentos naturais desses aspectos.

Almeida, Heckert e Barros (2011) esclarecem que o conceito não está conectado à ausência de contratempos na saúde e bem-estar. Muito pelo contrário, argumentam que a vida pressupõe dilemas. A saúde é uma produção e uma conquista. É alcançada no movimento de criação de normas que favorecem o enfrentamento dessas adversidades. É saudável o desenvolvimento de certo limite de flexibilidade para as vicissitudes encontradas.

Logo, a definição de saúde não aceita um conceito simplório de ‘ausência de doença’, uma vez que, especialmente no campo de estudo da saúde e adoecimento docente, ambos os processos não são objetivamente dados. Há uma grande dificuldade de se determinar a relação entre o trabalho e o adoecimento.

Laurell e Noriega (1989) expõem que, de acordo com a medicina social, o processo saúde - doença se configura socialmente. O estabelecimento do nexó psíquico é um diferencial para compreender tal movimento. Para Almeida-Filho (2004, p. 872), o nexó psíquico pode ser explicado como a “[...] manifestação particular da corporeidade humana dos processos históricos gerais”.

Por isso, o adoecimento não é algo individual, que ocorre ‘de dentro para fora’. Não deve ser tratado como um fim em si mesmo, ou como o resultado obtido por um ‘corpo biológico frágil’ diante de uma pressão ‘natural’ externa, mas como um processo que se desenvolve de maneira dinâmica, que é determinado socialmente.

Muitas publicações têm abordado o adoecimento docente sob o signo de mal-estar. Em se falando de magistério, a expressão “mal-estar docente”, de Esteve¹¹ (1999), recorrentemente é utilizada para descrever os efeitos negativos sofridos pelos professores como resultado das condições psicológicas e sociais que vivenciam. As principais consequências do mal-estar docente, segundo o autor, seriam os sentimentos de desconcerto e insatisfação diante da realidade problemática da educação, contrastando com o desejo de realizar o trabalho; inibição como modo de não se envolver, evitando sofrimento; solicitações de transferências de instituições, ou mesmo abandono do magistério; absenteísmo; esgotamento, cansaço físico e mental; ansiedade; estresse; culpa pela incapacidade de controlar as más condições que impedem um bom trabalho; para melhorar o ensino; neuroses reativas; e depressão.

A ideia de mal-estar parece direcionar o foco para a saúde mental¹². Contudo, tem sido usada para descrever diversos fenômenos na docência que não se referem apenas aos aspectos psicológicos da saúde. Por ser um termo muito amplo e difuso, daremos preferência, aqui, ao uso da noção de desgaste biopsíquico de Laurell e Noriega (1989).

Para a compreensão do conceito de desgaste, é necessário comentar sobre as cargas de trabalho. Constituem uma categoria que se relaciona às condições ambientais do processo laboral, compreendidas como foco de mediação entre o trabalho e o desgaste do trabalhador. Podem ser externas ao corpo (cargas físicas, químicas, biológicas e mecânicas) ou internas (fisiológicas e psíquicas). Essa divisão não é rígida, por isso uma carga pode atuar externamente e passar a ter materialidade interna (LAURELL; NORIEGA, 1989).

Para Lemos (2005), no processo de trabalho, podem ocorrer subcargas, quando o trabalho é menos do que o trabalhador pode fazer, ou sobrecarga, quando se exige mais do que as possibilidades saudáveis de trabalho. Tanto no aspecto físico quanto no intelectual, os casos podem ter implicação como carga psíquica que se torna intensificada de acordo com vivência de cada trabalhador, em suas atividades. A seguir, no quadro 1, temos

¹¹ Embora o último sobrenome do autor seja Zaragoza, a totalidade das publicações em que é referenciado adota o penúltimo sobrenome. Tal fato se justifica porque na Espanha, seu país de origem, esse costume é comum. Por isso, “Esteve” é o sobrenome conhecido, que decidimos manter.

¹² Concordamos com Hashizume (2010): “A saúde mental virou uma expressão polissêmica, usada em situações desde empresariais a educacionais, passando por iniciativas isoladas de indivíduos, que através da literatura de autoajuda e ajuda assistida buscam solução a seus sofrimentos. As definições para essa expressão variam enormemente no que diz respeito a seus fins e referenciais teóricos que as subjazem. Poderíamos nos questionar se não seria mais adequado o uso do termo saúde [que] [...] já traz em sua etimologia o sentido de integralidade dispensando, pois, sua classificação em saúde física e mental.” (p. 98). Destacamos, portanto, que o uso do termo aqui não é feito para perpetuar a divisão “saúde física e psicológica”, mas apenas para identificar a natureza da materialidade interna (sempre em relação com o externo), como dito por Laurell e Noriega (1989).

exemplificações das diferentes cargas de trabalho, que elaboramos com base em Laurell e Noriega (1989):

Quadro 1 – Cargas de trabalho

<i>Cargas de materialidade externa</i>	
Físicas	Ruído, calor, etc.
Químicas	Pó, fumaça, fibras, vapores, líquidos, etc.
Biológicas	Micro-organismos.
Mecânicas	Aquelas que se convertem em ruptura de continuidade do corpo.
<i>Cargas de materialidade interna</i>	
Fisiológica	Ruptura dos ritmos fisiológicos e dessincronização – Ex. ciclos circadianos.
Psíquicas	Grupo 1 – Sobrecarga psíquica: Situações de tensão prolongada. Ex.: consciência da periculosidade; supervisão sob pressão; ritmos de trabalho.
	Grupo 2 – Subcarga psíquica: impossibilidade de desenvolver e fazer uso da capacidade psíquica. Ex.: Perda de controle sobre o trabalho (subordinado ao movimento de uma máquina); separação entre concepção e execução; desqualificação do trabalho; repetitividade e monotonia, etc.

Direcionando para a questão psicológica, Soratto e Pinto (1999) tratam da carga mental como fruto de um trabalho fragmentado e alienado, que tolhe a obtenção do prazer por quem o executa. Além de não gerar prazer, esgota a energia vital do sujeito, que passa a não atribuir valor à sua atividade ou aos resultados finais atingidos. Aliás, até resultados finais podem não ser percebidos. A presença de tais cargas no trabalho nem sempre corresponde ao grau de complexidade ou à exigência real do trabalho, porém, é certo que a frequência de cargas mentais culmina em alguma forma de desgaste.

O desgaste, então, é definido por Laurell e Noriega (1989, p.115) como “[...] a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica. Ou seja, não se refere a algum processo particular isolado, mas sim ao conjunto de processos biopsíquicos.”

De acordo com Seligmann-Silva (2011), no âmbito da Saúde Mental e Trabalho, alguns referenciais teóricos se ocupam de explicar o adoecimento dos trabalhadores¹³. A linha proposta pela autora, baseada em Laurell e Noriega, é uma abordagem integradora. Parte do conceito de desgaste (como consumo de substrato e das energias vitais), focando no “desgaste mental”, perpassa os conhecimentos da Psicologia Social, Ciências Sociais e Psicanálise.

Na abordagem integradora, um dos focos descritos por Seligmann-Silva (2011) é a

¹³ Seligmann-Silva (2011, p. 122) discorre sobre três correntes gerais de estudo sobre a saúde mental e trabalho: 1) Abordagens que têm suas raízes na teoria do estresse (mais voltada para a fisiologia); 2) Corrente de influências psicanalíticas (foco nos processos subjetivos ou intrapsíquicos); e 3) Modelo que adota o conceito de desgaste.

questão da dominação no trabalho. Na relação de dominação da atividade laboral, a desvantagem, por parte do sujeito dominado, traduz-se no consumo das suas forças vitais e energia psíquica no processo de trabalho. Adiante, ele sofre os constrangimentos que o desgaste lhe impôs.

O desgaste mental é categorizado por Seligmann – Silva (*op. cit*) em três níveis: 1) situações clínicas decorrentes do desgaste literal: deterioração do substrato orgânico, por ex. dano cerebral pela ação de substâncias neurotóxicas; 2) variações do ‘mal-estar’: fadiga (mental e física), por ex. alterações psicológicas e fisiológicas temporárias e cumulativas; e 3) desgastes que comprometem a subjetividade, atingindo a identidade do trabalhador por meio da agressão à dignidade e /ou à corrosão dos seus valores e crenças.

Esses conceitos e abordagens teóricas são as lentes que nos guiam nesta pesquisa. Entendemos que o trabalho se configura numa atividade essencial. Por um lado, é produtor de subjetividade, de vida e de saúde. Por outro, quando se dá em situações pautadas por dominação e exploração, culmina em desgaste do sujeito, que pode se manifestar de diversas formas.

Afunilando a discussão, acreditamos ser necessário refletir sobre o ‘pano de fundo’ da universidade que temos hoje. As transformações dos modelos de universidade adotados em nosso país forjaram a atual condição de trabalho nas IPES brasileiras. Discutimos essa questão no tópico a seguir.

1.3 MODELOS INTERNACIONAIS DE UNIVERSIDADE E AS INFLUÊNCIAS NA CONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

As mutações que, gradativamente, ocorrem na universidade e suas consequências têm ligação com o sistema socioeconômico vigente, que não modificou apenas a universidade brasileira. É preciso que se diga que as IPES, apesar das suas peculiaridades, se configuraram também inspiradas em modelos externos de universidade.

Souza et al. (2013) e Silveira e Bianchetti, (2016) discutem que, em geral, existem três tipos de universidade com maior destaque e influências em termos mundiais: o Modelo Alemão (Humboldtiano), o Francês (Napoleônico) e o Norte-Americano. Mais recentemente, temos as mudanças políticas ocorridas na educação da Europa, que desencadearam o processo de Bolonha, que também influenciou a forma de organização das universidades do Brasil.

O modelo alemão estabeleceu-se a partir da fundação da Universidade de Berlim, por volta de 1810. Essa universidade norteou as reformas das demais instituições de educação

superior (IES) da Alemanha. Fizeram parte de sua elaboração filósofos como Fichte, Schelling e Schleiermacher e também filólogos como Wolf e Humboldt, este considerado o fundador da Universidade de Berlim (PAULA, 2002).

Humboldt acreditava que as universidades deveriam ter maior autonomia frente às pressões externas que exerciam igreja e Estado. Foi ele que lançou a ideia da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, com foco especial para a pesquisa como grande oportunidade de aprendizagem. Além disso, defendia a educação geral, na qual a universidade deveria propiciar o desenvolvimento do intelecto, a produção de conhecimento, a colaboração entre os docentes, bem como entre estes e os discentes, a integração entre pesquisa e ensino, a sequência linear e complementar da educação básica e superior, e a possibilidade de produzir uma ciência que ele denominava de ciência pura e infinita (SOUZA et al., 2013; SILVEIRA; BIANCHETTI, 2016).

O modelo francês (napoleônico) floresceu a partir de 1808, sob a influência da Revolução Francesa. Nesse tempo e espaço, foi aguçado o espírito cartesiano nas ciências e na política. Tal universidade configura-se como cartesiana e técnico-profissional. É conduzida de acordo com os interesses do Estado, com foco no progresso econômico-político e pela divulgação da língua nacional. Não se pauta em pensamento filosófico voltado para o desenvolvimento humano, como no modelo humboldtiano. Seu entendimento é que a educação deve ser orientada pelas necessidades práticas da classe dominante (PEREIRA, 2009; SILVERIA; BIANCHETTI, 2016).

Esse formato de universidade é, segundo Silveira e Bianchetti (2016), um dos protótipos mais antigos de instrumentalização das IES pelo Estado, via legislações e controle financeiro, com o intuito de ‘modernização da sociedade’ e com o objetivo de construir uma identidade nacional e formar e conformar a classe trabalhadora.

Já o modelo norte-americano desenvolve-se a partir dos embates entre os modelos humboldtiano e napoleônico. Esse novo molde enfatiza o progresso, por isso congrega forças potenciais que impulsionem o desenvolvimento da civilização. Também coloca a universidade como instituição orientada pela democracia, a serviço da sociedade (*op. cit.*).

Nesse modelo, a universidade busca ajustar-se às necessidades da massificação da educação e do consumo. Por isso, ao aceitar a lógica empresarial, organiza-se para ir ao encontro dos interesses do setor produtivo, do Estado e da sociedade. Tal movimento se dá no modo de funcionamento da universidade, alterando seus objetivos. No modelo norte-americano, a universidade precisa produzir profissionais especializados, conhecimento para

desenvolvimento tecnológico e aplicado, tanto quanto pesquisas e serviços práticos (PAULA, 2002).

De acordo com Silveira e Bianchetti (2016), no Brasil, a universidade transitou entre os modelos humboldtiano (USP), napoleônico (UERJ) e norte-americano, este último sobretudo desde os anos 1960, com o governo civil-militar, por meio de acordos firmados entre o MEC e a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), com vistas ao desenvolvimento econômico e à elevação da capacidade de produção brasileira. A partir anos 1990, a universidade brasileira tornou-se, de fato, uma composição multiplamente determinada pelas concepções humboldtiana, napoleônica e norte-americana.

De acordo com Paula (2002), no final dos anos 1950, a universidade brasileira começou a sofrer críticas quanto ao seu aspecto fragmentado e viés profissionalizante. Para superá-las, houve a mobilização do governo e da comunidade acadêmica, com vistas à reformulação da universidade. Contudo, com o golpe miliar de 1964, as ideias defendidas pelo movimento estudantil e por professores progressistas foram distorcidas e incorporadas pelo governo militar, tornando a influência norte-americana mais forte na configuração da universidade brasileira.

Com o intuito não só de modernizar e expandir as instituições públicas, especialmente as universidades federais, mas também regular as instituições privadas de educação superior, aconteceu em 1968 o movimento de reforma universitária brasileira (MARTINS, 2009).

Conforme Paula (2002), a reforma da educação superior materializou-se na Lei 5.540/68, que trouxe elementos orientados pelo modelo norte-americano de universidade: inerência educação-desenvolvimento-economia; fomento às parcerias universidade-setor produtivo; racionalização da universidade (vestibular unificado, ciclo básico, cursos de pequena duração, regime de créditos e matrícula por disciplinas); extinção da cátedra e a instituição de departamentos; instituição da carreira aberta de professor e da dedicação exclusiva; expansão da educação superior (mais vagas nas universidades públicas e proliferação das particulares), proporcionando a massificação desse nível de formação; desenvolvimento de extensão universitária; e destaque aos âmbitos técnicos e administrativos, tirando o foco do caráter político da universidade.

Nessa conjuntura, a educação superior brasileira foi 'reformada', movimento que trouxe em seu bojo a predisposição à subordinação da educação aos interesses do mercado. Essa tendência não acontece só no Brasil, mas é uma demanda externa que o país incorporou em sua política. No plano internacional, essa propensão pode ser notada no já mencionado

Processo de Bolonha, um documento assinado por 29 países europeus no ano de 1999, tendo como perspectiva a ampla implantação até o ano de 2010 (SAVIANI, 2009).

Discutir sobre o Processo de Bolonha é necessário. Em que pese o fato de a legislação ou os acordos europeus não terem aplicação “obrigatória e direta” ao continente sul-americano, este é mais um marco histórico internacional com elementos que também influenciam a composição da universidade brasileira, em especial pela busca da modernização da educação. O objetivo do Processo de Bolonha foi estruturar um ambiente europeu de educação superior que agregasse e diferenciase o amplo número de subsistemas nacionais e de instituições educativas da Europa. A personagem principal do processo são as questões relacionadas à garantia da qualidade, que têm amparado a criação de vários sistemas de avaliação, conselhos e agências em diversos âmbitos, como os próprios cursos ou programas de pesquisa das instituições ou, ainda, dos sistemas nacionais ou regionais. Esses sistemas modulam-se como regulação transnacional, de adesão voluntária de cada país integrante. Com tal característica, a Associação Europeia para a Garantia da Qualidade da Educação Superior (em inglês *European Association for Quality Assurance in Higher Education - ENQA*) criou *standards* (poderíamos entender como padrões) e orientações para a avaliação da educação superior europeia, estruturação esta que se configura num modelo institucional de natureza gerencialista com inspiração empresarial (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

O movimento da Europa tem reflexos pelo mundo. No Brasil, as reformas educacionais recebem, constantemente, influências da política externa, especialmente porque aqui não há uma norma legal de educação superior consolidada. Lima, Azevedo e Catani (2008) ressaltam que existe apenas um aglomerado de leis, como a LDB, medidas provisórias e resoluções ministeriais que, paulatinamente, têm desenhado um novo formato de universidade no Brasil.

No Brasil, esse novo modelo que vem sendo elaborado tem sido denominado de Universidade Nova. Teve início com a tramitação do projeto de lei 7.200 no ano de 2006, que pressupôs uma modificação radical da universidade pública brasileira, com o objetivo de construir um formato de universidade inspirado no Modelo norte-americano e no Processo de Bolonha (Modelo Unificado Europeu). A universidade passaria a se estruturar em três ciclos: Ciclo 1 - Bacharelado Interdisciplinar; Ciclo 2: Formação Profissional; e, Ciclo 3: Pós-Graduação (*op. cit.*).

É preciso contextualizar que o cenário político de 2006 contava com o final do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que entraria no próximo ano em sua segunda administração e sucedia outros dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso -

FHC (1995-2002), período no qual houve um agudo processo de mercadorização das relações sociais. Na educação superior, as propostas de Lula, apesar de distintas, mantiveram resquícios da política de FHC. O projeto da Universidade Nova teve a chance de se materializar com a instituição do Programa de Apoio ao REUNI, pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. O programa comprometeu-se, em sua legislação, a gerar condições necessárias para atingir o objetivo de amplificar o acesso e a permanência na educação superior (na graduação), buscando o mais perfeito aproveitamento, tanto da estrutura física como dos recursos humanos existentes nas universidades. Embora a descrição contida no decreto pareça ter um objetivo louvável, é imprescindível que se questione sobre o estabelecimento de novas relações de trabalho com os professores. Esse programa de reforma trouxe, em seu bojo, financiamento para as universidades que fizeram adesão a ele, o que culminou em estímulo à concorrência entre as universidades, portanto, modificação na forma de organizar o trabalho para o cumprimento de metas (*op. cit.*).

A propósito de tais mudanças na universidade, como as implicações das políticas socioeconômicas na nova realidade das instituições públicas de educação superior, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem sido apontado como fator precarizador das relações de trabalho de docentes da educação superior pública. De acordo com Pinho (2013), a adesão ao REUNI foi voluntária por parte de cada universidade. Cada instituição que assinou o acordo teve que prever o cumprimento das metas exigidas pelo programa e, em contrapartida, recebeu recursos adicionais restringidos a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano da assinatura do acordo e no prazo de cinco anos. Para o autor, as metas impostas pelo REUNI podem ser ponderadas como exorbitantes, pois a elevação gradual da taxa de ‘conclusão’ média das graduações presenciais para 90% e o aumento da relação de alunos de graduação em cursos presenciais para 18 por professor ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano, provavelmente não aconteceria satisfatoriamente se o investimento em tal programa não acompanhasse o grau de exigência de suas metas, e foi o que aconteceu.

Não estamos criticando o REUNI como desprovido de predicados. No Decreto nº 6.096 de 2007, as diretrizes do programa direcionam para uma proposta de democratização do acesso ao ensino superior, por meio da redução das taxas de abandono dos cursos; o alargamento da mobilidade dos estudantes entre diferentes instituições, cursos e programas; a revisão da estrutura acadêmica; a ampliação das modalidades de graduação; o incremento de políticas de inclusão e assistência estudantil, além da necessária articulação entre graduação/pós-graduação e educação superior/básica (BRASIL, 2007).

Apesar dessas positivas diretrizes, estudos sugerem que o programa se tornou um mecanismo de intensificação do trabalho dos docentes nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), trazendo outras dificuldades ao processo de trabalho. Rodrigues (2012), em estudo sobre o REUNI na UFF, observou que o programa implicou alterações na formação dos estudantes e também no trabalho dos professores. As principais críticas abordam a reestruturação político-pedagógica, a deficiência de infraestrutura, a expansão do número de vagas sem número adequado de docentes e a criação de banco de professores equivalentes, produzindo maior precarização do ensino pela formação acelerada e desvinculação com a pesquisa. Tais características, segundo a autora, contribuíram para a intensificação/precarização do trabalho. O REUNI, na UFF, alterou a operacionalização dos cursos e determinou novos padrões para o trabalho docente o que, por conseguinte, afetou a formação acadêmica e a produção do conhecimento.

Essa questão pode ser constatada no Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 para Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 (BRASIL, 2012), segundo o qual as condições objetivas de trabalho não acompanharam os números de produção fomentados no REUNI. Por exemplo, o número de vagas cresceu em torno de 111% entre 2003 e 2011 (de 109.184 para 231.530 vagas), sendo que a graduação presencial atingiu um aumento aproximado de 60%; a pós-graduação teve um avanço de 90%, nos programas de pós-graduação *stricto sensu* e as matrículas na graduação na modalidade a distância cresceram mais que 520%. Entretanto, o número de trabalhadores não caminhou no mesmo ritmo. A contratação de docentes nas IFES foi de aproximadamente 44% no período de 2003-2012; no mesmo período, houve ampliação de somente 16% do corpo técnico-administrativo.

Mancebo, Vale e Martins (2015) estabeleceram duas hipóteses sobre o que, então, estaria sustentando o REUNI. A primeira concentra-se no mais-trabalho docente, ou seja, à medida que mais vagas são abertas e menos profissionais são contratados, espera-se que os antigos professores tenham mais trabalho para que as metas sejam atingidas. A segunda hipótese ampara-se no aligeiramento do ensino, associado à flexibilização de currículos e ao incremento da educação a distância (EaD), colaborando com a formação superior em massa. Os autores veem a confirmação de tais hipóteses na greve de 2012, cujas reivindicações giravam em torno da melhoria das condições de trabalho. No contexto do movimento docente, as políticas governamentais para a educação superior, em especial o REUNI, foram duramente criticadas em decorrência das consequências trazidas à universidade pública.

Por um lado, o REUNI tem intensificado o trabalho na graduação; por outro, a

expansão da pós-graduação também tem produzido consequências nas relações de trabalho docente. Os debates trazidos pelas publicações que analisamos salientam que o REUNI se estabeleceu como um fator precarizador, mas também, conforme Mancebo, Vale e Martins (2015), a expansão da pós-graduação tem empresariado ainda mais o conhecimento. De acordo com os autores, para que um curso de pós-graduação tenha validade em nosso país, deve ser recomendado pela CAPES, que o avalia anualmente e a cada quatro anos, determinando parte considerável do seu financiamento. A instituição governamental detém uma margem de poder deveras significativa no que se refere à questão do desenvolvimento e do controle nesse campo.

Além da CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também tem dirigido ações e estratégias que reforçam o caráter produtivista do trabalho docente na universidade. O currículo Lattes confirma isso. A plataforma, instituída no ano de 1999, funciona como base de dados para o registro das atividades desenvolvidas por pesquisadores. Foi legitimada como modelo-padrão nacional e serve como uma prateleira ou mostruário para o ‘mercado acadêmico’, o que obriga seus ‘produtos’ (pesquisadores) a estarem sempre se atualizando e, simultaneamente, incrementando suas descrições para se tornarem mais atrativos e valorizados (GUIMARÃES; MONTES; FARIAS, 2013).

Isso posto, não é difícil de se imaginar que a alta produtividade exigida pelos órgãos, estabelecida pela conjuntura política e socioeconômica e efetuada pelo trabalho docente, surge quase que como algo naturalizado, que de fato vem se tornando política de Estado. Já não depende mais da orientação (de direita ou de esquerda) dos governos vigentes. São nefastas as consequências do produtivismo (ou capitalismo) acadêmico sobre o trabalho docente, com consequências prejudiciais na atividade científica, uma vez que a liberdade e o tempo de produção da ciência não são respeitados e, pior que isso, são orientados e pressionados por interesses externos. Nessa trama, progressivamente acontece o encorajamento cativante para que as instituições de educação superior (com destaque para a pós-graduação) constituam parcerias com empresas. Esse dado pode ser conferido nas discussões trazidas pelas publicações que analisaremos adiante, de acordo com as quais os docentes precisam assumir o posto de empreendedores para conseguir financiamento para as suas pesquisas. A forma de capturar a subjetividade desses trabalhadores é desenrolada por intermédio de uma fórmula ideológica, em que se vende a ideia de que a pesquisa científica e tecnológica é a base para a geração e o incremento de riquezas, já que a formação de recursos humanos qualificados geraria impactos socioeconômicos positivos para o país (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

No entanto, entre promessas vendidas e resultados reais, temos um espaço infinito. Queremos dizer, com isso, que o contexto neoliberal forja realidades de sucesso que, na verdade, acabam contribuindo para a crença de que as universidades públicas, se inspiradas em modelos que se balizam em ideias de desenvolvimento humano, democracia e produção de ciência de maneira autônoma (e não determinadas pelo mercado), são improdutivas e por isso precisam ser renovadas a partir de outra perspectiva. Por consequência, de acordo com Paula (2002), o desenvolvimento de avaliações de produtividade (diga-se: uma produtividade ligada às demandas do mercado), que condiciona os financiamentos e investimentos, é uma forma de obrigar as universidades a funcionarem de acordo com a lógica do capital. Vinculando-as ao setor produtivo, o Estado, então, sucessivamente se exime do financiamento da pesquisa nestas instituições, transformando-as em agências prestadoras de serviços para a sociedade de mercado. Para a autora, o neoliberalismo encontrou formas de privatizar o bem público, por exemplo, cobrando por pesquisas encomendadas por empresas, cobrando cursos dos discentes e realizando projetos de extensão com fins lucrativos.

Toda essa lógica parece ter consequências diretas nas relações de trabalho de docentes. São os sujeitos que estão na ponta do serviço, executando suas atividades no cotidiano do trabalho, os mais afetados por essa organização. As situações laborais na universidade estão sendo modificadas de acordo com o interesse do capital, com mecanismos e estratégias cada vez mais sutis, que dificultam a percepção de quem ali está imerso. Isso não significa que os trabalhadores sejam necessariamente passivos. Os enfrentamentos e gestões diárias existem no cotidiano de trabalho, mas por vezes não são suficientes ou sucumbem diante da realidade fatigante. O fato do adoecimento denuncia as situações de trabalho que extrapolam as possibilidades de saúde e produção de equilíbrio.

SEÇÃO II

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nosso estudo é teórico, configurado numa Revisão Integrativa de Literatura (RIL), com o foco nas evidências acerca do adoecimento docente das IPES brasileiras.

2.1 AS REVISÕES DE LITERATURA E A RIL.

O processo de revisão da literatura requer a elaboração de uma síntese pautada em diferentes tópicos, capazes de criar uma ampla compreensão sobre o conhecimento na área. Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão da literatura é o ponto inicial para a construção do conhecimento científico, uma vez que, por meio dessa metodologia, novas teorias podem ser elaboradas. Igualmente, favorece a identificação de pontos que precisam ser desenvolvidos em novas pesquisas sobre um determinado tema, e oportunidades para o surgimento de estudos sobre um assunto específico.

Vosgerau e Romanowski (2014) notam que, na literatura, existem diferentes nomes para caracterizar a revisão de literatura, bem como diferenças na forma. As autoras didaticamente dividem os tipos de revisões em dois grandes grupos. O primeiro é composto pelos estudos cuja tarefa é mapear, tendo como objetivo levantar indicadores que fornecem caminhos ou referências teóricas para novas pesquisas. O segundo é formado pelas revisões que avaliam e sintetizam, oriundas da área de ciências da saúde; em geral, têm como foco identificar as condições em que determinadas evidências acontecem, com a possibilidade de elencar padrões de ocorrência de determinados fenômenos ou práticas.

A RIL está no segundo grupo, que avalia e sintetiza conteúdos. Uma definição adequada a esse tipo é:

[...] método de pesquisa que tem como objetivo localizar e integrar as inferências de projetos de pesquisas individuais, tanto as premissas centrais na validação do conhecimento quanto as envolvidas na análise de dados originais, para por fim apresentar o estágio atual do conhecimento sobre aquele tópico específico ou lançar possibilidades sobre os assuntos ainda não solucionados. (URSI, 2005, p. 37).

A principal diferença entre a RIL e as revisões cujo foco é apenas narrar determinada temática é que a primeira não busca somente discutir o conhecimento ou o estado da arte de uma questão específica, mas tem como escopo interconectar elementos isolados de estudos

publicados, abrangendo tanto pesquisas quantitativas como qualitativas, propiciando a obtenção de conclusões sobre determinado tema (TOLEDO, 2008).

2.2 ETAPAS DO PROCESSO INVESTIGATIVO

Seguimos as etapas da RIL propostas por Ganong (1987) e citadas por Botelho, Cunha e Macedo (2011):

1ª Etapa: Nomeação do tema e seleção da questão de pesquisa:

1.1: Definição do problema: Partindo do entendimento de que as situações de trabalho são compostas pelas experiências provenientes das condições materiais e organizacionais do trabalho, nossa indagação foi estabelecida acerca de quais situações de trabalho levam os professores universitários a adoecer.

1.2: Formulação da pergunta de pesquisa: Qual a relação entre as situações de trabalho em IPES e o adoecimento dos seus docentes?

1.3: Definição de estratégias de busca: Publicações nacionais e internacionais com a temática da saúde docente (de universidade pública brasileira).

1.4: Definição dos descritores: Observação de descritores em comum nos estudos apresentados na introdução e revisão de literatura, bem como investigação de descritores na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-MS/BIREME). Além disso, usamos algumas palavras-chave extras para especificar a relação entre o adoecimento e a universidade. No quadro 2, seguem os descritores utilizados na busca de publicações sobre a temática:

Quadro 2 – Descritores

DECS ¹⁴	Extras
Condições de trabalho	Saúde
Licença médica	Mal-estar
Ambiente de trabalho	Adoecimento docente
Docente	Professor universitário
Professor	Docente universitário
Professores universitários	Universidade federal
	Universidade pública ¹⁵
Descritores em Língua Inglesa	
<i>Sick leave</i> (Licença médica)	<i>Malaise teacher</i> (Mal-estar docente)
<i>Occupational health</i> (Saúde ocupacional)	<i>Occupational disease</i> (Doença laboral)
<i>Working conditions</i> (Condições de trabalho)	<i>Work environment</i> (Ambiente de trabalho)
<i>Disease</i> (doença)	<i>University</i> (Universidade)
	<i>Sickenning/ Sickness/ Illness / Professor</i> (Adoecimento / Docente)
	<i>Brazil</i>

1.5: *Definição das bases de dados:* No primeiro momento de buscas, elegemos as seguintes bases: 1) Periódicos da Capes; 2) Medline/ Pubmed (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* – Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica); 3) BVS-PSI (Periódicos em Psicologia - Pepsic); 4) *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal* (Redalyc); 5) Banco de teses e dissertações da Capes; 6) Bireme - Biblioteca Regional de Medicina e Ciências da Saúde (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – Lilacs); 7) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT); 8) Banco de dados de resumos e citações de artigos (*Scopus*) e 9) Anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (Grupo de Trabalho/GT 09: Trabalho e Educação; e GT 11: Política de Educação Superior).

Inicialmente, optamos por estudar apenas as universidades federais. No entanto, ao aplicarmos os descritores nas bases listadas, observamos um número insuficiente para uma análise consistente. Decidimos, então, num segundo momento, abarcar todos os estudos, encontrados por meio dos descritores, que trouxessem para o debate a questão do adoecimento e as condições e organização do trabalho em universidades públicas, não apenas nas federais. Para isso, refizemos todas as buscas nas bases citadas, ampliando o foco para as

¹⁴Descritores em Ciências da Saúde (DECS): Base de busca de descritores. Com vocabulário estruturado e trilingue, o DeCS foi criado pela BIREME para servir como uma linguagem única na indexação de artigos de revistas científicas, livros, anais de congressos, relatórios técnicos, e outros tipos de materiais, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica nas fontes de informação disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), como a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS, *Literature Analysis and Retrieval System Online* – MEDLINE/PUBmed e outras (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2015)

¹⁵ Utilizado apenas na segunda rodada de buscas.

universidades públicas em geral, inserindo um novo descritor: “Universidade Pública”¹⁶. Excluímos a base *Scopus*, por não gerar publicações afins e agregamos a base Portal Brasileiro de publicações científicas em acesso aberto – Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (OASISBR –IBICT). Investigamos também o GT20 da ANPED (Psicologia e educação).

O número de bases foi dilatado para atingir o máximo de publicações possíveis. Conduzimos buscas em cada base, combinando os descritores. A biblioteca Bireme congrega várias delas, como a Scielo e a Lilacs. Ainda fizemos buscas nessas duas bases separadamente, combinando os descritores de forma diferenciada. A mesma relação ocorreu com a BVS-PSI e Pepsic. Na ANPEd, as buscas não ocorreram por descritores; foi manual, com leitura dos títulos e resumo de todos os trabalhos disponíveis de cada GT selecionado (GT09; GT11, e GT20), pois a busca via descritores não levou a nenhuma publicação.

2ª Etapa: Construção de critérios de inclusão e exclusão:

2.1 *Critérios de exclusão*: Estudos com Professores de universidades privadas, comunitárias e municipais; Professores do ensino infantil, básico e médio; e estudos com Institutos Federais, quando o foco fosse a educação técnica ou o ensino médio.

2.2 *Critérios de inclusão*: Artigos, teses e dissertações publicados em língua portuguesa ou inglesa, desde que tivessem como foco de estudo a questão do adoecimento de professores de Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiro (Estaduais e Federais). Como recorte temporal, optamos pelo período de 1996 a 2016¹⁷. O ano de 1996 foi escolhido pelo fato de coincidir com a promulgação da Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), que descreve, entre outros aspectos, os profissionais da educação e a organização do ensino superior no país.

Houve uma adequação quanto ao recorte temporal para a busca nos sítios da ANPEd, pois estão disponíveis apenas os trabalhos de eventos realizados a partir do ano 2000. Assim, pesquisamos de 2000 a 2015, somando 15 eventos¹⁸.

3ª Etapa: Identificação das publicações pré-selecionadas: Leitura dos títulos das publicações, palavras-chave, resumo e parte dos estudos quando necessário, para aplicar os critérios de inclusão e exclusão.

4ª Etapa: Categorização dos estudos selecionados: as informações obtidas nos estudos

¹⁶Percebemos que o uso do termo “Instituições Públicas de Educação Superior” não dava acesso a muitas publicações, motivo pelo qual priorizamos descritores como Universidade Federal e Pública.

¹⁷ Publicações disponíveis até o mês de maio de 2016.

¹⁸Em 2014, não houve reunião da associação.

foram sumariadas por meio da adaptação do instrumento¹⁹ validado por Ursi (2005), como forma de categorizá-las. O instrumento contou com campos para levantamento de dados específicos, como as situações de trabalho, a partir das quais observamos elementos da organização e das condições de trabalho. As cargas de trabalho foram sumariadas no campo das situações de trabalho. Todas as informações levantadas foram dispostas em uma planilha eletrônica, com a organização de alguns dados quantitativos que são vistos na seção a seguir.

5ª Etapa: Análise e interpretação do material: discussão dos elementos obtidos e categorizados;

6ª Etapa: Apresentação do relatório (síntese do conhecimento).

¹⁹Vide apêndice A.

SEÇÃO III

3. AS DESCOBERTAS

O caminho metodológico escolhido para este estudo, a RIL, exigiu grande esforço no que concerne à investigação. As buscas aconteceram em dois momentos. No primeiro momento de levantamento de material bibliográfico, com foco na universidade federal, fizemos 83 combinações de descritores. A soma bruta foi de 2.382 publicações encontradas, porém muitas se repetiram na mesma base de dados, devido às combinações dos descritores e também entre as bases²⁰. Desse número geral, após análise dos resumos, apenas 34 estavam dentro dos critérios de seleção da pesquisa. Destes, apenas 29 estavam disponíveis para acesso na internet. Por nossa solicitação, um dos textos faltantes foi-nos enviado por *email* pela autora, somando então 30 textos disponíveis para análise.

Dos outros quatro textos indisponíveis, dois eram artigos publicados na revista de enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Enviamos *email* para o periódico e obtivemos a resposta de que tais textos não foram publicados *online*; havia apenas a versão impressa. Outras duas publicações eram dissertações pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Não conseguimos no contato com os autores. Como pareciam estar apenas em modalidade impressa, a única forma de obtê-las seria através do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT). O programa não abre acesso a toda obra e não é um serviço gratuito (IBICT, 2016). Por isso excluimos essas quatro publicações. Como explicitado, por ser um número relativamente baixo, decidimos aumentar as buscas, incluindo os estudos que tratassem de universidades públicas, não apenas de universidades federais.

Nessa segunda etapa²¹ de buscas, montamos 92 tipos de combinações dos descritores elencados, gerando 2.892 publicações, que resultaram na inclusão de 76 publicações gerais (já somadas as 30 da busca 1). Com a inclusão de novas bases de dados, estendemos o número de estudos sobre as universidades. Destas 76 publicações, 48 tratam de estudos realizados em Instituições Federais (18 a mais que na primeira busca), que curiosamente apareceram ao utilizarmos o descritor “Universidade Pública” e não haviam aparecido com o descritor “Universidade Federal”; 28 são estudos em universidades estaduais e em universidade pública brasileira, sem discriminar a instância específica (estadual ou federal). Portanto,

²⁰Os números gerados de cada combinação de descritores na etapa 1 de buscas podem ser conferidos no Apêndice B.

²¹Dados disponíveis no Apêndice C.

denominamos as publicações encontradas neste momento de Estaduais e Públicas Sem Especificação (PSE).

Diante dessa questão metodológica, achamos oportuno analisar os dados separadamente, para fins de comparação. Incluímos um novo objetivo à pesquisa: observar a existência de aproximações ou distanciamentos da realidade do trabalho docente e suas consequências, nos sistemas federal e estadual de ensino superior brasileiro.

No apêndice D, há a discriminação completa de todos os estudos referentes às universidades federais, incluídos para análise nesta pesquisa, bem como as demais informações como ano, autores, tipo de publicação e periódico.

No apêndice E, constam as informações das 28 publicações relativas ao nível estadual e PSE. Pelas questões expostas anteriormente, contudo, ressaltamos que 12 textos tratam especificamente da esfera estadual; nove publicações são estudos de campo em universidade pública sem discriminar o nome nem instância de governo e outras sete tratam de textos críticos sobre da universidade pública, sem evidenciar uma esfera administrativa.

3.1 OS RESULTADOS EM NÚMEROS

Do total de 76 textos encontrados, cinco são teses de doutorado, 23 dissertações de mestrado e 48 artigos. Sobre as Universidades Federais são duas teses, 19 dissertações e 27 artigos. Especificamente sobre a Universidade Estadual ou PSE, os resultados são: três teses, quatro dissertações e 21 artigos.

A tabela 1 exhibe a distribuição de publicações por ano. Observamos o crescimento do destaque que a temática do adoecimento no ensino superior vem ganhando nos últimos dez anos.

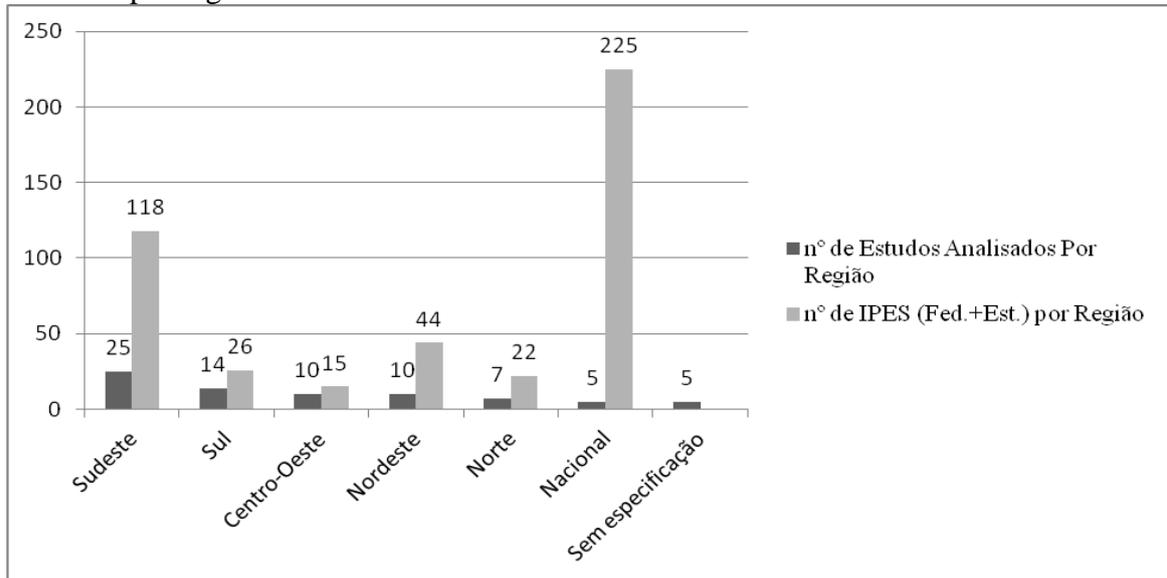
Tabela 1 – Frequência de publicações por ano 1996 – 2016

Ano	Freq. Fed.	Freq. Acum.	Freq. Acum.%	Freq. Est. e PSE	Freq. Acum.	Freq. Acum.%
Ano 2016*	1	1	2,1	0	0	0,0
Ano 2015	9	10	20,8	0	0	0,0
Ano 2014	2	12	25,0	4	4	13,8
Ano 2013	8	20	41,7	7	11	37,9
Ano 2012	7	27	56,3	0	11	37,9
Ano 2011	8	35	72,9	3	14	48,3
Ano 2010	2	37	77,1	4	18	62,1
Ano 2009	2	39	81,3	1	19	65,5
Ano 2008	0	39	81,3	1	20	69,0
Ano 2007	1	40	83,3	3	23	79,3
Ano 2006	0	40	83,3	2	25	86,2
Ano 2005	6	46	95,8	2	27	93,1
Ano 2004	2	48	100,0	0	27	93,1
Ano 2003	0	48	100,0	0	27	93,1
Ano 2002	0	48	100,0	1	28	100,0
Ano 2001	0	48	100,0	0	28	100,0
Ano 2000	0	48	100,0	0	28	100,0
Ano 1999	0	48	100,0	0	28	100,0
Ano 1998	0	48	100,0	0	28	100,0
Ano 1997	0	48	100,0	0	28	100,0
Ano 1996	0	48	100,0	0	28	100,0
Total	48			28		

*Referente ao período de janeiro a maio de 2016.

As pesquisas sobre o adoecimento docente no âmbito da universidade pública têm se estendido por todas as regiões brasileiras. O gráfico 1 demonstra o número de estudos realizados por região. Notamos maior produção na região sudeste, onde há mais concentração das universidades públicas brasileiras. Também fizemos o levantamento do número de Universidades Públicas no Brasil por região para termos um panorama da distribuição de IPES no país.

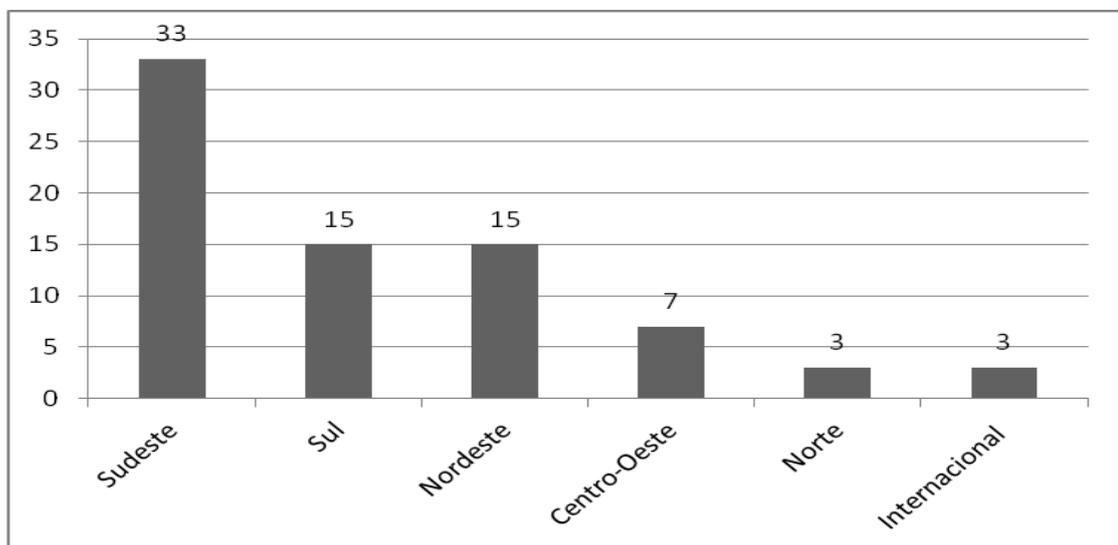
Gráfico 1. Número de publicações por região geográfica e número de Universidades Públicas no Brasil por região.



Fonte: Dados da pesquisa (2017) e informações do Censo da Educação de 2014 (BRASIL, 2014).

No gráfico 2, discriminamos os textos por região. Constatamos a continuidade de prevalência nas regiões Sudeste, seguida do Sul e do Nordeste.

Gráfico 2. Descrição por região geográfica de publicação.



As Universidades Federais com maior frequência de publicação em relação ao recorte analisado foram: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e Universidade Federal do Pará (UFPA). Cada uma concentrou quatro publicações sobre a temática. No tocante às estaduais, a Universidade de São Paulo (USP)

está representada em seis estudos e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em três. Juntas reúnem quase 40% dos estudos analisados.

A tabela 2 especifica quais áreas/campos científicos desenvolveram os estudos aqui elencados. A maior parte foi realizada nos campos da Educação, Psicologia e Enfermagem, respectivamente. Para chegar a tais resultados, catalogamos a área de concentração dos programas de pós-graduação aos quais estavam vinculadas as teses e as dissertações incluídas. Quanto aos artigos, levamos em conta a área de formação dos autores, o departamento de vinculação e/ou a descrição do campo de interesse que porventura tenha aparecido no corpo do texto.

Tabela 2. Estudos por área científica

Área/campo do estudo	Federal	%	Estaduais e PSE	%	Total	%
Educação	12	25,0	5	17,9	17	22,37
Psicologia	8	16,7	6	21,4	14	18,42
Enfermagem	7	14,6	6	21,4	13	17,11
Saúde	7	14,6	4	14,3	11	14,47
Multidisciplinar	4	8,3	2	7,1	6	7,89
Engenharias e Ambiente	4	8,3	1	3,6	5	6,58
Administração	3	6,3	2	7,1	5	6,58
Ciências Sociais	3	6,3	0	0,0	3	3,95
Fonoaudiologia	0	0,0	1	3,6	1	1,32
Serviço social	0	0,0	1	3,6	1	1,32
TOTAL	48	-	28	-	76	100,00

Sobre as condições de trabalho, nas Federais e em Estaduais e PSE, respectivamente 29 e 18 estudos apontam situações de trabalho que podemos avaliar como provocadoras de desgaste de seus trabalhadores. Por exemplo, 22 e 13 publicações destacam a sobrecarga de trabalho como motivador de sofrimento, 17 e 7 relatam a precarização do trabalho docente, 16 e 12 descrevem condições de intensificação das atividades laborais, 12 e 8 destacam o produtivismo acadêmico como fonte de sofrimento, 11 e 9 declaram que o produtivismo gera competição entre pares, 7 e 3 dão ênfase ao processo avaliativo como gerador de sofrimento, outros 7 e 1 expõem que a maneira como ocorreu a expansão/reestruturação das IFES contribui para a precarização e o adoecimento docente, 6 e 4 publicações enfatizam as mudanças ocorridas nos anos 1990 como grandes influenciadoras das condições de trabalho atuais²², 4 e 3 discutem que o docente do ensino superior tem se transformado em “professor/empreendedor” por se sentir impelido a angariar recursos financeiros externos para

²²Sobre esse ponto, trataremos na seção IV.

o desenvolvimento de pesquisa, e, por fim, um estudo compara o profissional docente ao trabalhador proletário.

Baseando-nos na síntese do conceito de “Cargas de trabalho” trazida por Lemos (2005), fundamentada também em Laurell e Noriega, segundo quem as cargas são compreendidas como um aglomerado de esforços criados com a função de atingir as exigências das tarefas que envolvem custos físicos, cognitivos e psicoafetivos (emocionais) resultando em desgaste, elencamos na tabela 3 as principais cargas mencionadas nos textos:

Tabela 3. Cargas de trabalho citadas nas publicações analisadas

CARGAS	FREQUÊNCIA NOS ESTUDOS					
	Fed.	%	Est. e PSE	%	Total	%
Externas: Físicas/químicas/biológicas/Mecânicas						
Má conservação e/ou ausência de estrutura, materiais e equipamentos	11	22,9	6	21,4	17	22,4
Temperatura/ruído/umidade/ ventilação insatisfatórios	9	18,8	2	7,1	11	14,5
Ergonomia/desconforto/mobiliário inadequado	8	16,7	1	3,6	9	11,8
Exposição a riscos de contaminação	3	6,3	1	3,6	4	5,3
Sujeira/Poeira	3	6,3	1	3,6	4	5,3
Ficar em pé	2	4,2	1	3,6	3	3,9
Salas cheias	2	4,2	0	0,0	2	2,6
Carregar peso	1	2,1	1	3,6	2	2,6
Falar por muito tempo	0	0,0	1	3,6	1	1,3
Internas: Fisiológicas/Psicológicas						
Invasão do trabalho na vida pessoal e familiar	22	45,8	7	25,0	29	38,2
Pressões/metapublicação/produzitividade	16	33,3	11	39,3	27	35,5
Excesso de atividades/de trabalho	12	25,0	6	21,4	18	23,7
Competição	10	20,8	6	21,4	16	21,1
Relacionamentos Interpessoais	10	20,8	7	25,0	17	22,4
Carga horária excessiva	8	16,7	3	10,7	11	14,5
Insatisfação salarial	6	12,5	6	21,4	12	15,8
Ritmo acelerado/estressante	5	10,4	2	7,1	7	9,2
Avaliação	5	10,4	2	7,1	7	9,2
Violência	4	8,3	1	3,6	7	9,2
Insatisfação com o trabalho	3	6,3	2	7,1	5	6,6
Altas demandas psicológicas e baixo nível de controle	2	4,2	0	0,0	2	2,6
Ambiguidade de papéis	2	4,2	1	3,6	3	3,9
Falta de recursos- gerador de estresse	2	4,2	2	7,1	4	5,3
Papel gerencial	2	4,2	1	3,6	3	3,9
Falta de possibilidade de crescimento	1	2,1	0	0,0	1	1,3
Clima organizacional	1	2,1	1	3,6	2	2,6
Eficácia e controle	1	2,1	0	0,0	1	1,3
Atividades administrativas	1	2,1	3	10,7	4	5,3
Falso prazer	0	0,0	1	3,6	1	1,3
Trabalho emocionalmente pesado	0	0,0	1	3,6	1	1,3
Exigência de cumprimento de prazos (Capes)	0	0,0	1	3,6	1	1,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Para chegarmos a esse resultado, organizamos o levantamento em Cargas externas (Físicas / Químicas / Biológicas / Mecânicas) e Cargas Internas (Fisiológicas / Psicológicas), feito no instrumento de sumarização. Contabilizamos o aparecimento de cargas de trabalho nos estudos, de forma que uma mesma publicação pode ter descrito uma ou várias cargas. A porcentagem final refere-se aos 76 textos analisados.

Além de apontar as cargas, as pesquisas sugerem que, em decorrência do tipo de organização laboral, os docentes podem desenvolver doenças, transtornos e sintomas que nem sempre são diagnosticados como resultado das situações de trabalho. Na tabela 4, fizemos um levantamento das principais descrições em termos de desgaste docente nas publicações.

Tabela 4. Desgaste e adoecimentos citados nas publicações analisadas

Adoecimento- Sintomas - Sofrimento - Transtornos ²³	Freq. Fed.		Freq. Est. e PSE		Total	%
	Fed.	%	PSE	%		
Desgaste mental; Estresse ²⁴	25	52,1	14	50,0	39	51,3
Dores osteomusculares/musculoesqueléticas	16	33,3	3	10,7	19	25,0
Depressão	13	27,1	3	10,7	16	21,1
Problemas relativos ao sono; Bruxismo	12	25,0	4	14,3	15	19,7
<i>Burnout</i>	10	20,8	5	17,9	15	19,7
Ansiedade	9	18,8	4	14,3	13	17,1
Cansaço; Exaustão	9	18,8	4	14,3	13	17,1
Transtornos mentais/TMC	11	22,9	0	0,0	12	15,8
Dor (cabeça e outras partes do corpo)/Enxaqueca	11	22,9	4	14,3	12	15,8
Problemas com a voz	9	18,8	3	10,7	12	15,8
Nervosismo; Irritação; Mau-humor	9	18,8	2	7,1	11	14,5
Hipo/Hipertensão arterial	7	14,6	3	10,7	10	13,2
Uso de medicação prescrita e automedicação	7	14,6	3	10,7	10	13,2
Problemas no trato digestivo	7	14,6	2	7,1	9	11,8
Problemas cardiovasculares; Taquicardia; Infarto	5	10,4	2	7,1	7	9,2
Problemas de concentração e memória	4	8,3	2	7,1	6	7,9
Alergias	3	6,3	3	10,7	6	7,9
Frustração por falta de reconhecimento	3	6,3	2	7,1	5	6,6
Mal-estar	3	6,3	2	7,1	5	6,6
Diabetes	3	6,3	2	7,1	5	6,6
Labirintite	3	6,3	2	7,1	5	6,6
Problemas psíquicos e somáticos; Sofrimento mental	1	2,1	0	0,0	5	6,6
Problemas oftalmológicos	2	4,2	2	7,1	5	6,6
Sedentarismo, sobrepeso e obesidade	4	8,3	0	0,0	4	5,3
Absenteísmo e presenteísmo	3	6,3	0	0,0	3	3,9
Distúrbios Hormonais; Endócrinos; Metabólicos	3	6,3	0	0,0	2	3,9
Câncer	0	0,0	2	7,1	2	2,6
Acidente Vascular Cerebral (AVC)	2	4,2	0	0,0	2	2,6
Dificuldade de relacionar-se; Isolamento	1	2,1	1	3,6	2	2,6
Tabagismo	1	2,1	0	0,0	1	1,3
Bronquite	1	2,1	0	0,0	1	1,3
Baixa autoestima	1	2,1	0	0,0	1	1,3
Infecção urinária (não ingerir água por falta de tempo)	1	2,1	0	0,0	1	1,3
Acidente de trabalho	1	2,1	0	0,0	1	1,3
Varizes	0	0,0	1	3,6	1	1,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

²³ Alguns sintomas e adoecimentos são fenômenos esperados dentro de certos limites da idade. De acordo com publicações que revelaram as idades dos participantes, parte da população docente é idosa ou está se encaminhando para a velhice. No entanto, alguns sintomas e adoecimentos descritos podem ser agravados ou surgirem de forma precoce em decorrência do trabalho.

²⁴ Nas publicações analisadas, a deterioração da saúde docente aparece com duas nomenclaturas, adotadas de acordo com o referencial teórico dos autores: desgaste mental e estresse. Por isso optamos por manter as duas na tabela, demarcando que existem diferentes olhares teóricos para o fenômeno.

Optamos por não criar categorias em relação aos acometimentos à saúde. Nosso objetivo foi descrever o mais minuciosamente possível o aparecimento de todos os tipos de adoecimentos, sintomas, sofrimentos e desgastes de docentes nas publicações que investigamos. Alguns estudos objetivam estudar adoecimentos e/ou sintomas de forma mais geral; outros estudam questões muito específicas, inviabilizando a soma pura dos números encontrados ou a junção de semelhantes. No entanto, considerando que descrições como insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somática referem-se aos transtornos mentais menores, incluímos várias descrições dentro do espectro das questões psíquicas, corroborando com a leitura de que o conjunto maior de problemas apontados, quando se observa o desgaste no trabalho docente, é do campo do sofrimento mental²⁵.

O desgaste no trabalho, aparecendo muitas vezes sob o nome de estresse laboral, é citado em 39 textos (25 F e 14 Est/PSE), ou seja, mais de 50% das publicações.

Dez publicações destacam também a questão do bem-estar no trabalho. Quatro delas (FERREIRA; 2011; CUPERTINO, 2012; HASHIZUME, 2010; VILELA; VIEIRA; GARCIA; 2013) apontam que, apesar de sofrimento e adoecimento, há relatos de satisfação e prazer no trabalho.

3.2 OS RESULTADOS QUALITATIVOS: NÚCLEOS DE INTERESSE QUANTO ÀS TEMÁTICAS ABORDADAS NAS PUBLICAÇÕES

Quanto aos objetivos dos estudos, percebemos interesses investigativos em comum. Para facilitar o estudo, organizamos textos com interesses análogos em dois núcleos de classificação. A ideia dos núcleos é aglutinar pontos específicos para discussão posterior²⁶. Formulamos o núcleo 1, que denominamos de Saúde e Trabalho, em quatro subcategorias: a) questões gerais de saúde, b) categoria trabalho, c) desgaste, estresse, transtornos mentais, e d) qualidade de vida (QV).

²⁵Frisamos que, como optamos por não abordar a ótica da psicodinâmica do trabalho – embora seja uma discussão muito pertinente – o termo “sofrimento mental” não foi utilizado neste estudo como um descritor na busca por publicações. Portanto, não consideramos os estudos que tratam dessa abordagem específica de prazer e sofrimento. Sabemos da existência de mais produções nesse campo, e não apenas as citadas. Assim, aqui, as discussões sobre esse viés se dão pelo fato de o termo ter aparecido em algumas publicações, mas não como objetivo específico da nossa pesquisa.

²⁶No Apêndice F, esquematizamos um quadro das temáticas com as respectivas referências que compõem os núcleos.

Intitulamos o núcleo 2 de análise de Políticas Educacionais/ Avaliação/ REUNI e Formação Docente. Importante esclarecer que os muitos textos não trazem uma organização rígida, por isso perpassam várias subcategorias. Em nossa categorização, adotamos o critério de dar destaque ao assunto que mais sobressaiu em cada publicação. Contudo, como vários textos transitam e dialogam entre os temas, essa divisão é puramente didática. Tem o propósito de facilitar e orientar nossas reflexões, de acordo com pontos evidentes.

3.2.1 Núcleo 1: Questões relativas à saúde e ao trabalho

Esse núcleo de interesse concentra 62 (81,5%) dos textos analisados. Aqui as análises voltam-se para as condições e organização do trabalho; questões específicas do trabalho no sistema capitalista e repercussões na saúde; questões amplas de saúde (alguns tratam especificamente do Desgaste - Estresse); e outros de Qualidade de Vida (QV), numa vertente mais organizacional.

A partir dos 62 textos, construímos subcategorias para demonstrar os centros de interesse na órbita da temática saúde e trabalho. Um total de 35 (42,1%) dos estudos analisam questões amplas de saúde, envolvendo investigações com objetivos de: avaliar cargas psíquicas do trabalho docente; analisar as condições de trabalho e as implicações na saúde; investigar a presença de sintomas físicos nos trabalhadores; identificar a presença de prazer e sofrimento laboral; e investigar a relação entre trabalho e voz.

Doze (15,7%) das 62 publicações se propõem a estudar a categoria Trabalho. Tratam de questões relativas às percepções sobre o próprio trabalho; sobre as condições do trabalho docente; e, ainda, as características produtivistas advindas do sistema socioeconômico vigente.

O desgaste do trabalhador, em geral descrito como Estresse e os Transtornos Mentais são tema central em dez (13%) estudos, que se encarregam de avaliar condições estressantes, vulnerabilidade ao estresse e estratégias de enfrentamento desse fenômeno específico. Também é denominado como estresse laboral, quando da correlação direta entre o adoecer e o trabalho desenvolvido.

A temática Qualidade de Vida no Trabalho/Estilo de Vida é apresentada em sete (9,2%) dos estudos cujo objetivo é investigar as relações entre satisfação e bem-estar no trabalho e domínios da qualidade de vida.

3.2.2 Núcleo 2: Políticas Educacionais/ Avaliação/ REUNI e Formação

O núcleo 2 concentra 14 textos, 12 dos quais discorrem sobre Políticas Educacionais, o sistema de Avaliação nas universidades e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse núcleo abarca estudos que discutem as transformações políticas e as implicações no trabalho docente; as avaliações aplicadas aos programas de pós-graduação; e o REUNI e as conseqüentes precarização, intensificação e sobrecarga de trabalho geradas pela implicação direta das políticas na docência.

Além da temática das políticas, dois estudos desenvolvem escritos em Formação Docente. Um deles avalia como precária a situação de um programa de formação docente no nordeste do país (NASCIMENTO, 2012) e outro defende a formação docente como forma de melhoria na saúde dos professores, visto que conteúdos de prevenção poderiam ser trabalhados nesses espaços (LIMA; ALTHUS, 2016).

3.2.3 Tendências teóricas e metodológicas encontradas

Sobre o delineamento das pesquisas, 42 configuram-se na abordagem qualitativa (sete são revisões de literatura, quatro se referem a ensaios e as demais aos estudos de campo), outras 20 são de base quantitativa e 14 são apoiadas na abordagem quali/quantitativa.

Do total de 76 estudos, 48 explicitam o gênero dos participantes: 26 abordam mais mulheres e 19, mais homens. Apenas três publicações investigam o mesmo número de pessoas em igualdade quanto ao gênero, e 28 não explicitam sobre sexo ou gênero.

Identificamos algumas linhas de análises dos textos: oito estão pautados na temática do estresse segundo as leis da fisiologia, numa visão mais biomédica (SCHERER, 2004; PAIVA; SARAIVA, 2005; COSTA et al., 2005; BACHION et al., 2005; TAVARES, 2010; OLIVEIRA; CARDOSO, 2011; CHRISTOPHORO; WAIDMAN, 2002; AX WILHELM; ZANELLI, 2013), dois textos discutem o desgaste docente, concatenando ideias de diferentes abordagens teóricas: Mulato (2008) trabalha com os modelos de estresse, dialogando com a psicopatologia do trabalho, e Gueiros (2005) parte da teoria do desgaste (Seligmann) e do sofrimento (Dejours) para estudar o estresse numa vertente fisiológica (Lipp).

Três textos associam o materialismo histórico-dialético à psicodinâmica do trabalho de Dejours (LE MOS, 2011; GRADELLA JÚNIOR, 2010; LIDUÁRIO, 2013); outros oito trabalham apenas sob a perspectiva crítica do materialismo histórico-dialético (CAMPOS, 2011; MOTA JÚNIOR, 2011; MEGUINS, 2015. LÉDA, 2006; BIANCHETTI; MACHADO,

2007; SILVA JÚNIOR; LUCENA; FERREIRA, 2013; NUNES et al., 2014), a perspectiva gramsciana (HEIJMANS, 2005) ou a dialética do concreto (CASSANDRE, 2011).

Ainda sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, há uma convergência na discussão teórico-crítica em educação e trabalho, tendo Ricardo Antunes como teórico muito citado no campo do trabalho, bem como nas análises das políticas educacionais. (LÉDA, 2007; NASCIMENTO, 2012; COSTA JÚNIOR, 2011; BORSOI, 2012; RODRIGUES, 2012; BORSOI; PEREIRA, 2013; MATTOS, 2013; ARAÚJO, 2013; SOUSA, 2013; ANDRADE, 2014; ROCHA; LÉDA, 2015).

Os textos de Arbex, Souza e Mendonça (2013), Santos (2012), Forattini e Lucena (2015), e Freitas (2015) mesclam, em seu aporte teórico, as bases da saúde do trabalhador, do materialismo histórico-dialético, com a concepção vitalista de saúde (Canguilhem), a ergonomia da atividade e a psicodinâmica do trabalho.

A tendência de análise no arcabouço teórico da saúde do trabalhador segue, ainda, numa perspectiva crítica, em diálogo com outros campos teóricos como saúde coletiva, psicologia escolar e institucional (LAGO; CUNHA; BORGES, 2015; ARAÚJO et al., 2005; HASHIZUME, 2010; CARAN et al., 2011; SANTOS, 2013), além de uma vertente mais organizacional (DINI, 2013). Caran et al. (2010) focalizam no estudo do conceito de assédio moral no espaço da universidade.

Na perspectiva organizacional, algumas análises se embasam nas teorias de estilo e QV dos professores, bem como na QV no trabalho (SILVA; SOUZA, 2004; FERREIRA, 2011; SOARES et al., 2011; ROHDE, 2012; PIZZIO; KLEIN, 2015; SILVA, 2006; FERNANDES et al., 2009; MOTA et al., 2014).

Outra tendência observada é o uso de diversas abordagens aglutinando psicanálise, psicopatologia do trabalho, psicodinâmica do trabalho e teoria crítica (RESENDE, 2005; CUPERTINO, 2012; LEMOS, 2005; SILVA, 2015; MENDES et al., 2007; ÁVILA, 2011; VILELA; GARCIA; VIEIRA, 2013), Seabra e Dutra (2015), por exemplo, partem da psicodinâmica do trabalho, da identidade social, baseando-se também numa perspectiva crítica sobre o trabalho.

No campo das patologias, nove estudos orientados pela medicina, enfermagem e fonoaudiologia desenvolvem-se com o aporte da epidemiologia (ARAÚJO; MARTINS, 2009; ARAÚJO, 2012; XAVIER et al., 2010; STEHLING et al., 2015; TOMÉ et al., 2013; BRAGA JÚNIOR, 2013; ALBUQUERQUE, 2013; ALVES, 2007; SERVILHA; LEAL; HIDAKA, 2010).

Outros dois fundamentam-se nos pressupostos da psicologia social, sendo que um terceiro agrega, além da psicologia social, a teoria do bem-estar subjetivo, cognição situada e subjetividade (FREITAS, 2013; BERNARDO, 2014; NUNES et al., 2014).

Quatro publicações orientam-se pela definição de mal-estar docente, baseadas nos autores Saúl Neves de Jesus (FILHO; NAUJORKS, 2005;) e em José Manuel Esteve Zaragoza (LIMA; LIMA-FILHO, 2009). Magalhães (2014) pauta-se nos dois teóricos para discutir os efeitos da docência nos trabalhadores do ensino superior. Queiroz (2014), além de trabalhar com os pressupostos do materialismo histórico-dialético, também assume os conceitos de Jesus e Esteve.

O estudo mais recente encontrado nesta dissertação foi o de Lima e Althus (2016). Os autores desenvolvem uma intervenção de campo, pautada no conhecimento da clínica da atividade de Yves Clot.

Destarte, detectamos grande variedade de configurações teóricas envolvidas no estudo da saúde docente, algumas fiéis a uma linha de raciocínio e outras compondo ajustes e diálogos teóricos com a intenção de compreender melhor a temática. Essa multiplicidade teórica mostra-nos que diferentes campos e olhares têm se incomodado com a realidade da condição docente.

3.2.4 Assistência à saúde docente

Respondendo ao terceiro objetivo específico, localizamos, nos textos, relatos de intervenção de Programa de Assistência à Saúde do Trabalhador. Timidamente, poucos textos (quatro) citam a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST); Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) e a Norma Regulamentadora 17 (NR17)²⁷ do Ministério do Trabalho.

No campo das ações, apenas sete publicações mencionam programas de intervenção: dois estudos narram sobre a Diretoria de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho (DSQVT) da Universidade de Brasília (UnB); as cinco demais publicações citam: Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor (DIRQS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Serviço de Perícia Médica do departamento de Recursos Humanos (DRH) da

²⁷A NR17 é uma norma cujo objetivo é a fixação de parâmetros para a modificação no espaço laboral. Mais especificamente, volta-se à adaptação das condições de trabalho em relação às necessidades psicofisiológicas dos trabalhadores. Essa adaptação, por sua vez, focaliza o conforto e a segurança do trabalhador para um desempenho eficiente. As condições de que trata a NR17 incluem o manejo de peso, equipamentos, aspectos ambientais e a organização do trabalho (BRASIL, 1990).

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Serviço especializado em doenças ocupacionais da Secretaria Estadual de Saúde, em Salvador: O Ambulatório do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT); Coordenadoria de Vigilância à Saúde do Servidor (CVSS) da UFPA; e Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor (CQVS) da UFSM. Também aparecem a Vinculação da UnB, UFPA e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS).

Nos textos referentes às Estaduais e PSE, apenas dois abordam a questão de assistência à saúde. Arbex, Souza e Mendonça (2013) citam o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (DESSAUDE) da UERJ e Dini (2013) expõe sobre a Seção Técnica de Saúde (STS).

Alguns textos, apesar de não versarem sobre ações de assistência à saúde docente, citam as políticas brasileiras nas quais possíveis ações poderiam se pautar, como por exemplo, do arcabouço legislativo da Saúde do Trabalhador (ALVES, 2007; SERVILHA, LEAL, HIDAKA, 2010; LIDUÁRIO, 2013).

Os textos não descrevem ações de promoção de saúde ou de enfrentamento efetivo às situações desgastantes de trabalho. As atividades relatadas ficam circunscritas às questões de recursos humanos, afastamento, readaptações, ou em campanhas preventivas do uso da voz. Não declaramos que, por não constarem em nosso recorte analítico, não haja experiências institucionalizadas nessas universidades. Mas isso nos faz pensar que ou elas não estão gerando interesse de análises e publicações ou, de fato, ainda caminhamos apenas na medicalização daquilo que já ocorreu, sem trabalhar nas causas que levam ao adoecimento, o que coaduna com nosso estudo anterior (SANTANA, 2016) sobre os professores do ensino fundamental.

3.3 RECOMENDAÇÕES ENCONTRADAS NAS PUBLICAÇÕES

Seguindo o percurso de nossa metodologia, levantamos as recomendações sugeridas pelos pesquisadores nas publicações examinadas. Sobre o adoecimento, 21 (27,6%) textos sugerem novos estudos na área (19F e 3 Est/PSE). Tal sugestão justifica-se pela incipiência de investigações relativas ao ensino superior. Nossa dificuldade em encontrar literatura para essa revisão corrobora com a realidade apontada pelos autores, ou seja, de que ainda é preciso aprofundar sobre o tema do adoecimento docente das IPES.

Outros 18 (23,6%) estudos (11F e 5 Est/PSE) propõem elaboração de Ações/programas de enfrentamento e/ou preventivas. Sete (4F e 3 Est/PSE) publicações focam a recomendação no quesito “qualidade de vida” e “qualidade de vida no trabalho”.

Em menores proporções, não menos importantes por isso, outras saídas são aventadas: que as Instituições reconstruam as relações com os docentes; que haja o questionamento da atual política universitária (graduação e pós-graduação); que seja explanada a questão da reeducação alimentar e mudança de estilos de vida; que seja fomentado o fortalecimento da política nacional de saúde do trabalhador; que a gestão universitária seja inovadora com decisões coletivas; que seja incrementada a conscientização dos profissionais sobre o cuidado que devem ter com a sua vida e a sua saúde; que sejam discutidas e reelaboradas a organização do trabalho e as condições em que o trabalho é ofertado; que sejam estabelecidos protocolos para evitar acidentes de trabalho; além do desenvolvimento de formações continuadas que versem sobre gestos profissionais que preservem a saúde docente.

Nas publicações relativas às Universidades Estaduais e PSE, houve sugestões quanto ao combate ao assédio moral; necessidade de divulgação acadêmica dos resultados das pesquisas sobre adoecimento docente; necessidade de orientações sobre o uso da voz; sugestão de envolvimento do sindicato, colocando a questão como pauta para a luta sindical; a aplicação da Norma Regulamentadora 17 à profissão docente; que haja mais concursos públicos; que seja desenvolvido e implantado um programa de aconselhamento para segurança quanto aos problemas de saúde em viagens de trabalho para os docentes, e que seja reformulada a política de readaptação por motivo de doença dos professores.

As recomendações dos pesquisadores são parte essencial de uma revisão integrativa, já que é o momento de conectar evidências apontadas. Partindo dessa premissa, verificamos a urgência de novos estudos nesse campo de interesse, para que se constitua um arcabouço teórico que dê conta de explicar mais claramente os fenômenos que envolvem os processos de saúde e adoecimento no trabalho docente. Fica claro que o país já tem uma estrutura legislativa em saúde para o desenvolvimento de ações para esta e outras classes trabalhadoras. No entanto, parece-nos que estabelecer políticas para essas questões valida tudo aquilo que os estudos demonstram como estarrecedor, no que se refere às situações de trabalho que necessitam de mudança, não apenas do tratamento das suas consequências.

As recomendações descrevem a necessidade de a gestão universitária tomar consciência das condições de trabalho adoecedoras, além de ser preciso que a luta seja coletiva. Cada profissional e também o grupo devem assumir o embate por sua saúde, por isso é primordial que os sindicatos se apropriem das questões de saúde como ponto de

reivindicação. Essa recomendação concilia perfeitamente com o modo pelo qual Dejours (1986) define a saúde: algo que é conquistado, algo pelo qual se luta e de que se depende.

3.4 UNIVERSIDADE FEDERAL E ESTADUAL: ASPECTOS CONVERGENTES

Embora tenhamos tido, no decorrer do processo investigativo, o interesse em comparar a realidade da universidade pública nas diferentes esferas, federal e estadual, percebemos que as situações de desgaste no trabalho mais se aproximam do que se distanciam nessas diferentes instâncias de governo. É fato que, em termos numéricos, incluímos mais estudos relativos às universidades federais do que estaduais. Todavia, pensamos que isso não atrapalha a compreensão geral das convergências encontradas. No campo das universidades estaduais, algumas publicações analisadas desenvolveram estudos com docentes das universidades estaduais das regiões: Nordeste: da Bahia: de Feira de Santana (UEFS) e do Sudoeste da Bahia (UESB). Sul: do Paraná - Maringá (UEM). Sudeste: de São Paulo (USP e UNESP²⁸); e do Rio de Janeiro (UERJ).

Na esfera federal, encontramos pesquisas que realizaram investigações nas universidades das regiões: Norte: do Pará (UFPA); do Amazonas (UFAM). Nordeste: de Pernambuco (UFPE); da Bahia (UFBA); do Rio Grande do Norte (UFERSA²⁹); do Maranhão (IFMA). Sul: do Rio Grande do Sul³⁰ (UFSM, UFRGS; FURG; UFPel; UNIPAMPA; UFCSPA); de Santa Catarina (UFSC) e do Paraná (UTFPR)³¹. Sudeste: do Rio de Janeiro³² (UFRJ e UFF); de Minas Gerais³³ (UFMG, UFTM e UFU); do Espírito Santo (UFES). E, Centro-Oeste: de Goiás (UFG); de Mato Grosso do Sul (UFMS); do Distrito Federal (UnB).

Encontramos semelhanças nos apontamentos sobre as cargas físicas/biológicas/mecânicas/químicas. Em ambos os espaços houve descrições de insatisfação com o estado de conservação e/ou ausência de estrutura, materiais e equipamentos, além do descontentamento com a temperatura do local de trabalho, bem como ruído, umidade e ventilação.

²⁸ UNESP: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

²⁹ UFERSA: Universidade Federal do Semi-Árido.

³⁰ UFSM: Universidade Federal de Santa Maria; UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; FURG: Universidade Federal do Rio Grande; UFPel: Universidade Federal de Pelotas; UNIPAMPA: Universidade Federal do Pampa; UFCSPA: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

³¹ UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

³² UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro e UFF: Universidade Federal Fluminense.

³³ UFMG: Universidade Federal Minas Gerais; UFTM: Universidade Federal do Triângulo Mineiro e UFU: Universidade Federal de Uberlândia.

Também detectamos convergência nos dados referentes às cargas internas (fisiológicas e psíquicas), especialmente relacionadas à percepção da usurpação do tempo de vida familiar, que progressivamente é invadido pelo trabalho. Observamos, em ambas as esferas, o relato de pressões por produtividade e metas a cumprir, o que culmina em excesso de atividade e competição entre os docentes.

Um dado sobressaiu entre os estudos nas universidades estaduais: insatisfação salarial, que também foi apontada nos textos sobre as universidades federais. Sobre esse ponto, Vilela, Garcia e Vieira (2013) discutem que os docentes vivem uma ambivalência nas situações de trabalho, pois lhes é exigido que trabalhem garantindo um ensino de qualidade, num sistema massificado que, em geral, não possui estrutura suficiente de recursos humanos e materiais. Há, portanto, sobrecarga de atividades, auferindo baixos salários em relação às intensas cobranças, o que certamente culmina em insatisfação, já que a remuneração recebida é desproporcional às exigências de trabalho.

Também observamos uma tendência nos registros concernentes aos tipos de adoecimento dos professores universitários. O estresse foi foco de interesse em 50% das publicações, nas duas instâncias. Tivemos uma pequena diferença no segundo tipo de adoecimento. Nas federais, houve maior registro de doenças osteomusculares; nas estaduais, mais *burnout*. Tal fato não nos possibilita inferir se a incidência de um ou outro adoecimento ocorre com maior frequência em determinada esfera de governo. Contudo, notamos que as situações de trabalho têm levado ao desgaste físico e mental em ambas as esferas.

Essas convergências levam-nos a refletir que ainda que há diferenças políticas e administrativas. Embora obedeçam a distintas esferas de governo, as condições de trabalho estão igualmente comprometidas. O mesmo sistema que não oferece condições adequadas de trabalho, que pressiona por produtividade e provoca sérias consequências à saúde docente parece operar tanto nas universidades federais como nas estaduais. Por esse motivo, nossa discussão passa a não ter mais divisão nas análises – os dados não determinaram distinções que justifiquem apreciações separadas. O primeiro ponto que discutimos é a mudança da universidade brasileira como um todo.

SEÇÃO IV

4. DISCUSSÃO

Tratamos os núcleos de interesses formulados a partir dos resultados em três tópicos: 1) Mudanças no sistema universitário e transformações nas situações de trabalho: um olhar especial para os anos 1990; 2) O desgaste docente frente às situações de trabalho: destaque para as cargas psíquicas de trabalho; e 3) Docência: Conformação *versus* caminhos para resistência.

4.1 MUDANÇAS NO SISTEMA UNIVERSITÁRIO E TRANSFORMAÇÕES NAS SITUAÇÕES DE TRABALHO: UM OLHAR ESPECIAL PARA OS ANOS 1990.

As transformações no sistema universitário brasileiro refletem modificações ocorridas no cenário mundial. Abrahão e Pinho (2002) asseveram que as alterações do mundo do trabalho se projetam nas relações econômicas, sociais e políticas. Discutem que a realidade das transformações da globalização, da terceira revolução industrial e tecnológica se firma basicamente na “[...] abertura de mercados e no desenvolvimento acelerado da tecnologia microeletrônica” (p. 45). Com este pensamento, ressaltam que a evolução tecnológica, pautada no binômio “melhoria dos produtos e diminuição dos custos” tem regulado todos os domínios de produção, o que provoca intensas alterações nas configurações dos processos de trabalho e suas consequências.

Chauí (2001) corrobora com essa reflexão. Ao analisar o campo específico das mudanças na universidade atual, expõe a ideia de que, progressivamente, as instituições de educação superior têm se modificado, passando da posição de instituição social para prestadora de serviços. Explica, em consonância com Abrahão e Pinho (2002), que esse tipo de mudança reflete as transformações na sociedade pelos efeitos de um novo capital, que reafirma o antigo descrito de Marx (1996), segundo quem o lucro se dá em detrimento das condições laborais dos trabalhadores que o produzem, além da instalação de dinâmicas pouco favoráveis ao pleno desenvolvimento do trabalhador.

Vemos que os resultados que listamos legitimam a afirmação de Chauí, pois 61% (47) das publicações descrevem alguma situação de trabalho não compatível com a saúde, 46% (35) referem-se à sobrecarga de trabalho; 31,5% (24) à precarização; 36,8% (28) à intensificação das atividades laborais, 26% (20) ao produtivismo acadêmico, 26% (20) à

competição entre pares instaurada pelo produtivismo, 13% (10) ao processo avaliativo como gerador de sofrimento, e 9% (7) opinam que o professor do ensino superior tem se transformado em “professor/empreendedor”, uma vez que é impelido a angariar recursos financeiros externos para o desenvolvimento de pesquisa. Por fim, um estudo compara o profissional docente ao trabalhador proletário.

Os resultados podem ser analisados à luz das críticas de Marx (1996; 2008) ao cenário que tem o capital como regulador das relações. Temos a venda da força de trabalho numa conjuntura que não visa ao desenvolvimento para o bem-estar do trabalhador, mas para as exigências do mercado, extraindo-se o máximo do trabalhador. Por isso, nossos resultados trazem relevantes registros de sobrecarga, intensificação, competição, precarização e produtivismo. Esses termos materializam os resultados dos anseios de uma sociedade neoliberal, para o trabalhador.

Ocorre que as universidades públicas, originalmente, não são organizações empresariais, que operam de acordo com o mercado. No entanto, as mudanças na lógica interna das instituições de educação superior têm se organizado usando como espelho a lógica externa da política neoliberal, na qual o mercado regula as relações também nas IPES.

Sobre esse modo de se configurar, Chauí (2001) elenca três sucessivas etapas de mudanças nas universidades: Universidade Funcional, Universidade de Resultados e Universidade Operacional. Os três momentos se deram, respectivamente, no milagre econômico dos anos 1970, nos anos 1980, quando do processo conservador de abertura política, e com o neoliberalismo dos anos 1990.

A autora explana que as instituições de educação superior dos anos 1990 possuem peculiaridades das formas apresentadas no passado. A primeira diferença está no foco determinado. Anteriormente, a universidade clássica primava pelo desenvolvimento do conhecimento, depois a universidade funcional passou a pautar-se no mercado de trabalho, enquanto que a universidade de resultados passou a focalizar as empresas. Já a peculiaridade da universidade operacional é sua configuração em organização. Elementos do cotidiano do trabalho nessas instituições demonstram e reafirmam o cerne operacional da universidade, por exemplo: a gestão é regida por contratos; possui avaliações que medem o índice de produtividade; é organizada numa estrutura flexível, além de adotar, em muitos casos, estratégias e programas de eficácia organizacional (*op. cit.*).

Sobre a operacionalização das universidades, Chauí (2001) tece uma crítica à lógica atual das universidades, concebendo-a como um Supermercado. Para a autora, as propostas de modernização respondem às necessidades das grandes empresas e da classe média. Já no

acervo de palavras que têm sido utilizadas pelos interlocutores dessa modernização, segundo a autora, é perceptível a relação universidade-mercado, como “[...] elite, demanda, eficácia, rendimento, competitividade, competência, maturidade (p. 110)”:

Se a Universidade for um supermercado, então, nela entram felizes consumidores, ignoram todo trabalho contido numa aula, num seminário, numa dissertação, numa tese, num artigo, num livro. Recebem os conhecimentos como se estes nascessem dos toques mágicos de varinhas de condão. E, no momento das provas, ou querem regatear os preços ou querem sair sem pagar ou abandonam o carrinho com as compras impossíveis, xingando os caixas. Nesse supermercado, a produtividade é flutuante: Há a dos empregados invisíveis que, à noite, receberam mercadorias, puseram preços e as colocaram nas estantes, há a dos trabalhadores ainda mais invisíveis que fabricaram ou colheram os produtos; há a dos atravessadores e a dos caminhoneiros que os transportam; há a dos fiscais, dos caixas, dos supervisores, dos que estão encerrados nos escritórios; há a dos proprietários competindo com o mercado; e há a do consumidor, calculada pelo seu salário e pela quantidade e qualidade de bens que possa comprar. (p. 113).

Tais constatações são confirmadas em publicações que analisamos. Discutindo sobre as influências advindas do neoliberalismo, especialmente no governo de FHC e posteriores, reconhecem os anos 1990 como marco das modificações nas situações de trabalho brasileiras (SCHERER, 2004; CAMPOS, 2011, MOTA JÚNIOR, 2011; BORSOI e PEREIRA, 2013; ARAÚJO, 2013; ANDRADE; 2014; HEIJMANS, 2005; BIANCHETTI; MACHADO, 2007; CASSANDRE, 2011; QUEIROZ, 2014).

No tocante às transformações no trabalho, um dos pontos de destaque são os problemas relativos à avaliação de desempenho, em geral voltada para a quantificação da produção, implantada na universidade como recurso de controle. Hashizume (2010) opina que esse modo de avaliação não coabita com uma autoavaliação, a ser realizada pela própria instituição, dado que os financiadores (públicos ou privados) exigem números. Assim, as próprias prioridades científicas dos docentes pesquisadores são balizadas pelos interesses de quem financia. Além disso, esse formato de avaliação gera medo nos docentes, especialmente se o tipo de contrato empregatício for flexível. O medo faz crescer o controle sobre a produtividade, estabelecendo um estado de contínuo alerta, que produz iniciativa e beneficia a multiplicidade de tarefas.

Ficam, então, instituídos critérios produtivistas nas universidades. Forattini e Lucena (2015) criticam que tais critérios tenham sido impostos à conceituação de programas de pós-graduação brasileiros, assim como a exigência de publicação em periódicos científicos

nacionais e internacionais rigorosamente avaliados por seu *Qualis*³⁴. Tal dinâmica, de inspiração toyotista, estabelecida pelos critérios de obtenção da mais valia absoluta e relativa, usurpa todo o tempo do trabalhador. Suas subjetividades são envolvidas com uma intensidade que as reafirmam no espaço acadêmico, não lhes permitindo o livre trabalho, o que culmina com os processos de alienação e estranhamento.

As regras impostas de forma arbitrária, sem a participação e controle dos docentes, levam ao estranhamento do trabalho. O conceito de trabalho estranhado de Marx (2008) adequa-se ao contexto da docência. Quando o docente é submetido a esse trabalho explorado, a sua atividade perde o sentido para ele mesmo. Ao subordinar a sua força de trabalho ao capital, o sujeito perde as possibilidades de construir o seu fazer. Consequentemente, passa a comportar-se conforme as regras e interesses do jogo. Torna-se também uma mercadoria, é desfetivado, e seu trabalho é alienado. Isso não acontece como se os sujeitos fossem meros fantoches manipuláveis e alienáveis. São processos complexos, que se impõem em um cenário onde se efetiva essa dominação.

Esses processos manifestos em modo de organização do trabalho servem como recurso de dominação. É o que acontece nos modelos produtivos como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo. O primeiro e o último deles são os que mais nos interessam. Segundo Iop (2011), existe uma inspiração toyotista na educação, que faz com que o trabalho dos professores seja utilizado como ferramenta ideológica a serviço dos interesses dominantes. O docente, nesse contexto, precisa se tornar um trabalhador polivalente, pois as reformas educacionais exigem cada vez mais diferentes competências no contexto educacional, tanto para o docente como para a formação dos alunos, que passam a ser preparados para o mercado de trabalho, respondendo às necessidades da sociedade/mercado. Desse modo, não se pode considerar que o trabalho docente seja autônomo nessa situação, já que vêm sendo institucionalizados os formatos de trabalho que devem seguir, inclusive tornando-se naturalizados os contextos de precarização laboral, expressos nas altas jornadas (inclusive em casa) e nos contratos (e não concursos). Para a autora, os fatores dessa configuração de trabalho desumanizam o docente, uma vez que a lógica empresarial apodera-se da autonomia das suas atividades, prejudicando a sua emancipação intelectual e de seus alunos.

³⁴“*Qualis-Periódicos*: Sistema que classifica a produção científica (artigos publicados em periódicos científicos) dos programas de pós-graduação. Tal sistema disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas para a divulgação da sua produção, enquadrados em estratos indicativos da qualidade, sendo A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, 2016).

Kuenzer (2005), comentando sobre as influências do taylorismo e do toyotismo na educação, denuncia que o toyotismo serve ao disciplinamento de sujeitos no espaço. Para essa autora, as competências exigidas para a vida social, educacional e produtiva no capitalismo contemporâneo são transmitidas pelo trabalho pedagógico nas instituições de ensino. Tal disciplinamento prima pela transformação nos âmbitos intelectual, cultural, político e ético, visando à conformação às necessidades de valorização do capital. Para isso também são utilizadas as estratégias tayloristas. É o que se vê no processo de formação de docentes, nas chamadas capacitações, que ocorrem de modo parcelarizado, de acordo com disciplinas, especialidades e temas específicos, raramente com o todo.

Outra característica do modelo de produção taylorista é encontrada na proposta de cargos e salários, segundo a qual a contratação pode ocorrer por tarefas, disciplinas ou aulas ministradas. Essa condição faz com que os profissionais não desenvolvam o sentido de pertinência à instituição e ainda não possam gozar dos direitos trabalhistas a que fariam jus se fossem efetivos (KUENZER, 2005).

Tal realidade foi acolhida pelos trabalhadores porque, de acordo com Oliveira e Carneiro (2012), o neoliberalismo se utiliza de formas de se propagar como um programa global e filosófico que incide em todos os aspectos da vida, em todo o mundo. A educação desempenha um papel estratégico para esse sistema, por meio da aproximação de parcerias e consórcios público-privados que atingem dois objetivos. O primeiro é atender às demandas da produção capitalista; o segundo é difundir a ideia de que o formato de organização liberal regulada pelo mercado é a melhor saída para o desenvolvimento socioeconômico, sendo então aceito por parte dos trabalhadores.

Por isso a análise dos anos 1990 e subsequentes, quando do desenvolvimento das ideias neoliberais no Brasil, leva à compreensão das configurações atuais do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras. A observação dessa construção histórica, social, política e econômica impele à associação entre organização laboral e consequências na saúde do trabalhador.

Não por acaso, nessa mesma década, foi sancionada uma das principais legislações da educação: a Lei nº 9.364, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2015). De acordo com Rios (2014), essa legislação não é fruto apenas do planejamento interno brasileiro, mas reflete interesses e interferências de organismos internacionais ligados ao desenvolvimento do planeta, como o BM e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD). Esses organismos, de clara orientação neoliberal, atribuem uma personalidade tecnicista ao sistema educacional, em harmonia com as exigências

mercadológicas.

Tecendo críticas sobre a lei, Demo (1997) afirma que a LDB tem uma visão relativamente obsoleta de educação e que seu conteúdo mantém a velha universidade. Ao analisar as proposições para a educação superior na referida legislação, aponta resistência da ambiguidade já nas palavras usadas no texto: educação e ensino. Para ele, o uso desses termos como sinônimos tende a favorecer o mero ensino, submetendo a universidade ao modelo reprodutivo.

Pois bem, essa contextualização histórica e social modelada pelas forças econômicas nacionais e internacionais fornece-nos elementos para refletir sobre as situações de trabalho que tiram do trabalhador a liberdade de seu fazer. Se, por um lado, conforme Schwartz (2004), não podemos tratar os trabalhadores como seres inativos, já que existem, da parte deles, microgestões inteligentes da situação, por outro lado, temos sérias consequências e modificações em tais situações, que discutiremos no tópico a seguir.

4.1.1 A progressiva precarização das situações de trabalho docente: intensificação, sobrecarga e produtivismo.

Em geral, os estudos analisados incluíram, entre os assuntos específicos, a questão do trabalho precarizado, intensificado e produtivista. Discutiram como essas condições têm se instalado, se desenvolvido e se aprimorado em muitas universidades públicas brasileiras. Vale retomar que de 60% dos textos apontam alguma condição de trabalho que pode levar a consequências nefastas para a saúde e o bem-estar, como sobrecarga, precarização, intensificação e produtivismo acadêmico.

Em consonância com os nossos resultados, Seabra e Dutra (2015), em estudo sobre a distribuição das atividades diárias de docentes da UFTM, declaram que, naquele contexto, não se pode falar em jornada de trabalho formal. Constatam que essa categoria profissional trabalha à noite, nos feriados e finais de semana, caracterizando intensificação do trabalho nas horas dedicadas à vida pessoal, ao convívio familiar e ao descanso, o que ratifica o encontrado nesta dissertação: 45,8% dos trabalhos dão destaque à questão da usurpação do tempo de vida privada.

No âmbito da sobrecarga e intensificação do trabalho docente, Borsoi e Pereira (2013) desenvolveram um estudo objetivando refletir sobre como a agenda de atividades acadêmicas tem adoecido os docentes. Abordaram 98 docentes efetivos da UFES, 80 dos quais testemunharam ter solicitado ajuda médica e/ou psicológica nos últimos dois anos; 62,5%

estavam em programas de pós-graduação; mais de 80% informaram problemas como enxaqueca, cistite e crises gástricas. A principal causa de sofrimento e adoecimento apontado foi a exigência de produtividade científica e o sentimento de improdutividade. É extremamente importante dizer que tal produtividade está circunscrita apenas às publicações. Todos os outros tipos de funções realizadas pelos professores como aulas, atividades administrativas, participações em comissões, entre outras, são desconsideradas quando a questão é a ‘produtividade’.

Ainda nesta seara, Lago, Cunha e Borges (2015), estudando a percepção da experiência do trabalho de professores de cursos de saúde de uma universidade federal da região norte do país, atestam que as principais dificuldades dos docentes, para a execução diária do trabalho, são a falta de estrutura física nos laboratórios, ou materiais e equipamentos, a falta de recursos humanos, a sobrecarga de trabalho, a defasagem na estrutura técnico-científica, além da deficiência de compartilhamento de deliberações técnico-administrativas e institucionais com a categoria. O predomínio de relatos é quanto ao sofrimento advindo de pressões por produtividade no trabalho, do uso excessivo da voz, de conflitos interpessoais com colegas de trabalho, da relação com alunos, do estresse, de sintomas cardiovasculares e psicoemocionais, e do cansaço, entre outros. Quando indagaram aos professores sobre a qualidade de vida, receberam descrições de vulnerabilidade e desgaste, sobretudo no que concerne aos aspectos psicossociais, havendo repercussões diretas em todas as relações docentes. Os autores tecem críticas, expondo que os resultados referentes à percepção do trabalho docente nada mais refletem do que a realidade social assinalada pela determinação produtivista e exploradora, seguindo os passos do mundo globalizado, em prejuízo das apropriadas condições de trabalho que poderiam garantir melhor qualidade laboral e favorecer a saúde do trabalhador.

Sobre tais processos, Sguissardi e Silva Júnior (2009), em investigação sobre o trabalho intensificado nas IFES, asseguram que

[...] o processo acadêmico-científico que se desenvolve nas IFES, mormente nos tempos e espaços da pós-graduação, não implica necessariamente a intensificação e precarização do trabalho, mas no caso presente, é este fenômeno que mais se destaca no conjunto dos depoimentos dos entrevistados. Trata-se do *tempo da economia* determinando o *tempo da universidade*, o que transforma a prática universitária cotidiana e vai construindo nova concepção de universidade, sem resistência e com muita adesão passiva, em razão da forma como os professores encaram o processo de produção acadêmico-científico, em geral sem crítica de modo como se organiza essas atividades. (p. 166, grifos dos autores).

No que tange ao produtivismo acadêmico no ensino superior, Borsoi (2012) sustenta uma explicação no âmbito subjetivo e outra no campo objetivo. Em termos da dimensão subjetiva, a autora alega que a busca de materialidade, visibilidade e concretude, para um trabalho imaterial como é o trabalho docente, pode explicar descomunal preocupação com a quantidade de publicações. Já na dimensão objetiva do problema, que paulatinamente tem se tornado natural entre os professores, a autora chama atenção para o fato de que tal produtividade acadêmica é balizada por políticas de metas, elaboradas por agências e órgãos que financiam e/ou controlam parte do trabalho acadêmico. As duas dimensões se misturam e podem gerar confusões entre os próprios professores, pois não fica claro o porquê da obrigação de publicar elevado número de trabalhos.

Em continuidade, com base em reflexões gramscianas, Borsoi (2012) deduz que tal fenômeno é um processo no qual a ideologia adquire validade psicológica. Para a autora, o que ocorre é a fusão de coerção e convencimento. Argumenta que as ações coercitivas só têm implicação real para os sujeitos quando se tornam válidas pelo consenso, e caso as dotem de sentido que julguem próprio, fazendo com que os sujeitos passem a justificar os atos e pensamentos por si próprios, e não a partir do externo, ou seja, a partir do momento em que a ideologia ganha validade psicológica, de forma que os professores

[...] já internalizaram as regras externas de produtividade, a ponto de buscar produção elevada por uma necessidade que sentem como própria, seja para honrar seus compromissos (reais ou imaginários) com a universidade, seja para se manter competitivos diante de seus pares. Embora ainda se sintam pressionados a produzir, agem como se essa forma de coerção fizesse parte da natureza de seu trabalho e da expectativa normativa da instituição universitária, não se tratando, assim, de determinado momento histórico do mundo acadêmico. (BORSOI, 2012, p. 90).

Para Fernandes (2015), o formato da gestão autocrática institucional e do Estado coloca os profissionais sob seus poderes e impede que desenvolvam com liberdade as suas atividades. Essa situação, associada à contínua intensificação, compromete o tempo com a família e com o descanso, gera absenteísmo e até desistência do trabalho docente. A autora indica essas condições como elementos de desgaste psíquico que os docentes enfrentam; a docência, nos moldes determinados pelo produtivismo, é altamente penosa e produtora de sofrimento e desgaste.

Esses fenômenos apontam para algo que poderíamos chamar de “mutação da universidade pública”, que se manifesta nas alterações de seus objetivos, função social e modos de articulação. Conseqüentemente, resulta em como os seus trabalhadores se

comportam e vivenciam suas atividades, além de modificar a qualidade de suas relações sociais e da própria saúde.

4.2 O DESGASTE DOCENTE FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE TRABALHO: DESTAQUE PARA AS CARGAS PSÍQUICAS DE TRABALHO

Retomando o conceito das situações de trabalho, mencionado por Seligmann-Silva (1994), segundo o qual a atividade trabalho é constituída de complexos elementos, sejam as condições do trabalho, aspectos técnicos, organização, gestão de tais condições, comunicação e relações interpessoais, reconhecemos que os estudos analisados descrevem realidades desgastantes para seus trabalhadores, sugerindo que as situações laborais estão associadas aos danos da saúde docente. Em nosso núcleo de análise 1- “Saúde e Trabalho”, as publicações versam sobre as situações de trabalho e desgaste em várias dimensões, sendo o desgaste psicológico o mais evidenciado.

Na tabela 4, lemos a descrição de sintomas, adoecimentos, e/ou sofrimento relatados nos textos listado. Na tabela 3, temos descrições compatíveis com cargas de trabalho. Apesar de termos tecido relações entre ambas as descrições, é fundamental que levemos em conta, conforme Laurell e Noriega (1989), que o estabelecimento do nexu biopsíquico perpassa necessariamente a historicidade dos processos biopsíquicos humanos. De acordo com os autores, é preciso perceber como a biologia humana adquire historicidade. Não é no nível celular que se manifesta tal historicidade, mas nos níveis de integração mais complexos do corpo humano.

É crucial pensar nos processos de adaptação, não como processos fisiológicos ‘normais’ programados ou esperados. Os processos de adaptação dos quais falam Laurell e Noriega (1989) admitem que adaptar-se significa, além da sobrevivência, possibilidades de destruir-se pela exposição constante às condições que parecem estar sob controle e/ou que seriam adaptáveis.

Seligmann-Silva (1998) constatou essa realidade. Em sua pesquisa com operários, revelou que trabalhadores de indústrias de base que exerciam suas atividades em condições de trabalho degradantes possuíam, também, condições gerais de vida não satisfatórias, e apresentaram, por diversas vezes, resistência a tais condições. No entanto, se por um lado essas resistências se manifestam como possibilidades de se manterem saudáveis, por outro, em algum momento, a situação degradante pode se tornar adoecedora. A explicação disso se encontra no fato de que o desgaste intensificado atinge algum aspecto da vida do trabalhador,

pois é improvável que ele consiga se desvencilhar sempre de todas as cargas num contexto intensificado.

Ainda de acordo com Seligmann-Silva (1998), quando o sujeito se vê desgastado em decorrência de seu trabalho, em especial no quesito psíquico, nem sempre as instâncias que o adoeceram são eleitas como causas. Em geral dá-se muita importância à influência da personalidade, fatores genéticos e até mesmo às questões da vida familiar como aspectos causadores da desordem, evitando e ocultando o verdadeiro impacto do trabalho no fenômeno do adoecimento/sofrimento.

Analisar as relações envolvidas na construção social do adoecimento requer a observação da integração dos constituintes biológico e social. Como o ambiente é um produto social construído pelo coletivo, esse coletivo pode livremente atuar sobre ele e produzir formas estereotipadas de adaptação. A adaptação de que falam Laurell e Noriega (1989) não se refere à fisiologia, mas à capacidade de responder com plasticidade frente às necessidades específicas do processo de desenvolvimento, que culmina numa modificação do corpo. Acontece que tal adaptação pode gerar sobrevivência em condições desfavoráveis ou destruição pela longa tentativa de se reestabelecer diante de contextos precários. O fato de o ambiente incidir nos corpos não implica que a vivência seja individual. Antes de tudo, é uma experiência social, sendo, portanto, o que a autora chama de “modos de andar de vida” (forma de viver experiências), criações coletivas.

Ora, sendo a articulação com o meio algo do plano individual que se constrói através do coletivo, não se podem relegar os resultados das vivências apenas ao indivíduo. As formas coletivas servem ao estabelecimento do nexos biopsíquico. A existência de um movimento de individualização do sofrimento tem como foco negar condições que precisam ser modificadas, pois experiências individuais isoladas impedem a justificativa de que as consequências de um determinado trabalho são coletivas (LAURELL; NORIEGA, 1989).

Na contramão da tentativa de individualizar o sofrimento, muitos estudos têm evidenciado a incidência coletiva de algumas morbidades em várias classes de trabalhadores, dentre elas a docente. Na UFMS, dois estudos nos chamaram a atenção por descreverem essa realidade. Um deles estava no rol de publicações incluídas para análise: Lima e Lima-Filho (2009); o outro é um recente Trabalho de Conclusão de Curso realizado em um *campus* do interior da UFMS: Silva e Silva (2016).

Vejamos os resultados obtidos por Lima e Lima-Filho (2009). Em estudo na UFMS objetivando investigar as relações entre o processo de trabalho docente e o adoecimento, observaram que, nas situações de trabalho, 70,4% ministram de 9 a 20h ou mais de 20h/aula

semanais, 74,9% dedicam até 10 h/semana a tarefas administrativas, mais do que à pesquisa, na qual 47,1% dedicam de 1 a 10h semanais e outros 36,4% não fazem pesquisa. Em atividades de extensão, 57,8% destinam de 1 a 10h, enquanto 21,6% relataram não desenvolver projetos de extensão. Os autores detectaram sobrecarga de trabalho, inclusive muitos relataram a usurpação do tempo de lazer, já que acabam desenvolvendo trabalhos em casa no final de semana, ou nas férias. Os docentes investigados autorrelataram: dores nas costas, pernas e braços; rinite; alergia respiratória e dermatológica, cansaço mental, estresse, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo, angústia, insônia e depressão, LER, tendinite, depressão, granuloma nas cordas vocais, problema oftalmológico e outros.

Silva e Silva (2016) compararam as realidades de professores da UFMS com docentes de uma instituição privada de ensino superior. A autora encontrou, em concordância com dados do estudo supracitado, a sobrecarga de trabalho em 77,27% dos participantes da IES pública, apesar de não trabalharem em outros lugares, como acontece na instituição privada, sendo que 54,55% da IES pública ocupam outros cargos na universidade. Foram autorreferidas morbidades como rouquidão ou perda de voz (36,36); ansiedade (36,36%); estresse (27,27%); tendinite ou problemas de articulação (22,73%); problemas de sono (22,73%); enxaqueca (18,18%); gastrite (18,18%); dores crônicas sem especificação (13,64%); obesidade (4,5%); hipertensão (9,09%); problemas alérgicos (9,09%); e outros (dores nas costas, glaucoma, gula: 9,09%).

Ambos os estudos citam a questão da sobrecarga de trabalho. Nossos dados revelam que a sobrecarga é materializada no produtivismo acadêmico, excesso de aulas ou atividades administrativas, orientações, entre outros. Isso nos faz pensar em duas circunstâncias complementares. Primeiro, quanto ao excesso de trabalho, que tem ligação com o mais-trabalho dos sujeitos, conforme discutimos no tópico anterior com Mancebo, Vale e Martins (2015), de acordo com os quais é onde reside o sucesso do capitalismo. Em segundo lugar, as situações que geram custos para o trabalhador a ponto de desgastar a sua saúde.

A exemplo de nossas indagações, Lemos (2005) identifica, em sua pesquisa na UFSM, as cargas de trabalho. Quanto às cargas físicas, alguns docentes apontaram condições insatisfatórias de iluminação dos ambientes de trabalho, bem como os ruídos produzidos pelo fluxo de pessoal nos ambientes, um gerador de incômodos em 47% dos pesquisados. Outros 26,7% dos professores investigados revelaram-se insatisfeitos com os ruídos produzidos pelos próprios equipamentos no ambiente de trabalho. Além disso, as condições de ventilação dos postos laborais foram insatisfatórias para 36%; as condições de temperatura e distribuição do espaço físico também foram elencadas. A autora evidenciou que a precariedade das condições

de trabalho constituiu um importante fator nos processos de saúde dos docentes. Os constrangimentos vinculados à organização do trabalho foram listados como as maiores fontes de indisposição pelos docentes no que se refere à docência, sobretudo no tocante ao salário, às condições do instrumental de trabalho e à exposição a riscos de contaminação. Lemos (2005) pontua que as revelações de descontentamento e ataques ao bem-estar podem ser indícios de processo de adoecimento, uma vez que as condições precárias de trabalho tendem a se associar ao aparecimento de estresse ocupacional.

O estudo citado assemelha-se aos dados que encontramos nas análises das publicações: 22% dos estudos apontaram condições inadequadas no estado de conservação e/ou ausência de estrutura, materiais e equipamentos, além de 14% que descreveram insatisfatórias condições de temperatura, ruído, umidade e ventilação. Nesse caso, estamos refletindo apenas sobre as cargas externas. Já quanto às causas internas, em quase 50% das publicações sobressaiu a questão da invasão do trabalho na vida privada/usurpação do lazer. Narraram como se tornou comum o excesso de trabalho, de forma que o docente leva para casa tarefas que ocupam seu tempo pessoal e familiar.

Com isso, é relevante imprimir às situações de trabalho a devida participação na saúde e/ou adoecimento docente. Conforme Gasparini, Barreto e Assunção (2005), as circunstâncias gerais e específicas nas quais os professores executam a sua atividade de trabalho, pelo dispêndio de suas forças físicas, cognitivas e afetivas para cumprir os objetivos impostos à educação, muitas vezes requerem sobre-esforço ou hiper-solicitação psicofisiológica, sendo o tempo livre uma forma de se recuperar. Acontece que, com o ritmo de trabalho intensificado, não há tempo livre. Logo, não existe o espaço temporal para a recuperação. A consequência é o provável desenvolvimento dos sintomas clínicos, com o potencial de chegarem a se expressar como transtornos mentais.

Nos estudos que revisamos, em geral, há dois tipos de apontamentos: aqueles que autorrelatam sintomas e os correlacionam com o trabalho, e aqueles que não estão conscientes dessa dinâmica – não se dão conta dos sintomas e menos ainda os associam às condições de trabalho. Este último naturaliza as ruins situações de trabalho, bem como as suas consequências. Resultado semelhante foi encontrado por Laurell e Noriega (1989), que investigaram o processo de produção e desgaste operário em uma empresa de minero-siderurgia no México. Lá encontraram carga psíquica ligada à consciência da periculosidade do trabalho, com uma preocupação real, que não diz exatamente de acidentes, mas da probabilidade e possibilidade de ocorrer algo, o que gera um estado de tensão prolongada.

Mas nem sempre esse discernimento é uma realidade. A falta de consciência do nexo

biopsíquico e do nexo causal serve ao sistema produtivo, que se exime de responsabilidades. Por isso, reiteramos que a percepção das conexões saúde-trabalho não é desconhecida apenas na esfera individual. Para Araújo e Martins (2009), a saúde docente é uma questão não inclusa nas preocupações do setor da educação, pela própria gestão e, claro, por parte de muitos docentes. É ‘naturalizado’ que esse profissional cuida e ensina o outro, mas não se fomenta o olhar para si mesmo e sua saúde. Sintomas de adoecimento são negados ou minimizados, sendo indispensável grande severidade para o reconhecimento de sua existência – via de regra, o processo de adoecimento é vivenciado como algo individual.

A dinâmica de individualização do adoecimento impossibilita a ligação entre trabalho e adoecimento. Investigações como as que abordamos tratam do fenômeno como algo coletivo. Brotto e Dalbello-Araújo (2012) explicam como as modificações no sentido social do trabalho culminam na individualização do sofrimento. Para os autores, o trabalho é produtor de sujeitos. No mundo contemporâneo, trabalhar é algo valorizado socialmente. Então, os sujeitos são impulsionados a construir a sua vida em torno de seu trabalho, ou seja, precisam se organizar de acordo com as exigências de sua atividade, já que nela gastam boa parte do seu tempo. Qualquer evento que interfira na possibilidade de o sujeito realizar seu trabalho é socialmente visto de forma muito negativa. Adoecer, nesse contexto é, com frequência, interpretado como sinônimo de fraqueza e motivo de vergonha. Estar doente significa lesar o trabalho. Por isso o sujeito, sem conseguir evitar a doença, já que foge ao seu controle, tende a domesticar, conter, e aprende a viver com tal adoecimento/sofrimento. Isso se caracteriza como uma problemática, provocando em si mesmo o desgaste mental, por vezes levando ao presenteísmo³⁵.

Nas publicações que analisamos, a deterioração da saúde docente aparece em duas publicações com a nomenclatura de desgaste mental (GUEIROS, 2005; MULATO, 2008); nas demais, é descrita como estresse. O desgaste é um exemplo de condição que tem sido muito estudada no ambiente acadêmico. O termo estresse é cercado de significados, até mesmo no senso comum, para denominar fenômenos como nervosismo, irritação, cansaço, entre outros, configurando-se numa dinâmica de desgaste bem mais complexa (CHRISTOPHORO; WAIDMAN, 2002; SCHERER, 2004; PAIVA; SARAIVA, 2005;

³⁵De acordo com Franco, Druck e Seligmann – Silva (2010), o presenteísmo é um fenômeno que envolve muitos trabalhadores. Trata-se de não revelar os sintomas ou adoecimentos em decorrência do medo de perder o emprego, caso necessite de afastamento. O amedrontamento do desemprego pode ser tanto que, por vezes, o trabalhador nega seus sintomas, de modo que não reconhece seu sofrimento e adoecimento. Essa negação faz com que o trabalhador não procure tratamento adequado, causando a cronificação e o agravamento de sintomas, doenças e/ou transtornos.

BACHION et al., 2005; COSTA et al., 2005; OLIVEIRA; CARDOSO, 2011; TAVARES, 2010; AX WILHELM; ZANELLI, 2013). Salientamos, conforme Oliveira e Cardoso (2011), que o termo estresse possui uma “[...] amplitude de significados [...], ou seja, opressão, desconforto, sobrecarga e adversidade” (p. 139). Assim diversos sintomas podem ter sido categorizados nesses estudos como estresse. É fundamental adquirir uma postura crítica, científica e aprofundada do desgaste, uma vez que se pode incorrer no erro de classificar todos os fenômenos como estresse ou desgaste mental.

Estudos com objetivos semelhantes e em diferentes universidades do país mostram situações de trabalho que têm se desvelado como estressoras. Scherer (2004), em pesquisa sobre as condições de trabalho e as atividades percebidas pelos docentes como estressoras na UFSM, detectou que as seguintes questões são pontos de tensão: relação com os colegas; condições físicas do ambiente de trabalho e auxílio financeiro para atividades laborais; condições e atividades próprias da docência; relação trabalho/lazer; e atividades burocráticas.

Em consonância, Oliveira e Cardoso (2011), ao investigarem as manifestações, percepção e fatores de estresse em professores da área de saúde também numa universidade federal, concluíram que as questões relativas ao ambiente e às condições de trabalho, como sala de aula, salário, infraestrutura e recursos materiais ocasionavam maior percepção de estresse nos docentes.

Vemos que os dois estudos exibem algumas questões em comum. Tanto Scherer (2004) como Oliveira e Cardoso (2011) detectaram que as condições de trabalho foram descritas como desgastantes. Daí a necessidade de compreender o que institui essas situações de trabalho, negando as defesas de que desgastar-se está conectado a dificuldades pessoais de adaptação.

Trabalhar com a versão do desgaste numa vertente baseada apenas na fisiologia, que tende a voltar as explicações sobre o adoecimento docente unicamente à adaptação do organismo, novamente relega ao trabalhador a total responsabilidade pela busca de equilíbrio. Chamamos a atenção ao caráter das influências sociais no desgaste, bem como a sua incidência coletiva. Não se pode negar que os indivíduos possuem um corpo orgânico que está em constantes trocas com o ambiente em que vive, e que, portanto, exposto a condições desgastantes, que manifestam em seu corpo os resultados dessa exposição.

Encontramos nas publicações, como vimos na tabela 4, apesar de em menor proporção, outros problemas, que sugerem que as situações de trabalho geram em decorrência dos desgastes: nervosismo; labirintite; distúrbios hormonais/endócrinos; transtornos mentais e do sono; problemas de concentração, memória, vocais, oftalmológicos e do trato digestivo;

dores de cabeça, osteomusculares e /ou outras partes do corpo; infecção urinária (não ingerir água por falta de tempo); hipo/hipertensão arterial; AVC; e acidentes de trabalho.

Os sintomas e doenças citados nos trabalhos firmam estreita relação com a condição psicológica gerada pelas conjunturas desgastantes de trabalho. Sobre os sintomas cardiovasculares, por exemplo, Santana (2011) relata que esse tipo de acometimento vem aumentando os pedidos de licença médica na classe docente. Partindo desse dado, ele investigou 540 docentes de pós-graduação, observando o seu estilo de vida, com o objetivo de associar o aparecimento de intervenções cardíacas, doenças coronarianas e AVC com a sobrecarga de trabalho, sobretudo no que se refere ao número de produção científica e de orientandos por docente. Detectou, no estudo, que quanto maior a produção científica e o número de orientandos por ano, maiores as ocorrências médias de intervenções cardíacas, doenças coronarianas e os AVC hemorrágico e isquêmico em professores que trabalhavam em cursos de pós-graduação. Ou seja, quanto mais desgaste pelo trabalho, maiores as chances de ser acometido pelo AVC. A pesquisa também levantou que os docentes não mantinham dieta equilibrada, não faziam atividades físicas, nem realizavam visitas médicas com frequência, em decorrência da falta de tempo devido ao excesso de trabalho, pois sentiam a exigência de sustentar os indicadores de qualidade do curso e nutrir o próprio currículo, corroborando com os resultados dos estudos que conferimos.

Essa cobrança por produtividade geradora de desgaste mental também foi notada por Alarcon (2014). Ao averiguar a presença de TMC em servidores da UFMS, encontrou uma prevalência de TMC em 18,4% (58) dos participantes da pesquisa, o que a autora considerou como uma alta taxa, uma vez que se tratava de servidores ativos. Ela verificou a existência de uma tendência quanto à titulação acadêmica: quanto maior a titulação, maior a suspeição para TMC – de mestrado para doutorado, o aumento de chance de suspeição chegou a 31,4%. A explicação encontrada pela autora foi que, provavelmente, o grau de doutorado traz em si maiores exigências e responsabilidades ao trabalhador, como a pressão por produtividade máxima, além do já relatado produtivismo acadêmico, no que se refere às publicações científicas. Essas conjunturas aumentam as chances de suspeição por TMC. Nessa universidade, a autora encontrou como situações negativas de trabalho, segundo os participantes: insuficiência de infraestrutura física e recursos materiais, burocracia e disfunção funcional. Quanto a essa informação, o estudo mostrou que considerar o ambiente de trabalho ruim ou regular aumentou respectivamente 35,7% e 33,3% a probabilidade de suspeição para TMC.

Os dados expostos nos estudos reforçam nosso entendimento de que as condições de adoecimento e sofrimento docente espalham-se pelas diferentes regiões brasileiras. Analisando os dados encontrados, à luz de campos como saúde do trabalhador, saúde coletiva, psicologia, marxismo, somos levados a refletir que, de fato, as situações de trabalho nas quais se dá a docência tem paulatinamente se modificado e se tornado cada vez mais impróprias, contrariando o que preconiza o artigo 67 da LDB, que deveria haver condições adequadas de trabalho e valorização dos profissionais de educação.

4.3 AS SITUAÇÕES DE TRABALHO DOCENTE: CONFORMAÇÃO *VERSUS* CAMINHOS DE RESISTÊNCIA.

Notamos que alguns estudos, mesmo apontando sofrimento/adoecimento, também versam sobre questões como o prazer, a satisfação, QV e qualidade de vida no trabalho - QVT (MENDES et al., 2007; FERNANDES et al., 2009; HASHIZUME, 2010; FERREIRA, 2011; ROHDE, 2012; BORSOI, 2012; VILELA; GARCIA; VIEIRA, 2013; SANTOS, 2013; ALBUQUERQUE, 2013; FREITAS, 2013; NUNES et al., 2014; QUEIROZ, 2014; SEABRA; DUTRA, 2015; PIZZIO; KLEIN 2015; LAGO, CUNHA; BORGES, 2015; ROCHA; LÉDA, 2015).

Esses dois últimos conceitos chamam-nos a atenção pela dificuldade de definição. Por isso, é importante discutir criticamente o que se entende por qualidade de vida e sua produção, em especial quando tal objetivo é lançado dentro do local de trabalho pelo próprio sistema produtivo. Vemos que boa parte das pesquisas analisadas que se propõem a estudar a temática da QV e/ou QVT tomam por base o conceito de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde: a forma como o sujeito percebe a sua situação dentro de uma conjuntura histórica, cultural e de determinados valores em que vive, levando-se em conta seus objetivos, expectativas, padrões e inquietações (FERREIRA, 2011; PIZZIO; KLEIN, 2015). Diante disso, inevitavelmente, somos levados a olhar com as nossas lentes teórico-críticas o tal conceito e sua aplicabilidade.

O conceito QV suscita muitos debates, uma vez que não existe consenso sobre ele. Corrêa et al. (2012) explicam que o objetivo de associar a QVT à QV é reconhecer a ligação de ambos quando também se considera o trabalho como parte da vida humana. Dessa maneira, é um espaço onde o bem-estar pode ou não ser produzido. Três características são recorrentes em diferentes culturas no que concerne ao conceito de QV: a subjetividade; a

multidimensionalidade; e a presença de dimensões positivas e negativas da vida que auxiliam na definição.

O fato é que o conceito, apesar das boas intenções, não tem sido, na sua aplicação, tão benevolente. Taveira (2009) descreve que a QVT é utilizada como modo de motivar e atender as necessidades no trabalho e fora dele, sejam elas físicas, sociais, ou de outra natureza. Para a autora, na realidade de muitas empresas que aderem a programas de qualidade de vida no trabalho (PQVT), o conceito não é aplicado de forma tão promissora sob o ponto de vista dos benefícios para os trabalhadores. Nessas empresas ficam encobertos sob os PQVTs os interesses de aumento de produtividade, sendo que o trabalho passa a se organizar com sutis estratégias de manipulação que escondem o verdadeiro objetivo (diga-se: mais produtividade). Conforme a autora, pensar em QVT deveria significar a busca por pontos de tensão e entraves entre os diferentes interesses, nos quais, de um lado, estão as necessidades dos trabalhadores e, de outro, os ganhos do empregador, seja em instituições públicas ou privadas, procurando o equilíbrio que envolve não só as questões socioeconômicas, mas as subjetivas (desejos, vivências, sentimentos), os valores, as crenças, as ideologias, além de questões econômicas e políticas propriamente ditas.

De acordo com Corrêa et al. (2012), os PQVTs têm definido ações que não combatem com eficiência as situações de trabalho não saudáveis, mas tão somente amenizam os incômodos das condições laborais, por meio de recursos como ginástica laboral, exercícios de relaxamento, massagens, atendimentos de alguns profissionais como nutricionista, e acompanhamento antitabagismo, entre outras possibilidades que se estendem também aos familiares. Essa abordagem funcionalista da QVT tem a finalidade, por meio da estratégia de capturar a subjetividade do trabalhador, de garantir o cumprimento de metas produtivas, atendendo, assim, ao prescrito pela lógica da saúde ocupacional, diametralmente oposta aos princípios da saúde do trabalhador (MENDES; DIAS, 1991). Em consequência dessas questões, reputamos como imprescindível olhar com criticidade tais conceitos. Muitas vezes, seu uso acrítico relega os sucessos ou insucessos da saúde e da dita QV dos indivíduos a seus próprios comportamentos, ou estilos de vida, sem atentar ao contexto histórico no qual esse sujeito habita e trabalha, ou ainda, sem considerar situações de falta de trabalho.

Sabemos que o campo da promoção de saúde entende que determinados estilos de vida podem levar a uma existência mais saudável, mas não podemos diminuir a influência de outros determinantes na saúde dos sujeitos. Nesse caso, pode-se cair em uma falácia, ao admitir que determinado adoecimento foi gerado apenas por um estilo de vida não saudável, quando, na verdade, a circunstância que gerou tal consequência é algo muito mais complexo,

que tem conexão com o que acontece nas diversas situações de trabalho.

Divergente disso, outro ponto que apareceu nas publicações foram os conceitos de prazer e satisfação no trabalho docente. Entendemos o valor do tema porque o prazer pela docência parece ser um dos motivos pelo qual os professores resistem às exigências do trabalho docente nos tempos atuais.

Apesar de detectarem adoecimento em decorrência da atividade laboral, Rocha e Léda (2015), pontuam que identificaram vivências de prazer no trabalho docente em uma IPES do Maranhão. O principal fator de prazer foi o relacionamento com alunos, inclusive sendo descrito como algo que, por vezes, é o que os mantém no trabalho. Alguns professores relataram também que a sensação de dever cumprido é motivo de prazer.

Sobre a satisfação no trabalho, Ferreira (2011), ao estudar uma universidade pública em Goiás, evidenciou a mais alta média na dimensão satisfação intrínseca do trabalho. A mais baixa foi na dimensão satisfação com o ambiente físico de trabalho, o que reforça que não é a natureza da docência, em si, que leva ao adoecimento, e sim as condições nas quais ela se desenvolve. Dos professores pesquisados, 40,8% disseram estar parcialmente satisfeitos, e 22,5% manifestaram-se totalmente satisfeitos. Na avaliação da qualidade de vida, o domínio “capacidade funcional” teve o maior escore, enquanto “vitalidade” obteve o menor. Pensando no conceito de vitalidade como vigor, força de vida, inferimos que a falta de vitalidade se entrelaça com sintomas encontrados em nossa pesquisa, como exaustão e cansaço em decorrência de excesso de atividades.

Resultados semelhantes foram computados por Rohde (2012). Em sua pesquisa, verificou que parte dos docentes avalia positivamente a relação com o trabalho. Há dedicação, comprometimento, respeito e admiração pela Instituição. Um dado interessante é a expressão do trabalho como gratificante, auxiliando no fortalecimento dos laços familiares.

Relatos como estes remetem-nos ao que defende Clot (2007), que a atividade de trabalho se compõe no campo material e simbólico, e assim, ao constituir sujeitos, também constitui a sociedade, sendo ainda via para a construção da vida subjetiva. Ainda nos faz recobrar os princípios da ergologia (SCHWARTZ, 2004), segundo a qual a atividade trabalho é vista como espaço gerido por múltiplas escolhas e ajustes que nem sempre coincidem com aquilo que está prescrito, mas que leva o trabalhador a algum tipo de equilíbrio.

Por isso, não se trata de ‘demonizar’ a docência como se a única saída fosse a extinção dessa profissão. Tampouco se trata de dicotomizar entre o bem e o mal. Significa, no entanto, discutir que as condições de trabalho impostas aos docentes levam ao adoecimento e causam sofrimentos a essa classe trabalhadora.

Araújo e Alevato (2011), ao observarem, de acordo com a ergologia, os fenômenos laborais, explicam que, no seu cotidiano, os sujeitos desenvolvem diversas maneiras de enfrentar a variabilidade encontrada em busca da resolução das questões que o trabalho prescrito não inclui. Por isso nem sempre o adoecimento é produto final. Daí a importância de estudos que investiguem o bem-estar no trabalho e a dinâmica empregada para enfrentar e subverter os contextos que impõem a dominação no trabalho.

Seligmann-Silva et al. (2010) propõem que situações de trabalho que levem à dor, ao adoecimento, ao sofrimento ou a qualquer tipo de condição que interfira no bem-estar do trabalhador demandam atenção e desenvolvimento de políticas públicas com aplicabilidade em vários sentidos como prevenção, assistência e reabilitação profissional. É crucial que tais políticas tenham foco no enfrentamento das condições de trabalho e na modificação de estilos de organização do trabalho que têm se revelado adoecedores.

O enfrentamento não pode ser relegado apenas à esfera da gestão ou do campo da saúde. Como dito, para a ergologia o ser humano é concebido como dotado de inteligência, capaz de refletir sobre a sua relação com o trabalho, organizando-se o máximo possível para buscar o equilíbrio. É fato que o enfrentamento precisa também ser uma defesa consciente de cada trabalhador e de seu coletivo, como classe.

Não é por acaso que autores como Yves Clot e Yves Schwartz buscam inspirações no MOI. Ao dar importância e destaque aos trabalhadores na luta pela própria saúde, influenciaram os teóricos a desenvolverem suas reflexões acerca da função psicológica do trabalho, clínica da atividade e ergologia. Trata-se, segundo Muniz et al. (2013), de conceber o protagonismo dos trabalhadores, por meio de uma ação diferente de penalizá-los com a individualização do adoecimento e sofrimento, que coloca unicamente cada trabalhador como responsável pela própria saúde e segurança. Por conseguinte, beber na fonte do MOI significa reconhecer a força da ação coletiva dos trabalhadores em defesa da saúde.

No núcleo dois de análise, “Políticas Educacionais/ Avaliação/ REUNI e Formação”, encontramos uma publicação que afirma a necessidade de as questões de saúde serem abordadas em momentos que até então são mais destinados ao desenvolvimento profissional, como as formações. Lima e Althus (2016) descrevem uma experiência que desenvolveram em uma universidade federal. Orientados pela Clínica da atividade de Yves Clot, propuseram um curso de formação docente continuada, diferente dos cursos desenvolvidos cotidianamente. A ideia foi estabelecer um diálogo entre os docentes e discentes, a fim de compreender práticas diárias e transformá-las. Tal atividade centrou o enfoque nos gestos profissionais docentes ocorridos em sala de aula, com a identificação e o tratamento das condições de trabalho

docentes, melhoria de suas práticas pedagógicas e da saúde individual e coletiva, partindo da visão dos próprios professores.

Para esses autores, atividades desse tipo podem funcionar como resistência e luta contra condições que se configuraram como adoecedoras. A característica especial dessa atividade foi que, desde o começo do processo, atribui-se aos próprios docentes a autoridade sobre o conhecimento das situações diárias de trabalho. A transformação precisa, necessariamente, estar consoante com a aprovação daqueles que diariamente as vivem, ou seja, os próprios professores.

Como visto em Clot (2007), para que o trabalhador se desenvolva genuinamente, é imperativo que seja considerado, desde o princípio, como ser social. Portanto, deve participar das decisões, caso contrário sempre estará às margens do processo.

Fernandes (2015), em tese de doutorado em psicologia, sob a perspectiva histórico-dialética, baseada em processos grupais, defendeu que tais processos funcionam como modo de resistir ao sofrimento e ao adoecimento na docência. Ela trabalhou com o grupo de professores, estudando a atividade de ensino e as relações com o processo de sofrimento psíquico e adoecimento docente. De acordo com a autora, a experiência do processo grupal proporcionou reflexões sobre a fragmentação e a alienação do trabalho pedagógico, que se estabeleciam como elementos que impediam a plena objetivação dos docentes como trabalhadores intelectuais. O processo grupal criou oportunidades nas quais os docentes perceberam a dimensão positiva do seu trabalho e criticaram a idealização da profissão que, em consonância com as políticas educacionais hegemônicas, desvalorizam a docência, tanto financeira como socialmente, exercendo sobre eles o poder de comando que os fazem parecer executores de tarefas pré-determinadas.

Além desse tipo de ação/conscientização, são fundamentais outras mobilizações coletivas que fazem enfrentamento às situações extenuantes de trabalho. O movimento sindical docente desempenha uma função essencial nessa luta. De acordo com Maués (2015), apesar de alguns sindicatos terem se corrompido pelas propostas do sistema neoliberal, muitos não se curvaram e continuam o processo de resistência, tendo papel crucial na luta pelos interesses dos trabalhadores, bem como na progressão de políticas em geral.

Liduário (2013), autora de uma das dissertações incluídas em nossos resultados, traz interessantes dados sobre a atuação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES- SN). Segundo ela, o sindicato tem se movimentado para combater o avanço da mercantilização e privatização da educação, entendendo que o adoecimento docente decorre das mudanças que o sistema neoliberal imprimiu nas situações de trabalho. A

autora revisa quatro relatórios de encontros sobre saúde do trabalhador, organizados pelo ANDES-SN de 2009 a 2012. Os motes dos encontros foram: (I) A Educação submissa à lógica do capital: da precarização do trabalho docente à saúde do professor. Os Desafios atuais; (II) Trabalho docente: do prazer à dor. Da resignação à luta”; (III) Saúde e trabalho docente: entre a resignação e a luta; e (IV) Adoecimento docente: causas e estratégias de enfrentamento.

Nesses encontros, de acordo com a autora, ao conversarem sobre o adoecimento docente, houve o entrelaçamento de elementos como as relações de trabalho, organização, gestão da universidade operacional, além de debates acerca dos fenômenos da precarização, flexibilização, intensificação, privatização e mercantilização da educação superior. Nos encontros, houve ainda destaque para a urgência de se assumir o adoecimento como algo coletivo, socialmente determinado. A rejeição disso e o apego à individualização do sofrimento são condutas instituídas pela lógica da produção que descarta peças, e não concebe o trabalhador como sujeito.

Em continuidade, mais recentemente foi publicada, pelo referido sindicato, uma cartilha de orientações para que as Seções Sindicais do ANDES-SN desenvolvam uma grande pesquisa acerca da saúde docente (ANDES-SN, 2016). O documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do sindicato. Foi aprovado nos Congressos 33 e 35 do ANDES e publicado em outubro de 2016. Segundo a cartilha, a pesquisa é de teor militante, mas terá a função de fundamentar cientificamente o movimento, com o levantamento de dados que auxiliem o planejamento de lutas em combate à precarização e à intensificação do trabalho de docentes da educação superior. Como objetivo geral descrito em tal orientação, está a necessidade de “[...] analisar as relações estabelecidas entre o processo de trabalho e a saúde docente do ensino superior” (p. 12). O objetivo específico é: “Investigar, enquanto determinantes na saúde do trabalhador docente, os seguintes aspectos: sobrecarga de trabalho; trabalho desprovido de significado; relações interpessoais de trabalho; condições dos ambientes de trabalho” (p. 12).

Esses objetivos propostos na pesquisa do Andes-SN corroboram com os objetivos descritos nas publicações que analisamos. O fato confirma a ideia de que a academia está adoecendo, bem como está tomando consciência desse fenômeno. Além disso, a cartilha propõe uma tendência teórica (de cunho crítico) para análise dos resultados, o que facilitará o diálogo entre diversas regiões do país.

O percurso da conformação já está estabelecido pelos modelos de produção, que se articulam para naturalizar as condições impostas, neutralizar as mobilizações coletivas ou

para, minimamente, remediar as implicações na saúde dos trabalhadores. Contudo, o caminho das resistências também vem construindo bases sólidas para a luta pela saúde docente. Um estudo de grande extensão, como proposto pelo Andes-SN, sinaliza a organização coletiva dos trabalhadores em defesa de seus direitos.

Não se trata de abandonar a docência, mas de demonstrar cientificamente que as condições impostas a esse tipo de trabalho têm sido de dominação, de trabalho estranhado e de desgaste, portanto, precisam ser denunciadas e modificadas. Educar é trabalho. Todo trabalho pressupõe investimento e gasto de energias, reconhecemos. No entanto, deveria implicar muito mais aprendizagens e desenvolvimento das potências dos sujeitos do que adoecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste estudo demonstraram indícios preocupantes sobre o processo de adoecimento docente. Paulatinamente, formas de organizar o trabalho, as estruturas, as condições laborais inadequadas e determinados tipos de políticas educacionais têm se instalado nas universidades públicas. Em consequência desse conjunto de fatores, o trabalho tem se precarizado nos mais diversos sentidos, dos mais objetivos aos mais subjetivos, e isso tem causado o adoecimento e/ou o sofrimento dos trabalhadores.

Um elemento que merece destaque em todo esse processo é a utilização com a qual ele é naturalizado. Tornou-se normal responder à pressão por produtividade, produzindo. Acontece que o desgaste exacerbado não é algo que o corpo consiga naturalizar. Por isso, diante das repetições diárias, em algum momento a saúde é atacada, sem possibilidades de reestabelecimento e sem a análise adequada das condições que provocaram a sua afetação. O que ainda parece prevalecer é a remediação dos corpos adoecidos para que retornem o mais breve possível às atividades de trabalho.

Acreditamos que a resposta para o objetivo desta pesquisa, de investigar e descrever a relação entre as situações de trabalho e o desgaste docente nas IPES Brasileiras (Federais e Estaduais), partindo da revisão de estudos que versem sobre o adoecimento docente, envolve uma teia complexa entre trabalho, saúde e educação. Constatamos a existência de adoecimentos vinculados às condições físicas desgastantes. Porém, a maior proporção de adoecimento no ensino superior está ligada às questões da organização do trabalho, que provoca o desgaste psíquico. Vale lembrar que concebemos a saúde como um processo integrado. Então, um desajuste na questão física pode influenciar no campo psíquico e vice-versa.

Notamos que os tipos mais comuns de adoecimento em docentes de universidades brasileiras, segundo a intensidade detectada nos estudos analisados, são: Desgaste/ Estresse; Dores osteomusculares/musculoesqueléticas, Depressão; TMC; Problemas relativos ao Sono; *Burnout*; Problemas com a voz; Ansiedade; Cansaço/exaustão; Dor (cabeça e outras partes do corpo)/Enxaqueca; e Problemas no trato digestivo.

O que os estudos relacionam aos sintomas são cargas de trabalho como: trabalho intensificado, que usurpa o tempo de descanso, de vida familiar e de dedicação cultural e contribui para o adoecimento; pressão por produtividade, manifesta no produtivismo acadêmico e nas formas de avaliação da educação superior, avaliação esta que condiciona a progressão na carreira docente, bem como faz a manutenção da nota da pós-graduação (além

de ter relação com o financiamento); e sobrecarga de trabalho em decorrência da falta de recursos humanos. Segundo os resultados, hoje, ser docente da pós-graduação gera um acréscimo de cargas de trabalho e um risco à saúde.

Embora os estudos apontem essa realidade, não houve relato de nenhuma iniciativa de promoção de saúde ou de enfrentamento efetivo do adoecimento docente. As atividades encontradas resumiram-se a ações de setores de recursos humanos, envolvendo afastamento e readaptações, ou a campanhas preventivas. Isso não quer dizer que elas não existam, mas leva-nos a crer que atividades de promoção de saúde do trabalhador dentro das universidades brasileiras não estão gerando interesse de análise e publicações, ou que, de fato, estamos mesmo lidando apenas com a medicalização do sofrimento e adoecimento docente, sem o enfrentamento necessário das condições adoecedoras.

Quanto à comparação das IPES nas esferas federal e estadual, tínhamos o objetivo de confrontar os resultados. Contudo, houve convergência de informações, o que nos leva a compreender que, apesar das diferenças políticas e administrativas, tanto as instituições federais como as estaduais estão alinhadas aos mesmos interesses. Portanto, as situações de trabalho estão igualmente comprometidas, o que nos faz refletir que, na universidade pública brasileira, independentemente da estrutura político-administrativa, o adoecimento e o sofrimento se fazem presentes.

Apesar da naturalização das condições precárias e do adoecimento, é preciso apontar que existe um movimento pelo qual os trabalhadores têm manifestado suas formas de resistência às situações desfavoráveis de trabalho. Por isso, defendemos o papel da luta coletiva como essencial no enfrentamento dessas situações, pois fortalece a categoria, além de reconhecer que o adoecer na docência não é sinal de fraqueza e fenômeno individual, mas um processo social e coletivamente vivido.

Trabalhamos, aqui, com dados secundários, mas consideramos que o estudo compre o seu papel social de colaborar para a compreensão das situações de trabalho que não têm gerado saúde aos docentes. Dessa forma, é um instrumento que pode servir às ações e lutas em trabalho e saúde. Embora tenhamos escolhido, nesta oportunidade, este formato de análise, o material permite novas discussões e novos olhares teóricos.

Novos estudos precisam ser realizados para amparar e investigar formas de enfrentamento dessas condições desgastantes, especialmente estudos desenvolvidos com e pelos próprios trabalhadores da Educação. Não se pode relegar o saber sobre a própria saúde apenas a outras áreas do conhecimento. O campo da Educação, como visto em nossos resultados, tem acompanhado a evolução da questão e demonstrado o interesse em explorar a

própria realidade. Desse modo, ao desenvolverem investigações e trazerem à tona as temáticas do adoecimento e do sofrimento, os docentes se implicam no processo de mudança para as situações que não são geradoras de saúde.

É preciso que políticas públicas em saúde do trabalhador sejam desenvolvidas no âmbito da universidade pública brasileira. Mesmo sendo um espaço de desenvolvimento de ciência, não está imune às exigências impostas pelo mundo do trabalho.

O desafio que se impõe é que o contexto do trabalho docente seja novamente modificado. É imprescindível que o lugar que esse trabalho ocupa e o seu modo de operar não sejam correspondentes à produção em série de uma empresa. Vemos a inevitabilidade de ações como o fortalecimento de uma luta que revolucione as relações na esfera socioeconômica, com a quebra de seus mecanismos de controle sobre questões que não devem ser orientadas pelo mercado. Também se impõem atividades e políticas que considerem o saber e a realidade dos profissionais que estão no dia a dia de trabalho, como possibilidade de trabalhar resistência e promoção de saúde junto aos docentes.

É indispensável que qualquer ação de promoção de saúde, prevenção, tratamento de doenças, readaptações ou afastamentos de docentes sejam desenvolvidas em conjunto com uma série de atividades que se preocupem em modificar as situações geradoras dos acometimentos, fugindo do hábito recorrente da adequação ou atribuição de culpa ao profissional da educação. Só assim teremos genuínos ganhos e conquistas em saúde do trabalhador.

Toda essa luta e atividades de promoção se fazem necessárias porque, apesar das formas de adoecimento e sofrimento encontradas, o prazer pelas atividades da docência também foi registrado nas pesquisas. Isso mostra que o trabalho desempenha importante papel de formação de subjetividade. Por isso, a docência deve ser desenvolvida como possibilidade de emancipação, de manutenção justa das necessidades da vida diária e por que não, como atividade geradora de saúde nos seus mais amplos determinantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHÃO, Júlia Issy; PINHO, Diana Lúcia Moura. As transformações do trabalho e desafios teórico – metodológicos da Ergonomia. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 7, n. (esp.), p. 45-52. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000300006> Acesso em 21 ago. 2016.
- ALARCON, Andréia de Cássia Rodrigues Soares. **Prevalência de transtornos mentais comuns em servidores de uma universidade pública de Mato Grosso do Sul**. 2014. 131f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/15728-via-final.pdf>> Acesso em 19 de fev. 2017.
- ALBUQUERQUE, Alúisia Guerra. **Relação entre condições de trabalho e Saúde vocal de professores no ensino superior**. 2013. 90f. Dissertação. (Mestrado em Saúde Humana e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/10522/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Aluisia%20Albuquerque.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 28 jun. 2016.
- ALMEIDA-FILHO, Naomar. Modelos de determinação social das doenças crônicas não-transmissíveis. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 865-884, Dec. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Nov. 2016.
- ALMEIDA, Ueberson Ribeiro; HECKERT, Ana Lucia Coelho; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Nas trilhas da atividade: análise da relação saúde-trabalho de uma professora de educação física escolar. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 245-263, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Nov. 2016.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/08.pdf>> Acesso em 18 nov. 2016.
- ALVES, Liliana Amorim. **Parâmetros vocais e percepção vocal de professores universitários**. 2007. 216f. Dissertação. (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-07012008-113413/pt-br.php>> Acesso em 28 jun. 2016.
- ANDES-SN. **Cartilha de Orientação para a realização de pesquisa sobre saúde docente**. Imprensa Andes-SN: Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-2121121356.pdf>> Acesso em 25 jan. 2017.

ANDRADE, Luiza Vitória Vital de. **Trabalho docente e saúde ocupacional na Universidade Federal de Uberlândia**. 2014. 149f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://www.bdtd.ufu.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6294> Acesso em 22 Mar. 2016.

ARAÚJO Elenice Maria Gonçalves; ALEVATO, Hilda Maria Rodrigues. Abordagem ergológica da organização e das condições de trabalho em uma unidade de alimentação e nutrição. **INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção**. Santa Maria, v. 03, n. 01, jan. 2011. Disponível em: <http://www.ingepro.com.br/Publ_2011/Fev/02%20Artigo%20339%20pg%2010-22.pdf> Acesso em 22 nov. 2016.

ARAÚJO, Tânia Maria de. et al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 29, n. 1, p. 6-21, 2005. Disponível em: <http://www.sinpro-ba.org.br/saude/doc/mal_estar_docente_rev_baiana_de_saude_publica.pdf. > Acesso em 11 ago. 2014.

ARAÚJO, Glauco Ludwig. **A nova geração de professores universitários: profissionalização, condições de trabalho e sua relação com a produtividade científica na UFRGS**. 2013. 109 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96171/000915028.pdf?sequence=1>> Acesso em 22 Mar. 2016.

ARAÚJO, Jane Pereira. **Afastamento do trabalho: absenteísmo e presenteísmo em uma instituição federal de ensino superior**. 2012, 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11239/1/2012_JanePereiraAraujo.pdf> Acesso em 29 jun. 2016.

ARAÚJO, Romilda Ramos de; SACHUK, Maria Iolanda. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/442.pdf> > Acesso em 22 nov. 2016.

ARAÚJO, Tânia Maria de; MARTINS, Fernando Carvalho. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313702007>> Acesso em 21 mar. 2016.

ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Katia Reis; MENDONÇA, André Luis Oliveira. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2016.

ATHAYDE, Milton. Saúde “Mental” e Trabalho: Questões para discussão no campo da saúde do trabalhador. In: MINAYO GOMES, Carlos; MACHADO, Jorge, Mesquita Huet; PENA,

Paulo Gilvane Lopes (Orgs). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

AVILA, Sueli de Fátima Ourique de. As transformações do trabalho docente através da produção escrita da anped (1996-2009). In: 34° REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2011, Natal. **Anais eletrônicos**, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT09/GT09-424%20int.pdf>> Acesso em 30 jun. 2016.

AX WILHELM, Fernanda; ZANELLI, José Carlos. Características das situações estressantes em gestores universitários no contexto do trabalho. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 704-723, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844511016>> Acesso em 28 jun. 2016.

BACHION, Maria Márcia. et al. Vulnerabilidade ao estresse entre professores de uma universidade pública. **Rev. Enferm. UERJ**. Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 32-37, jan.-abr. 2005. Disponível em <<http://www.facenf.uerj.br/v13n1/v13n1a05.pdf>> Acesso em 25 jun. 2016.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 26, n. esp., p. 129-139. 2014: Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/view/3731/2360>> Acesso em 25 jun. 2016

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. “**Reféns da produtividade**” – sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. In: 30° REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos**. 2007. Disponível em: < <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT09-3503--Int.pdf>> Acesso em 30 jun. 2016.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Descritores em Ciências da Saúde (DECS)**. 2015. Disponível em: < <http://decs.bvs.br/P/decsweb2015.htm>> Acesso em 31/01/2016.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cad. Psicol. Soc. Trab.** São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-100, jun. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v15n1/v15n1a07.pdf>> Acesso em 17 mar. 2016.

BORSOI, Izabel Ferreira; PEREIRA, Cristina Flavilio Silva. Professores do ensino público superior: produtividades, produtivismo e adoecimento. **Universitas Psychologica**. Bogotá, v.12, n. 4, p. 1211-1233. 2013. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/viewFile/6499/5925>> Acesso em 10 de Mar. de 2016.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136. 2011. Disponível em: <<http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/viewFile/1220/906>> Acesso em 10 Dez. 2014.

BRAGA JÚNIOR, Francisco Varder. **Saúde vocal e docência no ensino superior**. 2013. 82f. Dissertação. (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi – Árido, Mossoró, 2013. Disponível em: < http://ppgats.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/47/2014/09/Dissertacao_Mestrado_Varder.pdf> Acesso em 22 Mar. 2016.

BRASIL. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Ministério da educação, 2012. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 17 de jan. de 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 7. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso em 14 fev. de 2017.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27833. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional>> Acesso em 16 Jan. 2016

BRASIL. Norma Regulamentadora 17 – Ergonomia. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, SIT. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 Jun. 1990. Seção I, p. 11855. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR17.pdf>> Acesso em 04 jan. 2017.

BRASIL. **Sinopse da educação superior - 2014**. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em 27 fev. 2017.

BRITO, Jussara Cruz de. Trabalho Prescrito e Trabalho Real. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2ª ed. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html> > Acesso em 26 nov. 2016.

BROTTO, Tullio Cezar de Aguiar; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela. É inerente ao trabalho em saúde o adoecimento de seu trabalhador? **Rev. bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, 37 (126): 290-305, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n126/a11v37n126.pdf>> Acesso em 18 jan. 2017.

BUSS, Paulo Marchiori.; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf> > Acessado em 05. Dez. 2015.

CAMARGO, Marcio Lima. Trabalho enquanto categoria fundante na existência humana e atual fase de reestruturação produtiva do Capital. In: I SEMINÁRIO DE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS. 2012, Teófilo Otoni. **Anais eletrônicos**, ISSN 2238-5371. Disponível em: <

http://www.secep.com.br/arquivos/Trabalho_enquanto_categoria_fundante_na_existencia_humana_e_atual_fase_de_reestruturacao_produtiva_do_capital.pdf> Acesso em 21 nov. 2016.

CAMPOS, Francisco Jadir de Souza. **Trabalho docente e saúde: tensões da educação superior**. 2011. 116 f. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2806>> Acesso em 21 mar. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Classificação da produção intelectual**. 2016. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em 21 mar. 2016.

CARAN, Vânia Cláudia Spoti. et al. Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, v. 23, n. 6, p. 737-744. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307023868004>> Acesso em 28 jun. 2016.

CARAN, Vânia Cláudia Spoti. et al. Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro; v. 19, n. 2, p. 255-261. abr/jun, 2011. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v19n2/v19n2a14.pdf>> Acesso em 05. Abr. 2016.

CASSANDRE, Marcio Pascoal. A saúde de docentes de pós-graduação em universidades públicas: os danos causados pelas imposições do processo avaliativo. **Rev. Mal-Estar Subj.** Fortaleza, v.11, n. 2, p.779-816. 2011. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n2/13.pdf>> Acesso em 17 mar. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHRISTOPHORO, Rosângela. WAIMAN, Maria Angélica Pagliarini. Stress: condições de trabalho em docentes universitários. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde Maringá**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 171-175. 2002. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/5692/3614>> Acesso em 28 jun. 2016.

COELHO, Maria Thereza; ALMEIDA-FILHO, Naomar. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 9, v. 1, p.13-36. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v9n1/02.pdf>>. Acesso em 23 nov. 2016.

CORRÊA, Dalila Alves. et al. Qualidade de vida no trabalho: uma análise crítica da produção bibliográfica brasileira na área de gestão. In: 2º **CONGRÈS TRANSFORMARE. Anais eletrônicos**. 2012, Paris. Disponível em: <<http://www.transformare.adm.br/anais/Artigo-Dalila-et-al.-Qualidade-de-vida.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2017.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. 2 ed. Petrópolis , RJ: Vozes, 2007

CLOT, Yves. Clínica do trabalho, clínica do real. *Le journal des psychologues*, nº 185, março, 2001. Disponível em: <<http://www.pqv.unifesp.br/clotClindotrab-tradkslb.pdf>> Acesso em 01 dez. 2016.

CLOT, Yves. Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 99-107, 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v9n2/v9n2a08.pdf>> Acesso em 09 dez. 2016

COSTA, Efraim Carlos. et al. Percepções sobre o estresse entre professores universitários. **Rev. RENE**. Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 39-47, set.-dez. 2005. Disponível em: <www.revistarene.ufc.br> Acesso em 17 mar. 2016.

COSTA JÚNIOR, Wercy Rodrigues. Política de avaliação da pós-graduação e suas consequências no trabalho dos professores-pesquisadores. In: 34ª. REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2011. Natal. **Anais eletrônicos**. Natal: UFRN. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-1196%20int.pdf>> Acesso em 07 abr. 2016.

CUPERTINO, Valéria. **Prazer e sofrimento na prática docente no ensino superior: estudo de caso em uma IFES mineira**. 2012. 189 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) - Faculdade Novos Horizontes , Belo Horizonte Biblioteca , 2012. Disponível em: <[Http://Unihorizontes.Br/Novosite/Banco_Dissertacoes/141120121413361141.Pdf](http://Unihorizontes.Br/Novosite/Banco_Dissertacoes/141120121413361141.Pdf)> Acesso em 21 mar. 2016.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 54, v.14, abr., mai., jun., 1986.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: Ranços e Avanços**. Campinas –SP: Papirus, 1997.

DINI, Nadia Cecília Castilho. **Condições de saúde, trabalho e hábitos de vida de trabalhadores de um campus universitário**. 2013. 112f. Dissertação (Mestrado Profissional em Enfermagem) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108521/000750029.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 28 jun. 2016

ESTEVE , José Manuel Esteve Zaragoza. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Tradução de Durley Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: Edusc, 1999.

FERNANDES, Marcos Henrique. et al. Estilo de vida de professores universitários: uma estratégia para a promoção da saúde do trabalhador. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 22, n. 2, p. 94-99. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40811734006>>ISSN 1806-1222> Acesso em 27 jun. 201

FERNANDES, Luciete Valota. **O processo grupal como resistência ao sofrimento e ao adoecimento docente: um estudo à luz da perspectiva histórico-dialética**. 2015. 270f. Tese

(Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04012016-094754/pt-br.php>> Acesso em 25 jan. 2017.

FERREIRA, Ana Cássia Mendes. **Satisfação no trabalho de docentes de uma instituição pública de ensino superior: reflexos na qualidade de vida.** 2011. 131f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/711/1/Ana%20Cassia%20Mendes%20Ferreira.pdf>> Acesso em 28 jun. 2016.

FILHO, Olmiro Cezimbra de Souza; NAUJORKS, Maria Inês. O professor de Medicina da UFSM no contexto do mal-estar docente. **Rev. bras. educ. méd.** Rio de Janeiro. v. 29, n. 1, p. 34-41, jan/abr. 2005. Disponível em: <http://www.educacaomedica.org.br/UserFiles/File/2005/professor_medicina.pdf> Acesso em 17 mar. 2016.

FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos Alberto. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. **Laplage em Revista**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 32-47. 2015. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/19/78>> Acesso em 10 de fev. de 2016.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, Dez. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=en&nrm=iso> Acesso em 02 mar. 2017.

FREITAS, Claudia Regina. **As relações existentes entre as atividades intensivas em conhecimento e o absenteísmo involuntário de professores universitários: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina.** 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107372/319736.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 29 jun. 2016

FREITAS, Natiellen Quatrin. **Adoecimento relacionado ao trabalho de docentes universitários da área da saúde.** 2015. 120f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/ppgenf/images/Mestrado/Dissertacoes/2014_2015/Dissertacao_Natiellen_Quatrin_Freitas.pdf> Acesso em 29 jun. 2016

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi. Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educ. Pesqui.**, v. 31, n. 2, p. 189- 199, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>> Acesso em 31 jan. 2017.

GOMES, Jackeline Figueiredo Barbosa; ARAÚJO, José Newton Garcia de. Contribuições da Categoria trabalho na formação da identidade das pessoas com deficiência. In: V Seminário de Extensão da PUC Minas. 2010, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos.** Disponível em: <

<http://portal.pucminas.br/proex/index-link.php?arquivo=seminario&codigo=5&pagina=4950>> Acesso em 21 nov. 2016.

GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-148, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172010000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2016.

GUEIROS, Manuela Gomes. **Estresse ocupacional de professores**: seus indicadores, suas fontes e as estratégias utilizadas para combatê-lo um estudo de caso na Universidade Federal de Pernambuco. 2005. 156f. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1105/arquivo1499_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 22 mar. 2016.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, Ano XXII, n. 52, p. 34-45, jul. 2013. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1716063987.pdf>> Acesso em 16 jan. 2017.

HASHIZUME, Cristina Miyuki. **Saúde e afeto na docência**: a busca incessante pela vida - estudo com professores de uma universidade pública. 2010. 173f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072010-094956/pt-br.php>> Acesso em 29 jun. 2016.

HEIJMANS, Rosemary Dore. Universidade, produção do conhecimento e avaliação. **Educação Unisinos**. São Leopoldo, v. 9, n. 3, set/dez, p. 205-215. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644421003>> Acesso em 28 jun. 2016.

IBCT. **Programa de Comutação Bibliográfica (Comut)**. [S.I.]. 2016. Disponível em: <[http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20programa-de-comutacao-bibliografica-\(comut\)](http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20programa-de-comutacao-bibliografica-(comut))> Acesso em 28 jul. 2016.

IOP, Elizandra. Trabalho docente: uma leitura de condições nos modelos produtivos Fordista/Taylorista e Toyotista. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Anais eletrônicos**. v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/viewFile/1201/567> Acesso em 31 jan. 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José. Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados; Histedbr, 2005. Parte III, Cap. 1. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf> Acesso em 31 jan. 2017.

LAGO, Rozilaine Redi; CUNHA, Bruna Souza; BORGES, Maria Fernanda de Sousa Oliveira. Percepção do trabalho docente em uma universidade da região norte do Brasil. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 429-450, Ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000200429&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 mar. 2016.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção de saúde. Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

LÉDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: 29º REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-1979--Int.pdf>> Acesso em 30 jun. 2016.

LÉDA, Denise Bessa. Universidade nova/plano de reestruturação e expansão das universidades federais: mais uma dose da reforma universitária? In: 30º REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT11-2936--Int.pdf>> Acesso em 30 jun. 2016.

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp.1, p. 103-118, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7128/1/KKK.pdf>> Acesso em 28 jun. 2016.

LEMOS, Jadir Camargo. **Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários**. 2005. 147f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102243/221301.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 28 jun. 2016

LIDUÁRIO, Ester de Almeida. **A mercantilização e privatização do ensino superior e seus rebatimentos sobre a saúde do docente**. 2013. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_cccfede407c57900dd60b329aa136890> Acesso em 28 jun. 2016

LIMA, Anselmo; ALTHAUS, Dalvane. Formação docente continuada, desenvolvimento de práticas pedagógicas em sala de aula e promoção da saúde do professor: relações necessárias. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 245, p. 97-116, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000100097&lng=en&nrm=iso> Acesso em 25 jun. 2016.

LIMA, Licínio Carlos da Viana Silva; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em 09 jan. 2017.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências & Cognição**; Rio de Janeiro,

v.14, n. 3, p. 062-082, 2009. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>> Acesso em 11 ago. 2014.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 99-107, Jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572007000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 dez. 2016.

LUDERMIR, Ana Bernarda; MELO FILHO, Djalma A. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 213-21, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/download/25325/27070>>. Acesso em 31 ago. 2015.

MACHADO, Anna Rachel. Entrevista com Yves Clot. **Psicologia da educação**, São Paulo, n. 20, p. 155-160, jun. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 dez. 2016.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Proletarização e mal-estar docente nas universidades públicas: uma perspectiva crítica. **EccoS Revista Científica**. São Paulo, n. 35, set/dez, p. 211-226, 2014. Disponível em: <<http://redalyc.org/articulo.oa?id=71535318013>> Acesso em 21 mar. 2016.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 20, n. 60, jan.-mar., 2015, p. 31-50. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27533496003>> Acesso em 17 jan. 2017.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar em Revista**. Curitiba: UFPR, n. 28, p. 37- 53, jul./ dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a04n28>> Acesso em 25 ago. 2014

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>> Acesso em 14 jan. 2017

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico- Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural. 1996, cap. 5.

MATTOS, Marcelo-Badaró, Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**. México, v. 4, n. 10, ju/set, p. 135-142, 2013. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=299128588002>> Acesso em 21 mar. 2016.

MAUÉS, Olgaíses. O sindicato da educação superior e as políticas educacionais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 252-262, dez. 2015. . Disponível

em:< <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewFile/13351/10457> >
Acesso em 24 jan. 2017.

MEGUINS, Rosimê da Conceição. O apelo ideológico ao fetichismo acadêmico: a moeda de troca das políticas neoliberais para a educação superior. In: 37ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED 2015. Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4514.pdf>>
Acesso em 07. Abr. 2016.

MENDES, Luciano. et al. **Da arte ao ofício**: vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. 7, n. 2, set., 2007, p. 527-556. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27170215>> Acesso em 28 jun. 2016.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, out. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101991000500003&lng=en&nrm=iso> Acesso em 1 mar. 2017

MESQUITA, Alex Andrade. et al. Estresse e síndrome de *burnout* em professores: Prevalência e causas. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 31, n. 75, out./dez, p.627-63. 2013. Disponível em: < www2.pucpr.br/reol/index.php/PA/pdf/?dd1=12630> Acesso em 10 jul. 2015.

MOTA, Igor Larchert. et al. Sintomas osteomusculares de servidores de uma universidade pública brasileira: um estudo ergonômico. **Rev. Bras. Promoç. Saúde**, Fortaleza, v. 27, n.3, jul./set., 2014, p 341-348. Disponível em: <<http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/2710/pdf>> Acesso em 26 jun. 2016

MOTA JÚNIOR, William Pessoa da. **Os impactos do sistema capes de avaliação sobre o trabalho docente na pós-graduação**: o caso da UFPA. 2011. 208 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em:< <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2822>> Acesso em 21 mar. 2016.

MULATO, Sabrina Corral. **O docente universitário em Enfermagem e a Síndrome de Burnout**: uma questão de educação para a saúde. 2008. 149f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-09122008-161201/pt-br.php>> Acesso em 29 jun. 2016.

MUNIZ, Hélder Pordeus. et al. Ivar Oddone e sua contribuição para o campo da Saúde do Trabalhador no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, v. 38, n. 128, p. 280-291, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100529763015>> Acesso em 23 jan. 2017.

NASCIMENTO, Denise de Souza. **A expansão da educação superior e o trabalho docente** - um estudo sobre o plano nacional de formação de professores da educação básica (parfor) na UFPA. 2012 178 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Federal Do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <

[Http://Www.Ppped.Belemvirtual.Com.Br/Arquivos/File/Dissertdenise.Pdf](http://Www.Ppped.Belemvirtual.Com.Br/Arquivos/File/Dissertdenise.Pdf)>. Acesso em 22 mar. 2016.

NOGUEIRA, Denize da Silva. **Circulação de sentidos em discursos sobre o trabalho e a saúde de professores de escolas públicas**: interrogações a partir do ponto de vista da atividade. 2013. 148f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fiocruz-ENSP, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: < <http://bvssp.icict.fiocruz.br/cgi-bin/wxis1660.exe/lildbi/iah/>> Acesso em 21 nov. 2016.

NUNES, Maiana Farias Oliveira. et al. Subjective well-being and time use of brazilian PhD professors. **Paidéia (Ribeirão Preto)**; Ribeirão Preto, v. 24, n. 59, set./dez, p. 387-387. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paideia/article/view/88996/91844>> Acesso em 25 jun. 2016.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. As políticas neoliberais para a educação profissional: analisando o governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. In: III SENEPET- Seminário Nacional de educação Profissional e Tecnológica, 2012. Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos**. CEFET-MG. Disponível em: < http://www.senepet.cefetmg.br/galerias/Anais_2012/GT-03/GT03-019.pdf>. Acesso em 07 jan. 2017.

OLIVEIRA, Maria das Graças Marrocos de; CARDOSO, Cármen Lúcia. *Stress* e trabalho docente na área de saúde. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 28, n. 2, jun. p. 135-141. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Mar. 2016.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. A Concepção de Trabalho na Filosofia do Jovem Marx e suas Implicações Antropológicas. **Kínesis**, Marília, v. 2, p. 72-88. 2010. Disponível em: < http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf> Acesso em 10 dez. 2015.

OLIVEIRA, Simone Santos Silva. **Um olhar sobre a saúde a partir da dimensão gestonária do trabalho**: contradições e ambiguidades no telemarketing. 2007. 184f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Fiocruz/ENPS. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4466/2/307.pdf>> Acesso em 22 nov. 2016.

PAIVA, Kely César Martins de; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Estresse ocupacional de docentes do ensino superior. **Revista de Administração – RAUSP**. v. 40, n. 2, abr./jun. p. 145-158. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a08.pdf>> Acesso em 28 jun. 2016.

PAULA, Maria de Fátima C. USP e UFRJ. A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v.14, n. 2, p. 147-161, out. 2002. Disponível em: < http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf> Acesso em 13 jan. 2017.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. **Avaliação (Campinas)**. 2009, vol.14, n.1, p.29-52. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 jan. 2017.

PINHO, Paulo Otávio. Novas reitorias abrem muitas questões do período Reuni: expansão da UFPel sob suspeita. In: ANDES-SN. **Revista Andes Especial**. Dossiê 3: Precarização das condições de trabalho I. n. 3, 2013. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1904651914.pdf>> Acesso em 16 jan. 2017.

PIRES, Denise Elvira. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2ª ed. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pretrasau.html>> Acesso em 06 mai. 2017.

PIZZIO, Alex; KLEIN, Karla. Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, jun. p. 493-513. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200493&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 mar. 2016.

QUEIROZ, Vanderlei da Rosa de Freitas e. **O mal-estar e o bem-estar na docência superior: a dialética entre resiliência e contestação**. 2014. 255f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3403>> Acesso em 22 mar. 2016.

REIS, Maria Izabel Alves dos. Trabalho e adoecimento docente no contexto da reestruturação produtiva. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015, São Luís. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/trabalho-e-adoecimento-docente-no-contexto-da-reestruturacao-produtiva.pdf>> Acesso em 22 nov. 2016.

RIOS. Mirivan Carneiro. As políticas públicas do banco mundial para a educação brasileira. **Educação em Foco**, Amparo, p. 21- 28, 2014. Disponível em: <http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/educacao.html> Acesso em 07 jan. 2017.

RESENDE, Maria do Rosário Silva. **Formação e autonomia do professor universitário: um estudo na Universidade Federal de Goiás**. 2005. 206f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1119> Acesso em 28 jun. 2016.

ROCHA, Luciana de Fátima Sopas; LÉDA, Denise Bessa. Reflexões sobre o magistério superior no instituto federal de educação, ciência e tecnologia. In: 37ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4109.pdf>> Acesso em 30 jun. 2016.

RODRIGUES, Viviane de Souza. O REUNI na UFF: o impacto no trabalho docente. In: 35ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2012. Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/posteres/GT11/GT11-1831_int.pdf> Acesso em 07 abr. 2016.

ROHDE, Caroline Lúcia Cantarelli. **Qualidade de vida no trabalho sob a perspectiva de professores de ensino superior**. 2012. 67f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4353> Acesso em 28 jun. 2016.

SANTANA, Franciele Ariene Lopes. **A atuação das psicólogas na saúde pública no município de Ladário-MS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá. 2013.

SANTANA, Franciele Ariene Lopes. **Saúde do Trabalhador em Educação: revisão integrativa sobre a gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão em Saúde) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Miranda. 2016.

SANTANA, Otacílio Antunes. Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. **Acta Scientiarum. Education**, v.33, n.2, p. 219-226, 2011. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/13569> Acesso em 19 set. 2016.

SANTOS, Eliane Jucielly Vasconcelos. **Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em professores universitários**. 2012. 77f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Integrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2012.

SANTOS, Débora Coelho dos. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em agentes penitenciários. **Revista Bras. Med. Trab.** São Paulo, v.8, n.1, p. 33-38, 2010. Disponível em http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/revista_brasileira_de_medicina_do_trabalho_-_volume_8_n%C2%BA_1_20122013132133533424.pdf > Acesso em 31 ago. 2015.

SANTOS, Gustavo Barreto. **Bem estar e condições de trabalho de professores do centro de ciências da saúde da Universidade Federal de Pernambuco**. 2013. 71f. Dissertação. (Mestrado Integrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_ee73c00cf157fec81caa9398ac0bd274/Description#tabnav> Acesso em 22 mar. 2016.

SAVIANI, Dermeval. O futuro da universidade entre o possível e o desejável. In: FÓRUM “SABEDORIA UNIVERSITÁRIA”. 2009. Campinas. Unicamp. Disponível em: <http://www.gr.unicamp.br/ceav/revista/content/pdf/O_futuro_da_universidade_Dermeval_Saviani.pdf> Acesso em 09 jan. 2017

SCHERER, Clarissa Giuliani. **Estresse e estratégias de enfrentamento em professores universitários**. 2004. 133p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87632/209314.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 22 mar. 2016

SCHWARTZ, Yves. *Actividade. Laboreal*. Porto, v. 1, n. 1, 2005. p. 63-64. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/files/articles/2005_12/pt/10_Yves_PT.pdf> Acesso em 21 nov. 2016

SCHWARTZ, Yves. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v2n1/04.pdf>> Acesso em 21 nov. 2016

SEABRA, Mayara Mirella Araújo; DUTRA, Fabiana Caetano Martins Silva e. Intensificação do trabalho e percepção da saúde em docentes de uma Universidade pública Brasileira. **Ciênc. Trab.**, Santiago, v. 17, n. 54, dez, p. 212-218. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-24492015000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 mar. 2016.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Cortez, 1994.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Os vínculos entre condições de trabalho e saúde mental. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 13-16, 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v8n2/06.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2017.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: O direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Edith. et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Rev. bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbso/v35n122/a02v35n122.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2017.

SERVILHA, Emilse Aparecida Merlin; LEAL, Rayana de Oliveira França; HIDAKA, Mariene Terumi Umeoka. Riscos ocupacionais na legislação trabalhista brasileira: destaque para aqueles relativos à saúde e à voz do professor. **Rev. soc. bras. fonoaudiol.**, São Paulo, v. 15, n. 4, dez, p. 505-513. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-80342010000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jun. 2016

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. O processo de produção acadêmico – científico na prática universitária das federais: intensificação e precarização do trabalho. In: SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós – graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009, Cap. 5, p. 165 -189.

SILVA, Eduardo Pinto e. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Psicol. Teor. Prat.**, São Paulo, v. 17, n. 1, abr., p. 61-71. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 mar. 2016.

SILVA, Jorge Luis Lima; SOUZA, Solange Lourdes de. Fatores de risco para hipertensão arterial sistêmica versus estilo de vida docente. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 06, n. 03, p. 330-335. 2004. Disponível em: <www.fen.ufg.br> Acesso em 26 jun. 2016.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; LUCENA, Carlos; FERREIRA, Luciana Rodrigues. Mundialização e o trabalho do ser social professor pesquisador. **Educação**. Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 483-494, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/8985/pdf>> Acesso em 26 jun. 2016.

SILVA e SILVA, Paula Katrina. **Stress e burnout em professores universitários do contexto público e privado de ensino**. 2016. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2016.

SILVA, Rudney da. **Características do estilo de vida e da qualidade de vida de professores do ensino superior público em educação física**. 2006, 265f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103127/234227.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 29 jun. 2016.

SILVA, Tarcísio Firmino da. **A construção de valores sobre o trabalho docente e a saúde do trabalhador**: das políticas públicas aos enunciados sindicais. 2009. 76f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fiocruz-ENSP, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/cgi-bin/wxis1660.exe/lildbi/iah/>> Acesso em 21 nov. 2016.

SILVEIRA, Zuleide Simas da; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0079.pdf>> Acesso em 09 jan. 2017.

SOARES, Raquel Juliana de Oliveira. et al. Fatores facilitadores e impeditivos no cuidar de si para docentes de enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v.20, n.4, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71421162015>> Acesso em 28 jun. 2016.

SORATTO, Lúcia; PINTO, Ricardo Magalhães. Burnout e carga mental no trabalho. In: CODO, Wanderley (Coordenador). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999, cap. 19, p. 282-299.

SOUSA, Adriana Modesto de. **O perfil do adoecimento docente na Universidade de Brasília de 2006 a 2011**. 2013. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12950/1/2013_AdrinaModestoSousa.pdf> Acesso em 29 jun. 2016.

SOUZA, Janice Aparecida Janissek de. et al. Concepções de universidade no Brasil: uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, 2013, v. 6. Disponível em : <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319329765013>> Acesso em 09 jan. 2017.

STEHLLING, Monica Maria Campolina Teixeira. et al. Fatores de risco para a ocorrência de acidentes em laboratórios de ensino e pesquisa em uma universidade brasileira (2012).

REME rev. min. Enferm, Belo Horizonte, v. 19, n.1, jan./mar, p. 01-106. 2015. Disponível em: < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>> Acesso em 25 jun. 2016.

TAVARES, Juliani Petri. **Distúrbios psíquicos menores em enfermeiros docentes**. 2010. 110f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3562> Acesso em 29 jun. 2016

TAVEIRA, Izabela Maria Rezende. Uma análise crítica do construto Qualidade de Vida no Trabalho. In: XV ENABRAPSO. PSICOLOGIA SOCIAL E POLÍTICA DE EXISTÊNCIA: FRONTEIRAS E CONFLITOS. 2009. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=344&Itemid=96> Acesso em 19 jan. 2017.

TOLEDO, Melina Mafra. **A vulnerabilidade do adolescente ao HIV/AIDS: Revisão integrativa**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7137/tde.../Melina_Mafra.pdf> Acesso em 11 ago. 2015.

TOMÉ, Ana Cristina Nakamura. et al. Health problems awareness during travel among faculty members of a large university in Latin America. Preliminary report . **Rev. Inst. Med. Trop.** São Paulo v. 55, n.1, p. 55-59. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rimts/v55n1/v55n1a10.pdf>> Acesso em 26 jun. 2016

TRISTÃO, Ellen. Alienação, reificação e formas de subsunção do trabalho ao capital. In: VII SEMINÁRIO DO TRABALHO. Trabalho, educação e sociedade. 2010. **Anais eletrônicos**. Unesp- Marília – SP. Disponível em: < http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Ellen_Tristao_Alienacao_reificacao_e_formas_de_subsuncao_do_trabalho_ao_capital.pdf>. Acessado em 05. Dez. 2015.

URSI, Elizabeth. Silva. **Prevenções de lesões na pele no perioperatório: Revisão integrativa de literatura**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Ribeirão Preto, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-18072005-095456/pt-br.php>> Acesso em 26 nov. 2014.

VILELA, Elena Fátima; GARCIA, Fernando Coutinho; VIEIRA, Adriane. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, mai./ago., p. 517-540. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401137524010>> Acesso em 27 jun. 2016.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, jan./abr , p. 165-189. 2014. Disponível em: < <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12623&dd99=view&dd98=pb.br.php>> Acesso em 26 nov. 2014.

XAVIER, Fabiene dos Anjos. et al. Fatores de risco cardiovascular entre docentes de uma universidade pública de Minas Gerais. **REME Rev. Min. Enferm**, Belo Horizonte, v. 14, n. 4, p. 465-472, out.- dez. 2010. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-20153>> Acesso em 22 mar. 2016.

YAMANOE, Mayara Cristina Pereira. Trabalho docente e subjetividade: a identidade do professor do ensino superior e a lógica de produtividade do capital. In: X JORNADA HISTEDBR, Vitória da Conquista-BA, 2011. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br > Acesso em 19 jan. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro 1. Instrumento de coleta de dados

SUMÁRIO	
INSTRUMENTO ADAPTADO DE URSI (2005) - COLETA DE DADOS	
A. Identificação	
Tipo de produção	
Título da produção	
Título do periódico	
Autor (es)	
Orientador(a)	
Ano de publicação	
Região Geográfica (Estudo)	
Região Geográfica (Public.)	
Instituição sede do estudo	
Área/campo do estudo	
B. Características metodológicas do estudo	
a. Tipo de publicação	1.1 Pesquisa <input type="checkbox"/> Abordagem quantitativa. Tipo: <input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa. Tipo: <input type="checkbox"/> Abordagem quali-quantitativa. Tipo: <input type="checkbox"/> Revisão de literatura: Tipo: <input type="checkbox"/> Relato de experiência <input type="checkbox"/> Outras:
b. Objetivo ou questão de investigação	
c. Amostra/ou Público estudado.	Seleção <input type="checkbox"/> Randômica <input type="checkbox"/> Conveniência <input type="checkbox"/> Outra: Tamanho Inicial: Final: Características Idade: (média) Sexo: F (%) M (%) Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos:
d. Tratamento dos dados	
e. Intervenções realizadas	Grupo controle: sim () não () Instrumento de medida: sim () não () Duração do estudo:
C. Resultados	
Apontamentos na Introdução:	
Apontamentos dos Resultados:	
a) Aponta Condições de Trabalho que podem levar ao sofrimento/adoecimento? SIM () NÃO (). Qual:	

b) Aponta intervenção de Programa de Assistência à Saúde do trabalhador? SIM () NÃO (). Qual:	
c) Descreve sofrimento/adoecimento? SIM () NÃO (). Qual:	
D. Conclusões	
1. As conclusões são justificadas com base nos resultados: 2. Quais são as recomendações dos autores:	
E. Implicações¹	
F. Avaliação do rigor metodológico²	
a) Identificação de limitações ou vieses	

¹ Implicação: Registrar nesse item caso o texto revele que a pesquisa gerou algum tipo de implicação para grupo pesquisado.

² Aqui é compreendido na visão das ciências humanas, como o meio pelo qual se buscou o objetivo de investigação, seja ele qualitativo, quantitativo ou ambos. Esse item será preenchido apenas nos casos em que for apresentada alguma contradição no texto analisado, respeitando o caminho de investigação escolhido pelos autores.

APÊNDICE B

Quadro 2. Resultados da 1º etapa de buscas - Universidades Federais

BUSCAS			
SCIELO			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
1.	Condições de Trabalho <i>and</i> Mal-estar docente <i>and</i> Adoecimento docente	1	1: LIMA e LIMA-FILHO, 2009 .
2.	Licença médica <i>and</i> Mal-estar docente <i>and</i> Adoecimento docente	-	-
3.	Ambiente de trabalho <i>and</i> Professor Universitário <i>and</i> Adoecimento docente	-	-
4.	Mal-estar docente <i>and</i> Licença médica	-	-
5.	Mal-estar <i>and</i> docente	17	1: SEABRA e DUTRA, (2015)
6.	<i>Working Conditions and illness Professor</i>	2	1: PIZZIO e KLEIN (2005)
7.	<i>Working Conditions and Sickness professor</i>	-	-
8.	<i>Working Conditions and Sickening professor</i>	-	-
9.	<i>Working Conditions and University and Brazil</i>	24	1: OLIVEIRA e CARDOSO (2011)
10.	<i>Working Conditions and Occupational Health and professor</i>	5	-
11.	<i>Working Conditions and Sick leave and University and Professor</i>	-	-
12.	<i>Saúde Docente and Universidade Federal</i>	19	1:LAGO, CUNHA, e BORGES (2015)
Total		68	5
PERIÓDICOS DA CAPES/artigos			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
13.	Condições de Trabalho <i>and</i> Docente universitário	-	-
14.	Condições de Trabalho <i>and</i> Professor universitário	5	-
15.	Condições de Trabalho <i>and</i> Adoecimento docente	7	1: FORATTINI e LUCENA (2015)
16.	Licença médica <i>and</i> docente universitário	-	-
17.	Licença médica <i>and</i> professor	-	-

	universitário		
18.	Universidade Federal <i>and</i> Adoecimento Docente	38	1: BORSOI e PEREIRA (2013)
19.	Condições de Trabalho docente <i>and</i> Adoecimento	7	-
20.	Condições de Trabalho <i>and</i> Professor	107	-
21.	Universidade Federal <i>and</i> Saúde Docente	40	-
22.	<i>Working Conditions and Brazilian University</i>	48	-
23.	<i>Working Conditions and Brazilian Professor</i>	11	-
<i>Total</i>		263	2
LILACS			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
24.	Condições de trabalho <i>and</i> Saúde Docente <i>and</i> Universidade Federal	-	-
25.	Licença médica <i>and</i> Condições de trabalho <i>and</i> Professor	-	-
26.	Busca simples: Saúde do professor de universidade federal	50	2: SILVA (2015); COSTA et al (2005)
27.	Busca simples: mal-estar professor da universidade federal	1	1: FILHO E NAUJORKS (2005)
28.	<i>Malaise teacher and University and Brazil</i>	-	-
29.	<i>Occupational Health and University and Professor</i>	25	-
30.	<i>Sickness Professor and University and Brazil</i>	-	-
31.	<i>Sickening Professor and University and Brazil</i>	-	-
32.	<i>Working Conditions and professor</i>	51	-
<i>Total</i>		127	3
Medline/ Pubmed (National Library of Medicine)			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
33.	<i>Working Conditions and Brazil and professor</i>	16	-
34.	<i>Malaise teacher and Brazil</i>	-	-
35.	<i>illness Professor and Brazil</i>	64	0
Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PEPSIC			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
36.	Condições de Trabalho <i>and</i> Adoecimento <i>and</i> universidade federal	-	-
37.	Condições de Trabalho <i>and</i> Saúde docente	-	-

38.	Adoecimento <i>and</i> professor	8	-
39.	Saúde <i>and</i> docente	31	-
40.	Licença médica <i>and</i> professor	-	-
Total:		39	0
BVS-PSI			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
41.	Busca simples: condições de trabalho e adoecimento do professor universitário	1	-
42.	Busca simples: condição de trabalho docente	58	-
43.	Saúde <i>and</i> docente	23 (index psi)	1: BORSOI (2012)
Total:		82	1
REDALYC			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
44.	Condição de trabalho y adoecimento docente	6	-
45.	Condições de trabalho docente y Universidade Federal	67	2: ARAÚJO e CARVALHO (2009); MATTOS (2013)
46.	Mal-estar y professor universitário	127	1: MAGALHÃES (2014)
Total		200	3
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
47.	Condição de trabalho <i>and</i> adoecimento docente	21	2: JUNIOR (2011); CUPERTINO (2012)
48.	Saúde docente <i>and</i> professor universitário	181	-
49.	Condição de trabalho <i>and</i> saúde docente	257	3: SANTOS (2012) CAMPOS (2011) NASCIMENTO (2012)
50.	<i>Malaise teacher and Occupational disease</i>	1	-
51.	<i>Illness Professor and Working Conditions</i>	1	-
Total		459	5
BIREME			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
52.	Condições de trabalho <i>and</i> Professores Universitários	258	2: SCHERER (2004) XAVIER et al (2010)
53.	Professor Universitário <i>and</i> Adoecimento docente	-	-
54.	Mal-estar <i>and</i> docente <i>and</i> Universidade Federal	2	-
55.	Ambiente de trabalho <i>and</i> saúde <i>and</i> docente universitário	4	-

56.	<i>Occupational Health and Illness Professor and University and Brazil</i>	-	-		
57.	<i>Work Environment and Illness Professor and Brazil</i>	-	-		
Total		264	2		
BDTD-IBICT					
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS			
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas		
58.	Condições de trabalho <i>and</i> adoecimento <i>and</i> professor universitário	3	1: ANDRADE (2014)		
59.	Saúde docente <i>and</i> condições de trabalho universitário	12	1: ARAUJO (2013)		
60.	Condições de trabalho <i>and</i> Mal-estar <i>and</i> docente universitário	6			
61.	Mal-estar <i>and</i> docente universitário	9	1: QUEIROZ (2014)		
62.	Licença Médica <i>and</i> Professor Universitário	1			
63.	Ambiente de trabalho <i>and</i> saúde docente	105	3: GUEIROS (2005); SANTOS (2013); BRAGA JÚNIOR (2013)		
64.	<i>Occupational Health and Illness Professor and Brazil</i>	5	-		
Total:		141	6		
SCOPUS					
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS			
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas		
65.	<i>Illness Professor and Working Conditions. Área temática: Psychology</i>	36	-		
66.	<i>Malaise teacher and Brazil Área temática: Psychology</i>	-	-		
67.	<i>Malaise teacher and Brazil . Todas as Áreas temáticas</i>	7	-		
68.	<i>Occupational Health and Brazil professor</i>	100	-		
Total		143	0		
ANPED – Trabalhos e Pôsteres/texto completo					
REUNIÕES		GT 09 Trabalho e Educação	GT 11 Política de Educação Superior	INCLUÍDOS	
				GT 09	GT 11
69.	23°- 2000	14	17	-	-
70.	24°- 2001	20	16	-	-
71.	25°- 2002	11	15	-	-
72.	26°- 2003	18	20	-	-
73.	27° - 2004	21	16	-	-
74.	28°- 2005	26	17	-	-
75.	29° - 2006	18	14	-	-
76.	30° - 2007	17	16	-	-
77.	31° - 2008	17	18	-	-
78.	32° - 2009	14	14	-	-
79.	33° - 2010	14	14	-	-

80.	34° - 2011	20	23	-	1: Costa Júnior (2011)
81.	35° - 2012	15	17	-	1: Rodrigues (2012);
82.	36° - 2013	14	17	-	-
83.	37° - 2015	26	27	-	1: Meguins (2015)
<i>TOTAL:</i>	526 =	265	261	-	03
PUBLICAÇÕES SELECIONADAS POR BASE					
BASES DE DADOS			GERAL	INCLUÍDAS	
SCIELO			68	05	
PERIÓDICOS DA CAPES/ARTIGOS			229	02	
LILACS			127	05	
MEDLINE/ PUBMED			64	00	
PEPSIC			39	00	
BVS-PSI			82	01	
REDALYC			200	03	
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES			459	05	
BIREME			264	04	
BDTD-IBICT			141	06	
SCOPUS			143	00	
ANPED			526	03	
<i>TOTAL</i>			2.382	34	
Total disponível para acesso gratuito				30	

Fonte: Desenvolvido pela autora desta pesquisa, 2017.

APÊNDICE C

Quadro 3. Resultado da 2ª etapa de buscas - Universidade Estadual e Pública Sem Especificação

BUSCAS			
*Negrito significa publicações alcançadas na busca 2.			
SCIELO			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
1.	Licença médica <i>and</i> Mal-estar docente <i>and</i> Adoecimento docente	-	-
2.	Condições de Trabalho <i>and</i> Mal-estar docente <i>and</i> Adoecimento docente	1	LIMA e LIMA-FILHO (2009)
3.	Ambiente de trabalho <i>and</i> Professor Universitário <i>and</i> Adoecimento docente	-	-
4.	Mal-estar docente <i>and</i> Licença médica	-	-
5.	Mal-estar <i>and</i> docente	17	SEABRA e DUTRA, (2015)
6.	<i>Working Conditions and illness</i> <i>Professor</i>	2	PIZZIO e KLEIN (2005)
7.	<i>Working Conditions and Sickness</i> <i>professor</i>	-	-
8.	<i>Working Conditions and Sickening</i> <i>professor</i>	-	-
9.	<i>Working Conditions and</i> <i>University and</i> <i>Brazil</i>	34	OLIVEIRA e CARDOSO (2011) ARBEX, SOUZA E MENDONÇA (2013)
10.	<i>Working Conditions and</i> <i>Occupational Health and professor</i>	5	-
11.	<i>Working Conditions and</i> <i>Sick leave and</i> <i>University and</i> <i>Professor</i>	-	-
12.	<i>Saúde Docente and Universidade</i> <i>Pública</i>	21	LAGO, CUNHA, e BORGES (2015) LIMA E ALTHUS (2016)
		75	7
	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
13.	Condições de Trabalho <i>and</i> Docente universitário	3	-
14.	Condições de Trabalho <i>and</i> Professor universitário	6	-
15.	Condições de Trabalho <i>and</i>	7	FORATTINI e LUCENA

	Adoecimento docente		(2015)
16.	Licença médica <i>and</i> docente universitário	5	-
17.	Licença médica <i>and</i> professor universitário	3	-
18.	Universidade Pública <i>and</i> Adoecimento Docente	2	BORSOI e PEREIRA (2013) BERNARDO (2014)
19.	Condições de Trabalho docente <i>and</i> Adoecimento	7	-
20.	Condições de Trabalho <i>and</i> Professor	108	SERVILHA, LEAL E HIDAKA (2010)
21.	Universidade Pública <i>and</i> Saúde Docente	35	SILVA E SOUZA (2004)
22.	<i>Working Conditions and Brazilian University</i>	48	-
23.	<i>Working Conditions and Brazilian Professor</i>	11	SILVA JÚNIOR, LUCENA E FERREIRA (2013)
		307	6
COMBINAÇÃO DE DESCRITORES			
		RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
24.	Condições de trabalho <i>and</i> Saúde Docente <i>and</i> Universidade Pública	-	-
25.	Licença médica <i>and</i> Condições de trabalho <i>and</i> Professor	02	-
26.	Busca simples: Saúde do professor de universidade Pública	43	2: SILVA (2015); COSTA et al (2005); MOTA et al (2014); TOMÉ et al (2013); CARAN et al(2010) GRADELLA JÚNIOR (2010) BACHION et al(2005) CARAN (2011)
27.	Busca simples: mal-estar professor da universidade Federal	1	1:FILHO E NAUJORKS (2005)
28.	Busca simples: mal-estar professor da universidade Pública	-	-
29.	<i>Malaise teacher and University and Brazil</i>	-	-
30.	<i>Occupational Health and University and Professor</i>	68	STEHLING et al (2015)
31.	<i>Sickness Professor and University and Brazil</i>	-	-
32.	<i>Sickenning Professor and University and</i>	-	-

	<i>Brazil</i>		
33.	<i>Working Conditions and professor</i>	51	NUNES et al (2014)
		164	11
	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
34.	<i>Working Conditions and Brazil and professor</i>	19	-
35.	<i>Malaise teacher and Brazil</i>	-	-
36.	<i>illness Professor and Brazil</i>	66	-
37.	<i>Occupational Health and Professor and Brazil</i>	13	-
		98	-
	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
38.	Condições de Trabalho <i>and</i> Adoecimento <i>and</i> universidade Pública	-	-
39.	Condições de Trabalho <i>and</i> Saúde docente	-	-
40.	Adoecimento <i>and</i> professor	8	-
41.	Saúde <i>and</i> docente	31	CASSANDRE (2011)
42.	Licença médica <i>and</i> professor	-	-
	Total:	39	01
BVS-PSI			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
43.	Busca simples: condições de trabalho e adoecimento do professor universitário	1	-
44.	Busca simples: condição de trabalho docente	58	-
45.	Saúde <i>and</i> docente	48 (23 index psi Periódicos, 20 index teses, 5 psi livros;)	HASHIZUME (2005) BORSOI (2012)
	Total:	107	2
REDALYC			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
46.	Condições de trabalho y adoecimento docente	6	-
47.	Condições de trabalho docente y Universidade Federal	71	ARAÚJO e CARVALHO (2009); MATTOS (2013)
48.	Condições de trabalho docente y Universidade Pública	11	-
49.	Mal-estar y professor universitário	143	MAGALHÃES (2014) MENDES et al (2007) FERNANDES et al (2009) VILELA, VIERIA E

			GARCIA (2013) WILHELM E
			PAIVA E SARAIVA (2005)
			SOARES ET AL (2005)
			HEIJMANS (2005)
Total		231	09
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
50.	Condição de trabalho and adoecimento docente	21	2: JUNIOR (2011); CUPERTINO (2012)
51.	Saúde docente and professor universitário	181	-
52.	Condição de trabalho and saúde docente	257	3: SANTOS (2012) CAMPOS (2011) NASCIMENTO (2012)
53.	<i>Malaise teacher and Occupational disease</i>	1	-
54.	<i>Illness Professor and Working Conditions</i>	1	-
Total		461	5
BIREME			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
55.	Condições de trabalho and Professores Universitários	263	SCHERER (2004) XAVIER et al (2010) ARAÚJO ET AL (2005); RESENDE (2005); CHRISTOPHORO E WAIMAN (2002)
56.	Professor Universitário and Adoecimento docente	-	-
57.	Mal-estar and docente and Universidade Pública	2	-
58.	Ambiente de trabalho and saúde and docente universitário	5	
59.	<i>Occupational Health and Illness Professor and University and Brazil</i>	-	-
60.	<i>Occupational Health and Professor and University and Brazil</i>	16	
61.	<i>Work Environment and Illness Professor and Brazil</i>	-	-
Total		286	5
BDTD-IBICT			
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS	
		N ° de Publicações	Publicações Incluídas
62.	Condições de trabalho and adoecimento and professor	5	ANDRADE (2014) LEMONS (2005)

		universitário			LIDUÁRIO 2013		
63.		Saúde docente <i>and</i> condições de trabalho universitário			15	1: ARAUJO (2013) DINI (2013) FREITAS(2015)	
64.		Condições de trabalho <i>and</i> Mal- estar <i>and</i> docente universitário			6	-	
65.		Mal-estar <i>and</i> docente universitário			9	QUEIROZ (2014)	
66.		Licença Médica <i>and</i> Professor Universitário			1	-	
67.		Ambiente de trabalho <i>and</i> saúde docente			125	GUEIROS (2005); SANTOS (2013); BRAGA JÚNIOR (2013) ALBUQUERQUE (2013) FERREIRA (2011) ALVES (2007) ROHDE (2012) SILVA (2006) INOCENTE (2000)	
68.		<i>Occupational Health and Illness Professor and Brazil</i>			6	-	
Total:					167	16	
ANPED – Trabalhos e Pôsteres/texto completo							
REUNIÕES		GT 09 Trabalho e Educação	GT 11 Política de Educação Superior	GT 20 Psicologia da educação	INCLUÍDOS		
					GT 09	GT 11	GT 20
69.	19º- 1996						
70.	20º- 1997						
71.	21º- 1998						
72.	22º- 1999						
73.	23º- 2000	14	17	16	-	-	-
74.	24º- 2001	20	16	17	-	-	-
75.	25º- 2002	11	15	12	-	-	-
76.	26º- 2003	18	20	19	-	-	-
77.	27º - 2004	21	16	16	-	-	-
78.	28º- 2005	26	17	30	-	-	-
79.	29º - 2006	18	14	14	-	LÉDA	-
80.	30º - 2007	17	16	12	BIANCHE TTI E MACHAD O	LÉDA	-
81.	31º - 2008	17	18	18	-	-	-
82.	32º - 2009	14	14	14	-	-	-
83.	33º - 2010	14	14	10	-	-	-
84.	34º - 2011	20	23	16	AVILA	COSTA JÚNIOR (2011)	-
85.	35º - 2012	15	17	14	-	RODRIGUES (2012)	-
86.	36º - 2013	14	17	8	-	-	-
87.	37º - 2015	26	27	20	ROCHA E LÉDA	MEGUINS (2015)	-

<i>TOTAL:</i>	762 <i>8 incluídos</i>	265	261	236	3	5	0
OASISBRIBICT							
TENTATIVA	COMBINAÇÃO DE DESCRITORES	RESULTADOS					
		N ° de Publicações			Publicações Incluídas		
88.	Condições de trabalho <i>and</i> Mal- estar <i>and</i> docente universitário	8			-		
89.	Professor Universitário <i>and</i> Adoecimento docente	12			SOUZA (2013) MULATO (2008) FREITAS (2013) LEMOS (2011)		
90.	Ambiente de trabalho <i>and</i> saúde docente <i>and</i> Universidade Pública	84			-		
91.	Universidade Pública <i>and</i> Adoecimento Docente	46			TAVARES (2010) ARAÚJO (2012)		
92.	Mal-estar <i>and</i> docente <i>and</i> Universidade Pública	48			-		
<i>TOTAL</i>		198			6		
PUBLICAÇÕES SELECIONADAS POR BASE							
BASES DE DADOS				GERAL		INCLUÍDAS	
SCIELO				75		7	
PERIÓDICOS DA CAPES/ARTIGOS				307		6	
LILACS				164		11	
MEDLINE/ PUBMED				98		0	
PEPSIC				39		1	
BVS-PSI				107		2	
REDALYC				231		9	
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES				461		5	
BIREME				284		5	
BDTD-IBICT				166		16	
ANPED				762		8	
OASISBR IBICT				198		6	
<i>TOTAL</i>				2892		76	

Fonte: Desenvolvido pela autora desta pesquisa, 2017.

APÊNDICE D

Quadro 4. Estudos selecionados referentes à Universidade Federal

AUTOR	ANO	TIPO DE ESTUDO	TÍTULO	PERIÓDICO
Silva e Souza	2004	Artigo	Fatores de risco para hipertensão arterial sistêmica versus estilo de vida docente	Revista Eletrônica de Enfermagem
Scherer	2004	Dissertação	Estresse e estratégias de enfrentamento em professores universitários	-
Resende	2005	Tese	Formação e autonomia do professor universitário: um estudo na Universidade Federal de Goiás	-
Paiva e Saraiva	2005	Artigo	Estresse ocupacional de docentes do ensino superior.	Revista de Administração – RAUSP
Lemos	2005	Tese	Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitários	-
Bachion <i>et al</i>		Artigo	Vulnerabilidade ao estresse entre professores de uma universidade pública.	Rev. Enferm. UERJ
Costa <i>et al</i>	2005	Artigo	Percepções sobre o estresse entre professores universitários	Rev. RENE
Filho e Naujorks	2005	Artigo	O professor de Medicina da UFSM no contexto do mal-estar docente.	Rev. Bras. Educ. Méd
Gueiros	2005	Dissertação	Estresse ocupacional de professores: seus indicadores, suas fontes e as estratégias utilizadas para combatê-lo um estudo de caso na Universidade Federal de Pernambuco	-
Léda	2007	Artigo	Universidade nova/plano de reestruturação e expansão das universidades federais: mais uma dose da reforma universitária?	30º Reunião Anual da Anped- GT11
Araújo e Martins	2009	Artigo	Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos	Educação & Sociedade
Lima e Lima-Filho	2009	Artigo	Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a	Ciências & Cognição
Xavier et al	2010	Artigo	Fatores de risco cardiovascular entre docentes de uma universidade pública de Minas Gerais	Reme Rev. Min. Enferm.
Tavares	2010	Dissertação	Distúrbios psíquicos menores em enfermeiros	-

			docentes	
Lemos	2011	Artigo	Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições	Caderno CRH
Campos	2011	Dissertação	Trabalho docente e saúde: tensões da educação superior	-
Mota Júnior	2011	Dissertação	Os impactos do sistema CAPES de avaliação sobre o trabalho docente na pós-graduação: o caso da UFPA	-
Oliveira e Cardoso	2011	Artigo	Stress e trabalho docente na área de saúde.	Estud. Psicol. (Campinas)
Costa Júnior	2011	Artigo	Política de avaliação da pós-graduação e suas consequências n o trabalho dos professores-pesquisadores	34° Reunião Anped – GT11
Ferreira	2011	Dissertação	Satisfação no trabalho de docentes de uma instituição pública de ensino superior: reflexos na qualidade de vida	-
Soares et al	2011	Artigo	Fatores facilitadores e impeditivos no cuidar de si para docentes de enfermagem.	Texto & Contexto Enfermagem
Rohde	2012	Dissertação	Qualidade de vida no trabalho sob a perspectiva de professores de ensino superior	-
Araújo	2012	Dissertação	Afastamento do trabalho: absenteísmo e presenteísmo em uma instituição federal de ensino superior	-
Nascimento	2012	Dissertação	A expansão da educação superior e o trabalho docente - um estudo sobre o plano nacional de formação de professores da educação básica (parfor) na UFPA	-
Cupertino	2012	Dissertação	Prazer e sofrimento na prática docente no ensino superior: estudo de caso em uma IFES mineira	-
Santos	2012	Dissertação	Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em professores universitários	-
Borsoi	2012	Artigo	Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior	Cad. Psicol. Soc. Trab.
Rodrigues	2012	Artigo	O REUNI na UFF: o impacto no trabalho docente	35° Reunião Anped – GT11
Araújo	2013	Dissertação	A nova geração de professores universitários: profissionalização, condições de trabalho e sua relação com a produtividade científica na UFRGS	-

Borsoi e Pereira	2013	Artigo	Professores do ensino público superior: produtividades, produtivismo e adoecimento	Universitas Psychologica
Braga Júnior	2013	Dissertação	Saúde vocal e docência no ensino superior	-
Mattos	2013	Artigo	A greve das universidades federais no Brasil em 2012.	Revista Iberoamericana De Educación Superior
Santos	2013	Dissertação	Bem estar e condições de trabalho de professores do centro de ciências da saúde da Universidade Federal de Pernambuco	-
Albuquerque	2013	Dissertação	Relação entre condições de trabalho e Saúde vocal de professores no ensino superior.	-
Freitas	2013	Dissertação	As relações existentes entre as atividades intensivas em conhecimento e o absenteísmo involuntário de professores universitários: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina.	-
Sousa		Dissertação	O perfil do adoecimento docente na Universidade de Brasília de 2006 a 2011	-
Magalhães	2014	Artigo	Proletarização e mal-estar docente nas universidades públicas: uma perspectiva crítica	Eccos Revista Científica
Andrade	2014	Dissertação	Trabalho docente e saúde ocupacional na Universidade Federal de Uberlândia	-
Forattini e Lucena	2015	Artigo	Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho	Laplage Em Revista
Lago, Cunha e Borges	2015	Artigo	Percepção do trabalho docente em uma universidade da região norte do Brasil	Trab. Educ. Saúde
Meguins	2015	Artigo	O apelo ideológico ao fetichismo acadêmico: a moeda de troca das políticas neoliberais para a educação superior	37º Reunião Anped – GT11
Pizzio e Klein	2015	Artigo	Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior	Educ. Soc.
Seabra e Dutra	2015	Artigo	Intensificação do trabalho e percepção da saúde em docentes de uma Universidade pública Brasileira	Ciênc. Trab
Silva	2015	Artigo	Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas.	Psicol. Teor. Prat.
Freitas	2015	Dissertação	Adoecimento relacionado ao trabalho de docentes universitários da área da saúde	-

Rocha e Léda	2015	Artigo	Reflexões sobre o magistério superior no instituto federal de educação, ciência e tecnologia	37º Reunião Anual da Anped – GT11.
Stehling <i>et al</i>	2015	Artigo	Fatores de risco para a ocorrência de acidentes em laboratórios de ensino e pesquisa em uma universidade brasileira (2012)	REME rev. min. enferm;
Lima e Althus	2016	Artigo	Formação docente continuada, desenvolvimento de práticas pedagógicas em sala de aula e promoção da saúde do professor: relações necessárias.	Rev. Bras. Estud. Pedagog.,

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

APÊNDICE E

Quadro 5 – Estudos selecionados referentes à Universidades Estaduais e PSE

AUTOR	ANO	TIPO DE ESTUDO	TÍTULO	PERIÓDICO
Christophoro e Waidman	2002	Artigo	Stress: condições de trabalho em docentes universitários	Revista Ciência, Cuidado e Saúde Maringá
Araújo et al	2005	Artigo	Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior.	Revista Baiana de Saúde Pública
Heijmans	2005	Artigo	Universidade, produção do conhecimento e avaliação.	Educação Unisinos
Silva	2006	Tese	Características do estilo de vida e da qualidade de vida de professores do ensino superior público em educação física.	-
Léda	2006	Artigo	Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas.	29º Reunião Anual da Anped – GT11.
Alves	2007	Dissertação	Parâmetros vocais e percepção vocal de professores universitários	-
Bianchetti e Machado	2007	Artigo	“Refêns da produtividade” – sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação.	30º Reunião Anual da Anped – GT09
Mendes et al	2007	Artigo	Da arte ao ofício: vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário.	Revista Mal-estar e Subjetividade
Mulato	2008	Dissertação	O docente universitário em Enfermagem e a Síndrome de Burnout: uma questão de educação para a saúde	-
Fernandes <i>et al</i>	2009	Artigo	Estilo de vida de professores universitários: uma estratégia para a promoção da saúde do trabalhador.	Revista Brasileira em Promoção da Saúde
Caran <i>et al</i>	2010	Artigo	Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil.	Acta Paulista de Enfermagem
Hashizume	2010	Tese	Saúde e afeto na docência: a busca incessante pela vida - estudo com professores de uma universidade pública	-
Gradella Júnior	2010	Artigo	Sofrimento psíquico e trabalho intelectual	Cad. Psicol. Soc. Trab.

Servilha, Leal e Hidaka	2010	Artigo	Riscos ocupacionais na legislação trabalhista brasileira: destaque para aqueles relativos à saúde e à voz do professor.	Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.
Ávila	2011	Artigo	As transformações do trabalho docente através da produção escrita da anped (1996-2009).	34º Reunião Anual da Anped – GT09
Cassandre	2011	Artigo	A saúde de docentes de pós-graduação em universidades públicas: os danos causados pelas imposições do processo avaliativo	Rev. Mal-Estar Subj.
Caran	2011	Artigo	Riscos ocupacionais psicossociais e sua repercussão na saúde de docentes universitários.	Rev. Enferm. UERJ
Ax Wilhelm e Zanelli	2013	Artigo	Características das situações estressantes em gestores universitários no contexto do trabalho	Estudos e Pesquisas em Psicologia
Vilela, Vieira e Garcia	2013	Artigo	Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública	REAd - Revista Eletrônica de Administração.
Tomé <i>et al</i>	2013	Artigo	<i>Health problems awareness during travel among faculty members of a large university in latin america. Preliminary report .</i>	Rev. Inst. Med. Trop
Liduário	2013	Dissertação	A mercantilização e privatização do ensino superior e seus rebatimentos sobre a saúde do docente	-
Silva Júnior, Lucena e Ferreira	2013	Artigo	Mundialização e o trabalho do ser social professor pesquisador.	Educação
Dini	2013	Dissertação	Condições de saúde, trabalho e hábitos de vida de trabalhadores de um campus universitário	-
Arbex, Souza e Mendonça	2013	Artigo	Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública.	Physis
Bernardo	2014	Artigo	Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes.	Psicologia & Sociedade
Mota <i>et al</i>	2014	Artigo	Sintomas osteomusculares de servidores de uma universidade pública brasileira: um estudo ergonômico.	Rev. Bras. Promoç. Saúde
Nunes <i>et al</i>	2014	Artigo	<i>Subjective well-being and time use of brazilian PhD professors.</i>	Paidéia (Ribeirão Preto)
Queiroz	2014	Tese	O mal-estar e o bem-estar na docência superior: a dialética entre resiliência e contestação	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

APÊNDICE F

Quadro 6. Núcleos de interesse das publicações encontradas

Núcleos	Subcategorias	Autoria
1. Saúde e trabalho	Questões Gerais de Saúde	Federais: Lemos (2005); Filho e Naujorks (2005); Araújo e Martins (2009); Lima e Lima-Filho (2009); Xavier <i>et al</i> (2010); Campos (2011); Soares <i>et al</i> (2011); Araújo (2012); Cupertino (2013); Braga Júnior (2013); Albuquerque (2013); Freitas (2013); Sousa (2013); Magalhães (2014); Freitas (2015); Stehling <i>et al</i> (2015).
		Estaduais e PSE: Araújo <i>et al</i> (2005); Alves (2007); Mendes <i>et al</i> (2007); Mulato (2008); Caran <i>et al</i> (2010); Hashizume (2010); Gradella Júnior (2010); Servilha, Leal e Hidaka (2010); Cassandre (2011); Caran <i>et al</i> (2011); Vilela, Garcia e Viera (2013); Tomé <i>et al</i> (2013); Liduário (2013); Dini (2013); Arbex, Souza e Mendonça (2013); Bernardo (2014); Mota <i>et al</i> (2014); Nunes <i>et al</i> (2014); Queiroz (2014).
	Categoria Trabalho	Federais: Lemos (2011); Borsoi (2012); Borsoi e Pereira (2013); Mattos (2013); Seabra e Dutra (2015); Lago, Cunha e Borges (2015); Meguins (2015).
		Estaduais e PSE: Léda (2006); Ávila (2011); Silva Júnior, Lucena e Ferreira (2013)
	Desgaste/ Estresse/ Transtornos Mentais	Federais: Scherer (2004); Paiva e Saraiva (2005); Bachion <i>et al</i> (2005); Costa <i>et al</i> (2005); Gueiros (2005); Tavares (2010); Oliveira e Cardoso (2011); Santos (2012); Silva (2015).
		Estaduais e PSE: Christophoro e Waidman (2002); Ax Wilhelm e Zanelli (2013).
Qualidade de Vida	Federais: Silva e Souza (2004); Ferreira (2011); Rohde (2012); Santos (2013); Pizzio e Klein (2015).	
	Estaduais e PSE: Silva (2006); Fernandes <i>et al</i> (2009).	
1. Políticas Educacionais/ Avaliação/ REUNI e Formação docente		Federais: Resende (2005); Léda (2017); Mota Júnior (2011); Costa Júnior (2011); Nascimento (2012); Rodrigues (2012); Araújo (2013); Andrade (2014); Forattini e Lucena (2015); Rocha e Léda (2015); Lima e Althus (2016)..
		Estaduais e PSE: Heijmans (2005); Bianchetti e Machado (2007).

Fonte: Desenvolvido pela autora desta pesquisa, 2017.